

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Anderson de Rezende Rocha, André Martins Biancarelli, Andréa Marcondes de Freitas, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Arlindo Alemão Gregório, Arnaldo César da Silva Walter, Benilton de Sá Carvalho, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio José Servato, Cristiane Maria Megid, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elisabeth Cardozo, Ellen Alves Menezes, Evanir Lopes Teixeira, Everardo Magalhães Carneiro, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Barros Gonçalves, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Marcos Travassos Romano, José Alexandre Diniz, José Luis Pio Romera, José Roberto Ribeiro, Lício Augusto Velloso, Luciano Allegretti Mercadante, Luiz Carlos Zeferino, Marcelo Alves da Silva Mori, Marcelo Weishaupt Proni, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Marcos Cesar de Oliveira, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Maria Luiza Moretti, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Tibúrcio Cicone, Mirna Lúcia Gigante, Muriel de Oliveira Gavira, Odilon José Roble, Paulo Adriano Ronqui, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Ricardo Miranda Martins, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Vanessa Petrilli Bavaresco, Verónica Andrea González-López e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, compareceram os professores: Ana Maria Frattini Fileti, Douglas Soares Galvão, Márcio Orlando Seligmann-Silva, Maria Filomena Gregori, Maria Silvia Viccari Gatti, Miguel Juan Bacic; a doutora Raluca Savu; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Cleber de Lima Palmieri, Everaldo Pinheiro, Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Paulo Régis Caron Ruffino, sendo substituído pelo conselheiro Ricardo Miranda Martins; Andréia Galvão, sendo substituída pelo diretor associado Michel Nicolau Neto; André Victor Lucci Freitas, sendo substituído pelo conselheiro Everardo Magalhães Carneiro; Angel Pontin Garcia; Luiz Carlos Dias; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Fátima Regina Évora; Mariângela Ribeiro Resende, sendo substituída pelo conselheiro Marcelo Weishaupt Proni; Marisa Masumi Beppu, sendo substituída pelo conselheiro Marco Antonio Garcia de Carvalho; José Antonio Rocha Gontijo, sendo substituído pelo conselheiro Luciano Allegretti Mercadante; Gustavo Costa do Nascimento, sendo substituído pelo conselheiro Matheus Alves Albino; Helena Ansani Nogueira; e Eliana da Silva Souza. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Septuagésima Sexta Ordinária do

1 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma híbrida,
2 sendo que a participação dos conselheiros que não estão presentes na sala do Consu se dará via
3 plataforma Zoom. Os titulares farão o uso da palavra por ordem de inscrição, utilizando o botão
4 em formato de mão da plataforma Zoom, e o limite temporal das falas será de cinco minutos
5 para a Ordem do Dia e de três minutos para o Expediente. As inscrições para o Expediente serão
6 abertas agora e se encerrarão após a aprovação da ata. Também estão sendo feitas as inscrições
7 dos conselheiros que estão participando na forma presencial. Informa que as próximas seções
8 da CAD e Cepe passarão a ser realizadas de forma exclusivamente presencial. Em seguida, dá
9 as boas-vindas aos novos diretores que tomaram posse recentemente: diretor da Faculdade de
10 Engenharia Mecânica, Prof. Dr. Arnaldo César da Silva Walter, e à diretora associada, Profa.
11 Dra. Katia Lucchesi Cavalca Dedini, cujos mandatos são de 27.04.22 a 26.04.26; diretor da
12 Faculdade de Educação Física, Prof. Dr. Odilon José Roble, e diretor associado, Prof. Dr. João
13 Paulo Borin, cujos mandatos são de 18.05.22 a 17.05.26; diretor da Faculdade de Engenharia
14 Química, Prof. Dr. Dirceu Noriler, e diretor associado, Prof. Dr. Leonardo Vasconcelos
15 Fregolente, cujos mandatos são de 23.05.22 a 22.05.26. Informa que estão disponíveis no *site*
16 da SG os Pareceres CLN-16/2022, 19/2022, 20/2022 e 21/2022, referentes aos itens 03, 04, 05
17 e 11 da Ordem do Dia, respectivamente. E Parecer COP-Consu-08/2022, referente ao item 05
18 da Ordem do Dia. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Septuagésima Quinta
19 Sessão Ordinária, realizada em 29 de março de 2022. Consulta se há observações. Não havendo,
20 submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 05 abstenções. Passa à Ordem do Dia,
21 com 18 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com 03 itens, informando que há destaque da
22 Mesa para os itens 01 a 10 da Ordem do Dia: item 01 – Proc. nº 21-P-36309/2021; item 02 –
23 Proc. nº 09-P-38508/2021; item 03 – Proc. nº 01-P-13090/2022 e Dossiê nº 01-D-12624/2022;
24 item 04 – Proc. nº 01-P-13090/2022 –, item 05 – Proc. nº 01-P-18408/2017, item 06 – Dossiê
25 nº 01-D-19823/2022; item 07 – Dossiê nº 01-D-35411/2021; item 08 – Dossiê nº 01-D-
26 10341/2022; item 09 – Dossiê nº 01-D-12349/2022; item 10 – Proc. nº 01-P-13864/2018; e
27 itens 01 e 02 da Ordem do Dia Suplementar: item 01 – Dossiê nº 01-D-20467/2022; item 02 –
28 Dossiê nº 01-D-20610/2022. Pergunta se há destaques por parte dos conselheiros. O
29 Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS destaca o 14 – Proc. nº 29-P-
30 6935/2022, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação. Não havendo mais
31 destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem do
32 Dia e da Ordem do Dia Suplementar, sendo aprovados, com 02 abstenções, os pareceres que
33 subsidiaram os seguintes processos: H – Requisitos e Procedimentos Internos – Deliberação
34 Consu-A-09/2015 – 11) Proc. nº 08-P-7618/2019, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” –
35 Proposta de alteração do Art. 2º da Deliberação Consu-A-15/2019, que dispõe sobre os
36 requisitos e procedimentos internos para a realização de concursos para Professor Titular do
37 Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Aprovada pela Congregação em 13.05.22 – Parecer PG-
38 2371/2022. I – Programa de Bolsas de Extensão – Deliberação Consu-A-07/2019 – 12) Proc.
39 nº 01-P-4290/2019 – Proposta de alteração do *caput* e revogação dos parágrafos do Art. 11 da
40 Deliberação Consu-A-07/2019, que cria o Programa de Bolsas de Extensão – Despacho PG-

1 2216/2022 e Parecer CLN-18/2022. J – Pós-Graduação – Inciso II do § 1º do Art. 83 da
2 Deliberação Consu-A-10/2015 – a) Para Aprovação – 13) Proc. nº 10-P-18096/2020, do
3 Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica – Proposta de implantação do
4 Projeto de Cooperação entre Instituições (PCI) de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre o
5 Programa de Pós-Graduação em Matemática Aplicada do Instituto de Matemática, Estatística e
6 Computação Científica/Unicamp e as Universidades: Universidade Federal do Vale do São
7 Francisco (Univasf), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade
8 Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Aprovado pela Congregação em 05.11.20 e pela
9 CCPG em 09.03.22 – Deliberação CCPG-22/22 e Parecer Cepe-05/2022. b) Para Homologação
10 do Ad Referendum do Reitor – 15) Proc. nº 07-P-2629/2021, do Instituto de Biologia – Proposta
11 de implantação da Fusão do Programa de Pós-Graduação em “Biologia Funcional e Molecular
12 (BFM)” com o Programa de Pós-Graduação em “Biologia Celular e Estrutural (BCE)”,
13 constituindo o Programa de Pós-Graduação em “Biologia Molecular e Morfofuncional
14 (BMM)” (Mestrado e Doutorado), com cinco áreas de concentração: Anatomia, Biologia
15 Celular, Biologia Tecidual, Bioquímica e Fisiologia, com coordenação e sede no Instituto de
16 Biologia – Aprovado pela Congregação em 16.12.20 e pela CCPG em 09.03.22 – Deliberação
17 CCPG-14/22, Parecer Cepe-06/2022 e Despacho do Reitor-303/22. K – Propostas de Logotipo
18 – Portaria GR-34/95 – 16) Proc. nº 01-P-8684/2022, da Diretoria Executiva de Relações
19 Internacionais – Proposta de Logotipo da Diretoria Executiva de Relações Internacionais –
20 Informação Inova-85/2022, Pareceres Deri-02/2022 e PG-761/2022 e 1271/2022. 17) Proc. nº
21 05-P-12400/2022, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Proposta de
22 Logotipo da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Aprovada pela
23 Congregação em 28.03.22 – Parecer PG-1403/2022. L – Convênio – Deliberação Consu-A-
24 37/2019 – a ser celebrado – 18) Proc. nº 10-P-37655/2021, do Instituto de Matemática,
25 Estatística e Computação Científica – Convênio de Parceria – Partes: Unicamp e Universidade
26 Federal de Goiás – UFG – Executores: Benilton de Sá Carvalho, Samara Flamini Kiihl e Rafael
27 Pimentel Maia – Vigência: até 31.12.22 – Resumo do Objeto: Estabelecer cooperação técnica
28 e científica entre as partícipes visando o apoio especializado para a construção de modelos
29 estatísticos e de prospecção dos biomarcadores associados a geração/origem, migração,
30 evolução térmica e biodegradação no âmbito do projeto de pesquisa “Centro de Petrolômica
31 da UFG: novos horizontes para a indústria do petróleo” – Parecer: Cacc. Ordem Do Dia
32 Suplementar: B – Graduação – 03) Dossiê nº 11-D-17204/2022, do Instituto de Química –
33 Proposta de criação da modalidade AE – Licenciatura em Química e em Ciências, em
34 substituição à modalidade AB – Licenciatura em Química, e integração ensino-extensão na
35 modalidade AE, para o curso de Química Integral (5), para os catálogos vigentes a vigorarem a
36 partir do 1S/2023: Criação modalidade AE – Licenciatura em Química e em Ciências. Extinção
37 modalidade AB – Licenciatura em Química. Integração ensino-extensão na modalidade AE.
38 Aprovada pela Congregação IG em 25.08.21, FE em 27.10.21, FEEC em 27.09.21, IQ em
39 16.12.21, IB em 15.12.21 e pela CCG em 28.04.22 – Parecer CCG-13/22 e Ofício CCG-04/22.
40 O MAGNÍFICO REITOR sugere uma inversão de ordem, que seria a seguinte: vão discutir, no

1 item 07, o orçamento de 2022, então sugere que os itens destacados da Ordem do Dia
2 Suplementar sejam discutidos juntamente com ele, pois se referem a suplementação de verbas,
3 e dessa forma podem otimizar a discussão. Pergunta se há alguma objeção a essa inversão da
4 ordem, ao que o plenário responde que não. Passa ao item 01 – Proc. nº 21-P-36309/2021 –,
5 que trata de proposta de concessão do Título de Professor Emérito, nos termos dos artigos 158
6 e 159 dos Estatutos da Unicamp, ao professor doutor Roberto Schwarz – 1) Para Homologação:
7 Designação de Comissão Especial composta pelos Profs. Drs. Márcio Orlando Seligmann Silva
8 (Presidente), Jorge Mattos Brito de Almeida, Paulo Eduardo Arantes e Roberto Vecchi; 2) Para
9 Aprovação: Proposta de concessão do Título de Professor Emérito apresentada pelo
10 Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem. O item necessita de
11 2/3 dos votos para aprovação. Passa a palavra ao professor Márcio Orlando Seligmann-Silva
12 para apresentar o parecer pela concessão do título. O Professor MÁRCIO ORLANDO
13 SELIGMANN-SILVA diz que é um prazer estar aqui, falar do seu colega, professor Roberto
14 Schwarz. Ele nasceu em 1938 em Viena, de uma família judaica, que emigrou no ano seguinte
15 aqui para o Brasil. O Roberto estudou Ciências Sociais na USP, em seguida fez o mestrado em
16 Yale, voltou para o Brasil, foi professor na USP. Em 1969 saiu do Brasil, exilado, indo fazer o
17 seu doutorado na Sorbonne. Depois de retornar ao Brasil, a partir de 1978 foi professor no
18 Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. O Roberto Schwarz tem livros que são
19 clássicos da área, traduzidos nos Estados Unidos, e são leitura obrigatória em cursos de teoria
20 literária mundo afora. No Brasil também o reconhecimento é muito grande. Ele foi bolsista da
21 Guggenheim Memorial Foundation, membro do Institute Advanced Study de Princeton, diretor
22 na Maison de Sciences de l’Homme, esteve ligado ao Centro de Estudos de Estado e Sociedade
23 de Buenos Aires, e também foi professor visitante em Harvard. Enfim, ele tem uma carreira que
24 é absolutamente única na área. É uma das pessoas de maior destaque na América Latina na sua
25 área, portanto, acha que realmente é um reconhecimento absolutamente merecido, e todos do
26 IEL e da área estão bastante orgulhosos com essa indicação. O Conselheiro JEFFERSON
27 CANO agradece à comissão que propôs a homenagem e reforça como essa é uma oportunidade
28 importante para o Instituto reconhecer um dos membros de seu núcleo fundador. Como o
29 professor Márcio disse, ele é hoje uma referência obrigatória da sua área e é uma parte
30 importantíssima da história da Unicamp. Praticamente toda a sua carreira acadêmica no Brasil
31 foi feita dentro do IEL, desde 1978 até sua aposentadoria, em 1992. O IEL, que teve a honra de
32 ser fundado e ter como seu primeiro diretor a figura de Antonio Candido, juntando hoje essa
33 homenagem a Roberto Schwarz, reconhece a importância dessas pessoas para escrever o seu
34 nome e o da Unicamp não só em um momento particular dos estudos literários, mas no
35 momento de renovação das Ciências Humanas no Brasil. Expressa o orgulho e a alegria em
36 poder trazer a proposta de homenagem ao professor Roberto Schwarz. O Conselheiro
37 WAGNER DE MELO ROMÃO parabeniza o IEL por essa iniciativa, o professor Roberto
38 Schwarz não só é uma referência nos estudos literários, mas também nas Ciências Sociais
39 brasileiras e latinoamericanas. Tem uma contribuição enorme, central para os estudos nesse
40 campo das Ciências Humanas desde seus trabalhos na década de 1970 e 1980. O MAGNÍFICO

1 REITOR agradece a comissão constituída pelos professores Márcio Seligmann, Jorge de
2 Almeida, Paulo Arantes e Roberto Vecchi. Parabeniza a comissão pelo parecer e o IEL pela
3 iniciativa. A votação precisa de voto qualificado, então fará nominal, que é como tem sido feito
4 quando é necessária uma identificação clara do posicionamento dos conselheiros. Vai chamar
5 na ordem alfabética dos titulares originais, então quando for o suplente, ele vai ser chamado da
6 mesma ordem do titular. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Favorável. O
7 Conselheiro ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE
8 REZENDE ROCHA Favorável. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI
9 Favorável. O Conselheiro EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO Favorável. A conselheira
10 ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS Favorável. O Conselheiro MICHEL NICOLAU
11 NETO Favorável. O Conselheiro ARLINDO ALEMÃO GREGÓRIO Favorável. O
12 Conselheiro BENILTON DE SÁ CARVALHO Favorável. A Conselheira CLAUDIA MARIA
13 BAUZER MEDEIROS Favorável. A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI
14 Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO Favorável. A Conselheira
15 CRISTIANE MARIA MEGID Favorável. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E
16 ZAN Favorável. O Conselheiro DIRCEU NORILER Favorável. O Conselheiro EDUARDO
17 GURGEL DO AMARAL Favorável. A Conselheira ELISABETH CARDOZO Favorável. A
18 Conselheira ELLEN ALVES MENEZES Favorável. A Conselheira EVANIR LOPES
19 TEIXEIRA Favorável. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
20 Favorável. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Favorável.
21 O Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO
22 Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA
23 BARROS GONÇALVES Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Favorável.
24 A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN Favorável. O Conselheiro
25 IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO Favorável. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
26 CONTRERA TORO Favorável. O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro
27 JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER Favorável. O Conselheiro JOÃO
28 MARCOS TRAVASSOS ROMANO Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ
29 Favorável. O Conselheiro LUCIANO ALLEGRETTI MERCADANTE Favorável. O
30 Conselheiro JOSE LUIS PIO ROMERA Favorável. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO
31 RIBEIRO Favorável. O Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO Favorável. O Conselheiro
32 LUIZ CARLOS ZEFERINO Favorável. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA
33 MORI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI Favorável. O Conselheiro
34 MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE
35 MORAES LOPES Favorável. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI Favorável. O
36 Conselheiro MARCELO WEISHAUP T PRONI Favorável. O Conselheiro MARCO
37 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Favorável. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
38 MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE Favorável.
39 A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. O Conselheiro MARCOS CÉSAR DE
40 OLIVEIRA Favorável. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA Favorável. O

1 Conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE Favorável. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI
2 Favorável. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS Favorável. A Conselheira
3 RACHEL MENEGUELLO Favorável. O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS
4 Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável. O Conselheiro
5 RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI APARECIDA
6 RIBEIRO Favorável. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA Favorável. A
7 Conselheira VANESSA PETRILLI BAVARESCO Favorável. A Conselheira VERÓNICA
8 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ Favorável. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO
9 Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA Favorável. O
10 MAGNÍFICO REITOR anuncia que foi aprovada por unanimidade, com 64 votos, a concessão
11 de Título de Professor Emérito ao professor Roberto Schwarz. Passa ao item 02 – Proc. nº 09-
12 P-38508/2021 –, que trata de proposta de concessão do Título de Professora Emérita, nos termos
13 dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, à professora doutora Guita Grin Debert – 1)
14 Para Homologação: Designação de Comissão Especial composta pelo(a)s Prof(a)s. Dr(a)s.
15 Heloísa André Pontes (Presidente), Júlio Assis Simões e Maria Filomena Gregori; 2) Para
16 Aprovação: Proposta de concessão do Título de Professora Emérita apresentada pelo
17 Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. O item necessita
18 de 2/3 dos votos para aprovação. Passa a palavra à professora Maria Filomena Gregori, para
19 apresentar o parecer. A Professora MARIA FILOMENA GREGORI diz que lhe honra
20 profundamente poder fazer essa apresentação de uma colega de tantos anos. Vai apresentar o
21 histórico, a justificativa e o parecer que fizeram em relação à extensa carreira dessa professora
22 que passou mais de 38 anos nesta Universidade, ainda atua nela, tendo ingressado em 1984. A
23 sua contribuição acadêmica e científica para o entendimento qualificado de assuntos
24 extremamente complexos e delicados, como família, curso da vida, gênero, violência,
25 envelhecimento e cuidado, somado ao engajamento institucional que ela teve e a atuação
26 comprometida, como professora e pesquisadora, tem sido reconhecida dentro e fora da
27 Unicamp, tanto no Brasil como fora. Um dos reconhecimentos que recebeu, em 2000, foi o
28 Prêmio Jabuti pelo seu livro “A Reinvenção da Velhice”, que tem uma especial importância nas
29 Ciências Sociais brasileiras por ter trazido para as Ciências Sociais esse tema da velhice,
30 estabelecendo conexão não só com temas caros às disciplinas em Ciências Humanas, como
31 também aproximando as Ciências Sociais, a Antropologia da Gerontologia e de disciplinas de
32 outras áreas e que tratam de temas congêneres. Além disso, ela também teve reconhecimento
33 com o Prêmio Acadêmico Zeferino Vaz, que revela o seu comprometimento acadêmico na
34 formação de alunos, nos cursos e nas disciplinas. Além disso, recebeu a Medalha Roquette
35 Pinto, concedida pela Associação Brasileira de Antropologia, que revela o comprometimento
36 institucional que ela teve não só com as associações científicas, tanto a Associação Brasileira
37 de Antropologia, da qual ela foi dirigente algumas vezes, como também a Anpocs, da qual ela
38 não apenas foi secretária adjunta, como ajudou a constituir a “Revista Brasileira de Ciências
39 Sociais”, que possui protagonismo nas Ciências Sociais, ajudando a estabelecer os parâmetros
40 da publicação. Além disso, ela tem uma atuação bastante intensa internacional, tendo

1 ministrado cursos, não apenas palestras, em várias universidades entre as quais a Columbia
2 University, a Universidade Colorado, a École des Hautes Etudes, o Instituto de Estudos de
3 Desenvolvimento da Sorbonne, a Universidade de Bolonha e Universidade de Lisboa. Além
4 disso, é importante chamar a atenção que ela tem um vasto repertório de alunos titulados, mais
5 de 50 alunos titulados entre mestrado e doutorado, e também uma vasta experiência em
6 iniciações científicas. Ela teve um comprometimento institucional com a Unicamp bastante
7 vigoroso, desde o início da sua participação aqui na Universidade, quando foi chefe do Conjunto
8 da Antropologia, depois ela foi coordenadora de várias áreas do doutorado de Ciências Sociais,
9 foi coordenadora do Programa de Mestrado em Antropologia. É pesquisadora associada do
10 Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, que é muito importante, e foi sua coordenadora. Com isso,
11 ela teve uma participação institucional que não é meramente burocrática, mas também de
12 consolidar uma área. E ela teve uma participação muito vigorosa junto às agências de fomento:
13 foi coordenadora da área de Antropologia no CNPq e por mais de oito anos foi membro
14 consultora da Fapesp na área de Ciências Humanas. Então é com muito prazer, e levando-se em
15 conta a importância da sua obra, o estabelecimento de definição da velhice como um objeto
16 importante das Ciências Sociais, que a comissão advoga e é entusiasta dessa definição da
17 professora Guita como Professora Emérita. O MAGNÍFICO REITOR agradece o trabalho da
18 comissão que deu o parecer e abre a palavra ao diretor associado do Instituto de Filosofia e
19 Ciências Humanas. O Conselheiro MICHEL NICOLAU NETTO agradece à comissão pelo
20 trabalho realizado. Estão solicitando a concessão de um reconhecimento a uma das mais
21 importantes antropólogas do Brasil. Uma atuação fundamental na consolidação do programa de
22 Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu,
23 de cuja formalização ela participou. As pesquisas da professora Guita são reconhecidas
24 mundialmente, contribuições que ela fez são fundamentais hoje em dia para os estudos sobre
25 velhice e gênero. E os prêmios que a professora Maria Filomena já indicou, e que estão no
26 parecer, apenas referenciam uma importância reconhecida muito além dos próprios prêmios.
27 De toda forma, destaca a Medalha Roquette Pinto, Prêmio Jabuti e o próprio Prêmio Zeferino
28 Vaz. Não teve o prazer de ser aluno da professora Guita, mas muitos dos seus colegas que hoje
29 atuam no IFCH foram seus alunos, e quando eles tiveram notícia dessa indicação, celebraram
30 tremendamente e referendaram essa indicação. Sabe da sua generosidade, da sua competência
31 e da sua capacidade de formação daqueles que hoje estão nos quadros da Unicamp e de outras
32 universidades espalhadas pelo Brasil e pelo mundo. Então, não só como diretor associado do
33 IFCH, mas em nome de seus colegas, seus ex-alunos, celebra essa indicação e agradece
34 imensamente a comissão e este Conselho por analisar essa indicação. A Conselheira FÁTIMA
35 REGINA RODRIGUES ÉVORA agradece ao professor Samuel por ter lhe dado o privilégio
36 de substituí-lo nesta reunião, e ter assim a honra de votar essas duas indicações para professor
37 emérito, para o professor Roberto Schwarz e para a professora Guita. Apoiava vivamente a
38 concessão deste título, a professora Guita é uma colega com um trabalho extremamente
39 relevante, especialmente no que diz respeito à questão da velhice, da violência de gênero, tendo
40 um papel fundamental dentro do IFCH e para a Antropologia. Parabeniza a comissão e à

1 professora Maria Filomena, que a presidiu. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que
2 pediu a palavra para acompanhar a ênfase e o vigor com que a professora Maria Filomena, sua
3 colega do IFCH, apresentou aqui toda a trajetória da professora Guita, todo o empenho, toda a
4 construção que ela fez nas áreas de conhecimento em que ela atuou dentro da Antropologia. Na
5 construção do próprio IFCH, na construção do Pagu, na construção de várias iniciativas que
6 foram muito importantes para a formação de recursos humanos, para a construção da própria
7 Antropologia, e já tendo tido o reconhecimento de vários prêmios. Acompanha seus colegas
8 membros da comissão, observando que essa iniciativa para o IFCH é muito importante, não
9 somente para o IFCH, mas para a Unicamp, porque a professora Guita tem uma importância
10 muito além da Universidade, e cabe a ela fazer esse reconhecimento. Fica muito feliz em apoiar,
11 em votar favoravelmente com o mesmo vigor que a professora Maria Filomena colocou.
12 Agradece a comissão pelo trabalho. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR
13 submete a matéria à votação nominal: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Favorável.
14 O Conselheiro ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE
15 REZENDE ROCHA Favorável. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI
16 Favorável. O Conselheiro EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO Favorável. A
17 Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS Favorável. O Conselheiro MICHEL
18 NICOLAU NETTO Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA
19 Favorável. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER Favorável. O
20 Conselheiro BENILTON DE SÁ CARVALHO Favorável. A Conselheira CLAUDIA
21 VIANNA MAURER MORELLI Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO
22 Favorável. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável. A
23 Conselheira CRISTIANE MARIA MEGID Favorável. A Conselheira DIRCE DJANIRA
24 PACHECO E ZAN Favorável. O Conselheiro DIRCEU NORILER Favorável. A Conselheira
25 ELISABETH CARDOZO Favorável. A Conselheira ELLEN ALVES MENEZES Favorável.
26 A Conselheira EVANIR LOPES TEIXEIRA Favorável. O Conselheiro FERNANDO
27 ANTONIO SANTOS COELHO Favorável. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE
28 ALMEIDA HASHIMOTO Favorável. O Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. O
29 Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO
30 AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES Favorável. O
31 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Favorável. A Conselheira HELOISE DE
32 OLIVEIRA PASTORE JENSEN Favorável. O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA
33 VELASCO Favorável. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO Favorável. O
34 Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA
35 AZEVEDO MEYER Favorável. O conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO
36 Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ Favorável. O Conselheiro LUCIANO
37 ALLEGRETTI MERCADANTE Favorável. O Conselheiro JOSE LUIS PIO ROMERA
38 Favorável. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO Favorável. O Conselheiro LÍCIO
39 AUGUSTO VELLOSO Favorável. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO Favorável. O
40 Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO

1 ALBERTO TORSONI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável.
2 A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES Favorável. A Conselheira
3 MARIA LUIZA MORETTI Favorável. O Conselheiro MARCELO WEISHAAPT PRONI
4 Favorável. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Favorável. O
5 Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS Favorável. A conselheira
6 MILENA TIBÚRCIO CICONE Favorável. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE
7 Favorável. O Conselheiro MARCOS CÉSAR DE OLIVEIRA Favorável. A conselheira
8 MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA Favorável. O Conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE
9 Favorável. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI Favorável. O Conselheiro RICARDO
10 MIRANDA MARTINS Favorável. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável. O
11 Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN
12 SILVEIRA Favorável. O Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A
13 Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO Favorável. A Conselheira FÁTIMA
14 REGINA RODRIGUES ÉVORA Favorável. A Conselheira VANESSA PETRILLI
15 BAVARESCO Favorável. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ
16 Favorável. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO Favorável. O MAGNÍFICO
17 REITOR anuncia que foi aprovada por unanimidade, com 62 votos, a concessão do Título de
18 Professora Emérita à professora Guita Grin Debert a quem parabeniza, juntamente com o IFCH.
19 Passa ao item 03 – Proc. nº 01-P-13090/2022 e Dossiê nº 01-D-12624/2022 –, que trata de
20 proposta de Deliberação Consu que altera os Estatutos e o Regimento Geral da Unicamp. a)
21 Estatutos: Alteração do artigo 133. b) Regimento Geral: Alteração do artigo 216. O item
22 necessita de 2/3 dos votos para aprovação. Solicita à doutora Ângela Bignami, Secretária Geral
23 da Unicamp, que faça um resumo da questão que será votada. A Doutora ÂNGELA DE
24 NORONHA BIGNAMI diz que o assunto partiu de uma iniciativa da representação discente de
25 alteração dos artigos 133 dos Estatutos e 216 do Regimento. Eles se referem à limitação de não
26 poder participar de mais de um colegiado e à exigência de presença, então a proposta dos
27 estudantes foi, conforme consta no documento da pauta, a revogação do parágrafo único do
28 artigo 133 e do artigo 216, e supressão do trecho: “não exonera o estudante do cumprimento
29 dos seus deveres escolares, inclusive da exigência da frequência”. A Administração apresenta
30 uma redação alternativa para ambos os artigos, conforme consta às folhas 2 do PDF desse item,
31 qual seja, no artigo 133 constar: “exceto durante os horários de reuniões de órgãos colegiados
32 de que sejam membros” e no parágrafo único: “limitar a participação em dois colegiados”,
33 redação que se reproduz no artigo 216 do Regimento Geral. O Conselheiro MATHEUS ALVES
34 ALBINO diz que a representação discente encaminhou para a Secretaria Geral uma proposta
35 de alteração do regimento referente à representação estudantil. A proposta altera o artigo 216
36 para permitir que os estudantes de graduação e pós-graduação possam integrar,
37 simultaneamente, a representação nas unidades e nos conselhos centrais, então, por exemplo,
38 congregação e Consu, desde que eleitos. Propuseram uma redação para o artigo 216 e a
39 supressão do parágrafo único. A justificativa é de que não existe essa mesma restrição
40 regimental e estatutária para servidores docentes e não docentes que integram simultaneamente

1 mais de um colegiado da Universidade. A limitação historicamente tem comprometido o
2 preenchimento das cadeiras de representação discente, então entendem que a redação é
3 suficientemente clara quanto ao fato de que o exercício da representação não exonera o
4 estudante do cumprimento dos deveres escolares que já estão descritos em outros artigos do
5 Regimento Geral e dos Estatutos. A proposta apresentada pela Reitoria da redação do artigo
6 133 está realmente melhor do que a proposta da representação discente, no sentido de que ela
7 explicita que: “exceto durante os horários de reuniões de órgãos colegiados de que sejam
8 membros”. Acha que essa redação contempla a proposta dos estudantes, mas encaminha a
9 proposta intermediária de aceitar a nova redação e continuar a supressão do parágrafo único,
10 tendo em vista que o parecer da PG coloca que a revogação do parágrafo único não tem nenhum
11 impedimento legal. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai firmar um pouco a proposta da
12 Administração. Em relação ao primeiro item, a preocupação foi de garantir o abono de falta nas
13 reuniões em que o aluno tenha de comparecer, não algo que fosse extensível a todo o conjunto
14 de suas atividades, mas naquele momento de choque entre a atividade de sala de aula, as
15 atividades que exigem a sua presença para o aprendizado, e as reuniões que tiverem
16 coincidência. Isso envolve o mérito da proposta e deve ser apoiada. Na segunda questão, a
17 Reitoria avalia que é importante também deixar espaços para fortalecer a representação
18 estudantil com outras pessoas, evitar que um único aluno ocupe várias posições, represente
19 vários órgãos. De fato, não há uma limitação para funcionários e docentes, mas é pouco comum,
20 pois normalmente ocupam no máximo duas posições: no Conselho Universitário e,
21 eventualmente, em alguma das câmaras assessoras. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
22 PASTORE JENSEN diz que encaminha na direção da Administração. Acha muito importante
23 que estimulem outros alunos a participar, até por uma questão de pluralidade de ideias. Embora
24 seja muito bom que eles participem em vários órgãos, não há que se comparar a participação
25 de um conselheiro docente ou funcionário da Universidade com a participação de um
26 conselheiro discente. Até porque não se pode comparar o tempo que os discentes permanecem
27 na Universidade e o tempo que docentes e funcionários permanecem. Ainda na mesma direção,
28 acha que até duas comissões é demais, porque serão duas situações em que o aluno vai se
29 ausentar da sala de aula, serão duas situações onde um tipo de opinião vai ser representado,
30 então continua achando que o aluno ter direito a apenas uma representação é excelente, porque
31 isso vai estimular outros alunos a participarem com ideias diferentes, com outras posições. Acha
32 isso muito importante, democrático, saudável e interessante, por isso já declara que vai votar
33 contra essa proposta. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que
34 vai um pouco na linha de que a comparação não caberia, mas pararia por aí. Acha que esse item,
35 até onde se recorda das discussões, inclusive na CCG, por volta de 2007, 2008, era também
36 uma proteção quanto à realização de atividades acadêmicas, a sobrecarga de representação
37 estudantil que o estudante poderia ter. Mas não vê nenhum impedimento de que, por vontade
38 própria, o estudante possa representar os seus colegas em mais de uma comissão. Iria pela
39 supressão desse parágrafo único também; assim como o representante Matheus comentou, acha
40 que essa é uma decisão que pode ser estritamente dada ao próprio estudante que decide

1 participar de uma representação, sabendo que o trabalho, que a dedicação é imensa, sobretudo
2 quando se trata de Consu, de CCG. Os docentes, como o professor Antonio José colocou, são
3 representantes do Consu e de uma outra câmara, mas muitos são também representantes junto
4 à congregação, à comissão de graduação. Devem guardar as devidas proporções das funções
5 docentes e discentes; acha que esse parágrafo de certa forma protege os alunos, a realização de
6 suas atividades acadêmicas, mas o livre-arbítrio para que ele escolha deve ser dado também. A
7 Conselheira ELLEN ALVES MENEZES diz que todos têm ciência da rotatividade dos
8 estudantes na Universidade, mas a sua representação é fundamental em espaços institucionais.
9 É fundamental que ocupem cadeiras do Consu, da CCG, e acha que não é menor o que fazem
10 aqui em relação aos docentes e aos funcionários. Sobre o parágrafo único, não há nenhum
11 impedimento legal para que ocupem mais de duas cadeiras, e têm essa preocupação também de
12 que não sejam sempre os mesmos estudantes que ocupem diversas cadeiras. Mas querem ter
13 uma autonomia de escolha, querem que os estudantes possam escolher seus próprios
14 representantes sem que exista algo institucional que os impeça de fazer isso. Isso não quer dizer
15 que vão tentar ocupar muitas câmaras, até porque acha que nenhum estudante dá conta de lidar
16 com a graduação e ocupar diversas câmaras ao mesmo tempo. De toda forma, considera muito
17 importante que as mesmas regras sejam aplicadas aos funcionários, aos docentes e aos
18 discentes. Nesse sentido, solicitam a supressão do parágrafo único. Quando falam de ocupar
19 câmaras ao mesmo tempo, normalmente falam da congregação, que é um espaço muito
20 importante, da CCG e do Consu. Não estão falando de muitas câmaras, e também defendem
21 que seja diverso, que muitos estudantes participem, mas isso tem de ser uma escolha dos
22 estudantes. Sobre a falta, concorda que está melhor a redação da contraposta, portanto estão de
23 acordo e ficam satisfeitos de terem conseguido dialogar, de a proposta dos estudantes ter sido
24 ouvida, inclusive ter sido elaborada de uma forma melhor que a feita por eles. A Conselheira
25 ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS faz coro ao professor Marco. Entende como salutar
26 que os estudantes desenvolvam novas lideranças, que venham a ocupar novos cargos e que essa
27 representação estudantil tenha o maior número de vozes representadas. Por outro lado, ainda
28 que a carga de trabalho de um representante discente, ou docente, nas câmaras seja bastante
29 elevada, acha que cabe ao estudante individualmente decidir qual é a carga de trabalho, dentro
30 da burocracia universitária, à qual ele vai se sujeitar. Tem certeza absoluta de que eles têm
31 consciência da responsabilidade que é estar nessas câmaras e vão tomar essas decisões com
32 maturidade. Acha que faz parte do processo de desenvolvimento acadêmico desenvolver
33 também a maturidade para saber administrar o trabalho e as suas responsabilidades. Nesse
34 sentido, tem confiança na maturidade deles. Vale destacar que infelizmente não são muitos os
35 alunos que se propõem a esse tipo de trabalho, é até uma questão interessante que talvez pudesse
36 ser pensada a partir da Universidade, como desenvolver ou como estimular as associações de
37 estudantes que desenvolvam essa vontade de participar das instâncias burocráticas e
38 institucionais da Universidade. É favorável à modificação proposta e à retirada do parágrafo. O
39 Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que também é favorável à formulação que o
40 estudante Matheus Albino está propondo. A Universidade não tem de tutelar o modo como a

1 representação estudantil deve se dar. A representação estudantil deve ser autônoma, e isso não
2 só no processo de desenvolvimento da consciência dos estudantes na sua relação com os
3 espaços de representação. Esse é um direito dos estudantes, não só de quem está se
4 candidatando a um mandato eletivo na Universidade, um mandato nos órgãos centrais, nas
5 congregações, nas comissões internas, mas também dos estudantes em geral, que precisam ter
6 direito a votar nos seus representantes. Uma representação não se faz da noite para o dia, os
7 estudantes que estão aqui no Conselho Universitário e nas câmaras centrais foram
8 representantes também nas suas unidades, e o fato de chegar aqui no mandato aqui no Conselho
9 Universitário é um processo. Um processo de amadurecimento, de constituição desses
10 estudantes e dessas estudantes como lideranças, assim como os representantes docentes e
11 técnicos-administrativos também passaram por esse processo. Lamenta ter de se contrapor à
12 fala da professora Heloise, mas quando era estudante também ouvia esse tipo de argumento de
13 que os estudantes são passageiros e os professores e técnico-administrativos são permanentes
14 na Universidade. Repudia esse tipo de fala, acha que isso não contribui em nada para a relação
15 que estabelecem entre eles. Os estudantes têm uma enorme contribuição a dar e não podem
16 entender a pessoa que está representando em uma determinada ocasião como a única pessoa
17 importante nesse processo. A eleição de um membro do Conselho Universitário apenas é a face
18 visível de um processo constante de diálogo, de negociação, de construção de consensos que
19 também faz parte da vivência dos estudantes na Universidade. Parabeniza a Reitoria e a
20 Administração Central pela redação do artigo 133, acha que é importante que garantam esse
21 direito, a exceção da frequência nos momentos de reunião dos colegiados. Ele e outros colegas
22 exercem representação em três colegiados, e acha muito importante que os estudantes possam
23 estabelecer conexões com as suas unidades, que possam ter o direito a ser, se quiserem e se
24 forem votados, representantes nas comissões nas suas unidades, que possam trazer questões
25 aqui para o Conselho Universitário, para as comissões centrais. Não acha que devam ter dois
26 pesos e duas medidas para estudantes, para técnicos-administrativos e docentes. Se técnicos-
27 administrativos e docentes podem, não há nenhum veto à sua representação, os estudantes
28 também não devem ter. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES diz
29 que, assim como o conselheiro Matheus Albino colocou, concorda que não deva haver restrição
30 de apenas dois órgãos colegiados. Na Faculdade de Enfermagem existe uma dificuldade imensa
31 de haver representantes estudantis nos órgãos colegiados da Faculdade, tanto que estão sem
32 representação estudantil. Está muito preocupada com isso, porque a representação estudantil é
33 um aprendizado para a vida da pessoa. Foi representante estudantil e isso foi importante na sua
34 formação. Inclusive uma colega, professora Eliete Maria Silva, criou uma disciplina que trata
35 dessa questão de representação, da inserção política e outros temas que são relevantes para a
36 formação do profissional de Enfermagem, e para qualquer profissional que se forma na
37 Unicamp. Infelizmente ela não foi oferecida nos últimos anos, por falta de pessoal para isso,
38 mas pretende retomar essa disciplina assim que concluir seu mandato como diretora, porque
39 considera extremamente importante. Essa ação estudantil, essa formação, essa experiência,
40 como mencionou, é para a vida da pessoa, não é só naquele momento. E precisam estimular, no

1 caso da Faculdade de Enfermagem, os alunos para que eles participem dessa atividade.
2 Restringir a no máximo duas representações pode impedir que tenham representantes nas
3 comissões e nos órgãos colegiados. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE concorda
4 com as falas de vários conselheiros que a antecederam, acha muito importante que tenham
5 conseguido debater isso, mas também chegar a um consenso sobre a redação do artigo 133, que
6 foi um tema que debateram muito na última sessão para tentar chegar a um acordo. Acha que
7 chegaram a um bom termo, a proposta é muito boa porque ela tanto coloca a questão da
8 possibilidade de faltar e abonar quando as pessoas estão nos conselhos, como também não
9 exime os estudantes das outras responsabilidades acadêmicas. Sobre a supressão do parágrafo
10 único, existem diferenças, obviamente, entre a representação discente, a representação docente,
11 a representação de técnicos-administrativos. Acha que isso é normal das categorias, e o Consu
12 e os outros órgãos deliberativos não deixam de ser espaços muito importantes para as três
13 categorias. Têm feito o esforço de levar mais informes para os espaços estudantis, debater mais
14 o que está acontecendo no Consu, pensar mais coletivamente com os estudantes, realmente para
15 que consigam ter uma participação e um interesse maiores de estudantes, um acompanhamento
16 maior do que acontece aqui dentro, porque também desejam estimular a pluralidade dos
17 estudantes na representação. Entretanto, acha que os estudantes devem ter autonomia para poder
18 decidir quem eles querem que os representem. E se eles entendem que é importante ter uma
19 pluralidade etc., que mais pessoas se candidatem e que votem em pessoas diferentes também.
20 Não são muitos os casos, pelo menos os que conhece são bem poucos de pessoas que estão em
21 mais de um órgão, e é o que a conselheira Ellen comentou: é sempre, por exemplo, congregação
22 e CCG, ou congregação e Consu, que é uma atuação, na verdade, muito combinada às vezes. É
23 muito importante estar conectado com as demandas da sua unidade e também com a política
24 que ocorre de modo geral na Universidade, que são temas que se entrecruzam. Esse tema é
25 muito importante para a representação discente, porque de fato já perderam cadeira, já ficaram
26 sem representantes, sem suplentes, por conta dessa restrição. Não há nenhum impedimento
27 legal e não é algo que atrapalha a organização dos órgãos, é algo que estimula que mais pessoas
28 possam se candidatar, que estimula que se não há candidatos, possam estar presentes, possam
29 levar informes para a comunidade discente, possam intervir etc. Então acha que é uma medida
30 democrática e importante para os estudantes. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN
31 SILVEIRA diz que entende as posições que foram apresentadas aqui relacionadas à autonomia
32 dos estudantes, concorda plenamente que a participação estudantil tem de ser valorizada e ela
33 tem o mesmo peso das demais. Aprendem muito e, às vezes, avançam mais a partir da
34 participação dos estudantes. Basta ver os avanços que a Universidade conseguiu a partir da
35 mobilização estudantil. Mas acha importante essa ponderação feita pela Reitoria a respeito da
36 possibilidade de mais pessoas participarem. Tanto a participação nas instâncias deliberativas
37 quanto a forma como os estudantes se organizam nos seus movimentos são experiências
38 formadoras também, educadoras. Elas fazem parte do processo de formação proporcionado pela
39 Universidade, por isso seria importante que mais pessoas tivessem essa oportunidade de viver
40 também essa experiência formativa que se dá no âmbito das instâncias decisórias da

1 Universidade. Acha até interessante que sejam dois órgãos possíveis para que o mesmo
2 estudante possa acompanhar, por exemplo, a tramitação de um processo que saia da sua
3 congregação e venha para o Conselho Universitário. Ele pode trazer os debates que foram
4 ocorridos lá, parece-lhe bem inteligente essa decisão. Entretanto, abdicar de toda limitação
5 parece-lhe que desestimula um pouco a participação dos demais. O grau de consciência da
6 importância dessa participação não é o mesmo para todos, nem docentes, nem funcionários,
7 nem estudantes. Sempre precisam de um trabalho de sensibilização, de conscientização, para
8 mostrar a importância dessa participação. Também não seria contrário se surgisse uma proposta
9 de limitação da participação de docentes e funcionários, acha que isso poderia valer também
10 para eles, quem sabe algum momento isso apareça. Mas, no caso dos estudantes que
11 representam um contingente muito grande da Universidade, tem a impressão de que seria
12 importante sinalizar para a necessidade de que cada vez mais estudantes se envolvam nesses
13 processos decisórios que são também formativos. Então manteria a proposta da Reitoria, acha
14 que ela melhora a condição anterior, avança, e não perde de vista a dimensão formadora, que
15 precisam também estimular. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que não tem
16 condição de dizer se a redação da forma como está colocada é boa ou não para os alunos, por
17 isso segue o entendimento deles. Acha que o problema principal é o envolvimento dos alunos
18 na política institucional. Já foi, por diversas vezes, membro da comissão organizadora de
19 eleição para a representação discente de graduação e pós-graduação, e sempre observa que o
20 conjunto de eleitores é bem pequeno; em algumas situações, não houve nem quórum, pelas
21 regras que estavam colocadas. Entende que a grande maioria dos alunos está aqui para se
22 dedicar às suas atividades de graduação e pós-graduação, então sempre valoriza e admira o
23 conjunto pequeno de alunos que se envolvem com a política institucional. A eleição da bancada
24 de servidores também tem regras, e se não fossem as regras colocadas, elegeriam 100% da
25 bancada Consu com servidores da área hospitalar. Existem regras justamente para possibilitar
26 um equilíbrio, uma representação plural que contemple as diferentes áreas, Saúde,
27 Administração Central, faculdades e institutos. E, depois da eleição, quando fazem a
28 distribuição do conjunto de eleitos nas câmaras, também têm esse cuidado de fazer uma
29 distribuição plural. Então, segue o entendimento dos estudantes, mas acha que esses elementos
30 que colocou são importantes na discussão. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA
31 SILVA diz que também segue o entendimento dos estudantes. Acha que não é papel dos
32 conselheiros e da Universidade, a não ser que haja uma isonomia total em relação a essas
33 questões, dizer como os estudantes devem ser representados. Se há ou não mais gente, ou menos
34 gente entre eles na representação, isso é uma questão que deve ser atinente ao conjunto dos
35 estudantes. A Universidade, a Instituição não pode tutelar isso, e com uma regra como essa
36 estariam fazendo uma tutela, estariam dizendo como os estudantes devem se comportar. A
37 categoria dos estudantes é responsável, muitas vezes, por uma visão da Instituição mais
38 progressista do que a visão das categorias que permanecem, e é por conta dela que muitas vezes
39 avançam historicamente. A redação precisa respeitar, se for o caso fazer uma proposta de
40 isonomia, mas a tutela do número de pessoas a participar é um absurdo. Não devem criar

1 argumentos sobre como a Instituição, com a sua lei, vai incentivar os estudantes a terem maior
2 participação. Acha que não é esse tipo de postura que deveriam levar em consideração. O
3 Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que muitos
4 argumentos sobre os quais vem refletindo foram expressos por pessoas que falaram antes dele.
5 As tutelas existem; por exemplo, diretor não pode ser reeleito, o reitor também não pode ser
6 reeleito, como se os professores das unidades não pudessem escolher quem eles querem que
7 seja diretor. Na verdade, o diretor pode ser reeleito, mas não em seguida, o que acontece em
8 muitos casos. Por outro lado, gostaria de ponderar com os colegas o que é mais importante, que
9 haja a presença de estudantes em todos os níveis de representação ou que não haja repetição na
10 representação. Apesar de ver argumentos para os dois lados, que é bom, com a regra, estimular
11 a participação de mais alunos, acha que a declaração da professora Maria Helena foi muito
12 indicativa. Considera que o pior é não ter a representação estudantil nos órgãos decisórios da
13 Universidade. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que vai dialogar com as falas,
14 principalmente do professor Renê. Concorda com alguns pontos, mas só no último período já
15 perderam dois representantes muito bons, porque eles tiveram de escolher entre a representação
16 nos conselhos centrais e nas unidades. Eles acabaram, obviamente, por escolher as unidades.
17 No tempo da Unicamp, mesmo apresentar essa proposta de alteração do regimento já é um
18 grande avanço, e que consigam votar essa proposta é um enorme avanço. Lamenta muito a fala
19 da professora Heloise; não é porque fica menos tempo na Universidade que é menos conselheiro
20 que ela. Da mesma forma que ela está aqui há bastante tempo e defende que ela esteja, desde
21 que eleita, também teve o aval da sua categoria para representá-los durante um período
22 específico. Acha que essa tutela excessiva não faz bem à Universidade, já existem outros
23 mecanismos que estimulam a pluralidade, que já limitam a participação estudantil. Um exemplo
24 muito simples são as regras eleitorais para os conselhos centrais: os conselheiros não podem
25 ser da mesma unidade, então essas regras já estão no regimento. Existem outras limitações
26 também para que se tenha uma pluralidade, e acha que são razoáveis. Além disso, os alunos, na
27 última consulta da Reitoria, tiveram uma das suas maiores participações nesse processo, fruto
28 da representação discente na comissão da consulta. Isso mostra que conseguiram, ainda que
29 com muitas dificuldades, estimular o debate e a pluralidade sem que houvesse uma limitação.
30 Também acha pouco comum que exista uma representação de mais de dois colegiados, então
31 inicialmente não tem problema com isso, mas se não há veto para as demais categorias,
32 encaminha a supressão do artigo, talvez como um destaque, já que possuem um relativo
33 consenso com relação à redação do *caput*. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE
34 JENSEN diz que precisa se expressar melhor, porque várias pessoas distorceram o que falou.
35 Simplesmente mencionou uma verdade: os alunos ficam aqui menos tempo, não disse que eles
36 são menos ou são mais, apenas que há um período diferente. Não há o que questionar isso, e
37 acha muito importante essa última fala do conselheiro Matheus, e agradece muito por isso. Não
38 estava se recordando disso, mas ressalta o que ele mencionou: a participação dos alunos na
39 eleição da atual Administração foi massiva, então pergunta por que isso não pode ser feito
40 também nas demais eleições, na eleição dos próprios alunos para os conselhos. Pergunta por

1 que estão faltando tantos. Acha que essa capacidade de mobilização que eles tiveram na eleição
2 da atual Reitoria poderia ser usada em outras situações também. Tutela é uma palavra ruim para
3 uma atitude que não é má, é um cuidado com os alunos, cuidado com a sua formação, que
4 concorda que também pode ser política dentro dos conselhos. É algo favorável, por isso deve
5 ter rotatividade e presença de maior número de pessoas. Cuidar dos alunos não é tutelar, é uma
6 função da Universidade, que não só ensina, mas também cuida e forma cidadãos. E formar
7 cidadãos significa dar oportunidade a todos. Então, solicita que utilizem os mesmos
8 mecanismos, a forma como foi feita essa grande movimentação de alunos para votação do atual
9 Reitor para outras atividades. O conselheiro Matheus mencionou que perderam dois grandes
10 conselheiros discentes porque eles tiveram de tomar uma decisão entre uma ou outra. Observa
11 que a propositura de um mecanismo onde isso seja permitido também pode ser considerado
12 tutela, então pede que não vejam o que fala como uma tentativa de diminuir a representação
13 discente. Não é a primeira vez que acontece, é a segunda vez que o conselheiro Matheus fala
14 nesse sentido. Não tem nenhuma intenção de diminuir nada, só que precisam reconhecer o que
15 é real. Devem cuidar dos alunos no sentido de que eles não tenham de justificar ausências nas
16 suas disciplinas, que eles não fiquem sobrecarregados. A atividade dentro dos conselhos é
17 apaixonante para os alunos, como é para os docentes, então a dedicação deles tende a ser maior.
18 Não sabe por que não cuidar disso, não entende essa posição do conselheiro Matheus e de
19 alguns outros colegas que disseram que isso é tutela. Não é tutela. A Conselheira ELLEN
20 ALVES MENEZES diz que fica muito preocupada quando se fala desse cuidado com os
21 estudantes, desse não chamar de tutela, que na verdade é uma tutela porque menospreza um
22 pouco os estudantes. Acha que isso inclusive serve para explicar um pouco do porquê do
23 esvaziamento dos estudantes, vêm aqui e ouvem que precisam ser cuidados, mas o movimento
24 estudantil está aí para provar que os estudantes lutam, conseguem estar por dentro das coisas,
25 conseguem ter uma mobilização própria. E quando falam de poder escolher seus próprios
26 representantes, dar autonomia ao movimento estudantil, é sobre isso que estão falando, querem
27 ter o direito a ter a sua própria voz, querem que os estudantes escolham os representantes, e se
28 eles escolherem o mesmo representante para três categorias, isso é porque eles confiam no
29 trabalho do estudante e esse estudante não vai ficar aqui para sempre. Acha que o professor
30 Romão disse muito bem: não está aqui enquanto Ellen Alves, mas enquanto categoria de
31 estudante, e a próxima pessoa que vier em seu lugar vai vir enquanto estudante. E enquanto
32 estudantes, não sairão deste espaço; vão estar aqui enquanto existir universidade pública,
33 defendendo a universidade pública, defendendo uma universidade que seja de qualidade,
34 defendendo as cotas, porque é assim que conseguem a diversidade, a pluralidade. Mas é muito
35 importante que não sejam vistos como indivíduos a serem cuidados, porque estão aqui enquanto
36 categoria, têm as suas próprias lutas, e é muito importante que consigam dialogar com os
37 docentes, com os funcionários. É fundamental que reconheçam o papel que os estudantes
38 cumprem aqui, que não é um papel fácil, são minoria aqui enquanto são maioria na
39 Universidade. Também é fundamental que seja respeitada a autonomia universitária, que os
40 estudantes possam eleger seus próprios representantes. Acha que nenhum estudante quer ocupar

1 três cadeiras, pois isso exige muito; exige que estejam em muitas reuniões, que tenham uma
2 carga quase dupla. Portanto, eles próprios incentivam essa diversidade, ela não precisa vir a
3 partir de algo, de um aparato escrito dentro da legislação do Consu que vai fazer com que essa
4 diversidade exista. O Conselheiro ARLINDO ALEMÃO GREGÓRIO diz que foi contemplado
5 por muitas das falas, principalmente dos estudantes, e reforça o quanto são importantes esses
6 espaços decisórios. Muitos falaram sobre pluralidade, autonomia, e para além do direito
7 garantido, falaram também do quanto foi importante a participação dos estudantes nas
8 mudanças históricas nas universidades, e a Unicamp também está passando por esse processo
9 de mudança histórica. A sua simples presença em uma universidade, como estudante indígena,
10 já diz o que isso representa nessa mudança histórica. Então, acredita que para além dessas
11 palavras “cuidado”, “tutela”, é preciso que também tragam um olhar, uma ótica pensando na
12 pluriversidade mesmo que está presente, hoje, nas universidades e na Unicamp. É muito
13 favorável à alteração do artigo 216 e também à supressão do parágrafo único. O Conselheiro
14 WAGNER DE MELO ROMÃO diz que lamenta ter de falar novamente, mas deseja falar de
15 representatividade, de representação e de rotatividade. Também nesse quesito não dá para valer
16 só para os estudantes e não valer para os docentes e técnicos-administrativos. Tanto o espaço
17 do Conselho Universitário como o espaço das congregações são espaços de representação
18 política e de uma construção a respeito do que querem de melhor para a Universidade. Seria
19 muito bom se qualquer estudante pudesse ter essa possibilidade de alcançar uma certa
20 maturidade política e de compreensão sobre o funcionamento da Universidade e pudesse estar
21 aqui presente no Conselho Universitário, assim como também seria muito bom que todos os
22 docentes ou técnicos-administrativos também pudessem estar aqui. Mas não é assim que se faz
23 representação política, que se faz representação de ideias, que as pessoas se tornam
24 gradativamente referências nas suas unidades, nas suas áreas, nas suas categorias. Esse é um
25 processo contínuo, e vai citar uma colega e um colega que frequentam o Conselho Universitário
26 já há muito tempo: professor João Frederico e professora Claudia Medeiros. São pessoas que
27 estão aqui há vários anos e que trazem uma contribuição fundamental, inclusive para ele, que
28 está pela primeira vez que está aqui em uma representação no Conselho Universitário. Eles
29 trazem não só um conhecimento sobre a Universidade, mas também um conhecimento sobre
30 como devem atuar neste espaço máximo de representação que é o Conselho Universitário.
31 Então, os estudantes e as estudantes podem estar aqui por menos tempo que os docentes e
32 funcionários, mas eles também, na sua condição de estudante, carregam isso. Precisam entender
33 que também essas lideranças estudantis que vêm aqui ao Conselho Universitário carregam essa
34 compreensão, os ajudam a tomar melhores decisões, porque conhecem a Universidade, porque
35 andam pela Universidade, porque conversam com muita gente, porque têm uma dimensão dos
36 problemas, das questões que envolvem os estudantes desta Universidade. Então, acha que não
37 é desejável que a Universidade cerceie esse processo de representação política que se dá entre
38 os docentes, funcionários e também entre os estudantes. É melhor que deixem que o próprio
39 processo de representação, que vai para muito mais além do que o momento eleitoral, se dê de
40 maneira aberta e que, se novas lideranças entendem que é preciso ocupar esses espaços, que

1 disputem as eleições e que convençam outros colegas seus a votarem neles. É simples, e é muito
2 parecido, inclusive, com as eleições que possuem periodicamente para eleição dos parlamentos,
3 das câmaras e assim por diante. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz
4 que gostou muito da fala do Professor Renê, acha que devem levar em conta o que ele falou,
5 como educador, e cuja visão progressista da Universidade é relativamente inquestionável. A
6 argumentação dele foi muito sólida, e até pela Faculdade em que ele está, pelo histórico dele,
7 seria absurdo dizer que teria por trás dessa fala uma conotação de qualquer tipo de tutela. Mas
8 também gostou muito das duas falas do conselheiro Matheus Albino, concorda com elas, e para
9 que sua fala não pareça contraditória, acha que devem separar o que é o conceitual da medida
10 prudencial que precisam tomar hoje, 31 de maio. Uma representação estudantil cuja importância
11 está fora de questão, todos aqui concordam 100% com a importância da representação estudantil
12 e dos avanços que ela traz. Ela tem de ser autônoma, plural e que concilie ao mesmo tempo,
13 como falou o professor Wagner, uma certa rotatividade com um certo efeito de memória. Isso
14 são conceitos que considera inquestionáveis. Sobre como esses conceitos se concretizam agora,
15 no dia 31.05.2022, ao escolherem o máximo de dois, ou o eventual máximo de três, ou o
16 cancelamento de qualquer máximo, confessa que não possui uma opinião cabal. No entanto,
17 possui uma opinião cabal e uma crítica ao que foi falado, ou pelo menos permeado: não vem
18 desta Administração, e acha que por uma questão de justiça com o professor Antonio José, com
19 a professora Maria Luiza, e com todos da equipe, nenhuma tentativa de tutela, muito menos de
20 tutela absurda. O que estão propondo é um texto que foi elogiado pelos estudantes, dobrando,
21 aumentando em 100% o limite que já existia. Isso é importante que fique claro porque é uma
22 questão de justiça, estão propondo esse aumento 100%, podia ser de 200%, e também pode ser
23 cancelado, em função dos argumentos muito sólidos. Talvez um primeiro passo seja acatar esse
24 avanço e pensar em futuros avanços. Aliás, também concorda com o professor Renê, não se
25 sentiria ofendido se pensassem em algum tipo de regra mais estrita para a própria representação
26 docente, mas isso é outro assunto. O MAGNÍFICO REITOR diz que terão de votar as coisas
27 separadamente; a primeira questão é o *caput* do artigo, para o qual aparentemente há consenso.
28 Têm tido a tradição de fazer votação nominal em tudo o que envolve maioria qualificada, mas
29 pergunta aos conselheiros se há alguma objeção a não fazer votação nominal especificamente
30 em relação à modificação sugerida pela Administração em relação ao artigo 133 dos Estatutos
31 e 216 do Regimento Geral, só *caput* do artigo. Não havendo, submete à votação a proposta da
32 Administração para o *caput* desses artigos, de que o aluno está dispensado das aulas no
33 momento em que está nas reuniões de colegiado exercendo seu papel de representante, que é
34 aprovada por unanimidade, com 64 votos. O MAGNÍFICO REITOR diz que vão definir por
35 meio de votação qual será o encaminhamento, o que vai ser votado em primeiro lugar. Se
36 vencerem os favoráveis, será colocada em votação a proposta dos alunos. Se vencerem os
37 contrários, será colocada em primeiro lugar a votação da Administração. Após votação pelo
38 Zoom, anuncia que foi aprovado, com 37 votos favoráveis, 26 contrários e 01 abstenção o
39 encaminhamento de colocar em primeiro lugar a proposta dos alunos. Passa à votação da
40 proposta dos estudantes, de forma nominal: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE

1 Favorável. O Conselheiro ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O Conselheiro
2 ANDERSON DE REZENDE ROCHA Favorável. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS
3 BIANCARELLI Contrário. O Conselheiro EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO
4 Contrário. A conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS Favorável. O Conselheiro
5 MICHEL NICOLAU NETTO Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA
6 SILVA Favorável. O Conselheiro ARLINDO ALEMÃO GREGÓRIO Favorável. O
7 Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER Contrário. O Conselheiro
8 BENILTON DE SÁ CARVALHO Contrário. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
9 MEDEIROS Contrária. A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI Contrária.
10 O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO Favorável. A Conselheira CRISTIANE MARIA
11 MEGID Favorável. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN Favorável. O
12 Conselheiro DIRCEU NORILER Favorável. O Conselheiro EDUARDO GURGEL DO
13 AMARAL Abstenção. A Conselheira ELISABETH CARDOZO Favorável. A Conselheira
14 ELLEN ALVES MENEZES Favorável. A Conselheira EVANIR LOPES TEIXEIRA
15 Favorável. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO Abstenção. O
16 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Favorável. O
17 Conselheiro FERNANDO SARTI Contrário. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO
18 Contrário. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA
19 BARROS GONÇALVES Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Favorável.
20 A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN Contrário. O Conselheiro
21 IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO Abstenção. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
22 CONTRERA TORO Contrário. O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro
23 JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER Favorável. O Conselheiro JOÃO
24 MARCOS TRAVASSOS ROMANO Abstenção. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ
25 Favorável. O Conselheiro LUCIANO ALLEGRETTI MERCADANTE Favorável. O
26 Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA Favorável. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO
27 RIBEIRO Contrário. O Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO Contrário. O Conselheiro
28 LUIZ CARLOS ZEFERINO Contrário. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI
29 Contrário. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI Contrário. O Conselheiro
30 MÁRCIO ANTONIO CATAIA Contrário. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE
31 MORAES LOPES Favorável. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI Contrário. O
32 Conselheiro MARCELO WEISHAUP PRONI Favorável. O Conselheiro MARCO
33 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Favorável. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
34 MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE Favorável.
35 A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. O Conselheiro MARCOS CÉSAR DE
36 OLIVEIRA Favorável. O Conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE Favorável. O Conselheiro
37 PAULO ADRIANO RONQUI Favorável. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS
38 Favorável. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO Abstenção. O Conselheiro RENATO
39 FALCÃO DANTAS Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Contrário.
40 O Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI

1 APARECIDA RIBEIRO Contrária. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA
2 Contrária. A Conselheira VANESSA PETRILLI BAVARESCO Abstenção. A Conselheira
3 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ Favorável. O Conselheiro WAGNER DE
4 MELO ROMÃO Favorável. O MAGNÍFICO REITOR anuncia que a proposta recebeu 37 votos
5 favoráveis, 20 votos contrários e 06 abstenções, portanto não foi aprovada, já que precisaria de
6 dois terços. Em seguida, submete à votação a proposta da Administração, de limitar em até duas
7 participações em colegiados por estudante: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE
8 Favorável. O MAGNÍFICO REITOR Alberto Francato. O Conselheiro ALBERTO LUIZ
9 FRANCATO Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA Favorável.
10 Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Favorável. O Conselheiro EVERARDO
11 MAGALHÃES CARNEIRO Favorável. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE
12 FREITAS Favorável. O Conselheiro MICHEL NICOLAU NETTO Favorável. A Conselheira
13 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA Favorável. O Conselheiro ARLINDO ALEMÃO
14 GREGÓRIO Favorável. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER Favorável.
15 O Conselheiro BENILTON DE SÁ CARVALHO Favorável. A Conselheira CLAUDIA
16 MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável. A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER
17 MORELLI Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO Favorável. A Conselheira
18 CRISTIANE MARIA MEGID Favorável. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E
19 ZAN Favorável. O Conselheiro DIRCEU NORILER Favorável. O Conselheiro EDUARDO
20 GURGEL DO AMARAL Favorável. A Conselheira ELISABETH CARDOZO Favorável. A
21 Conselheira ELLEN ALVES MENEZES Favorável. A Conselheira EVANIR LOPES
22 TEIXEIRA Favorável. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
23 Favorável. O conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Favorável.
24 O Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO
25 Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA
26 BARROS GONÇALVES Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Favorável.
27 A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN Favorável. O Conselheiro
28 IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO Favorável. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
29 CONTRERA TORO Favorável. O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro
30 JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER Favorável. O Conselheiro JOÃO
31 MARCOS TRAVASSOS ROMANO Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ
32 Favorável. O Conselheiro LUCIANO ALLEGRETTI MERCADANTE Favorável. O
33 Conselheiro JOSE LUIS PIO ROMERA Favorável. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO
34 RIBEIRO Favorável. O Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO Favorável. O Conselheiro
35 LUIZ CARLOS ZEFERINO Favorável. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA
36 MORI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI Favorável. O Conselheiro
37 MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE
38 MORAES LOPES Favorável. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI Favorável. O
39 Conselheiro MARCELO WEISHAUPPT PRONI Favorável. O Conselheiro MARCO
40 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Favorável. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA

1 MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE Favorável.
2 A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. O Conselheiro MARCOS CÉSAR DE
3 OLIVEIRA Favorável. O conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE Favorável. O Conselheiro
4 PAULO ADRIANO RONQUI Favorável. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS
5 Favorável. A conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável. O conselheiro RENATO
6 FALCÃO DANTAS Favorável. O conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável.
7 O Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI
8 APARECIDA RIBEIRO Favorável. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA
9 Favorável. A Conselheira VANESSA PETRILLI BAVARESCO Favorável. A Conselheira
10 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ Favorável. O Conselheiro WAGNER DE
11 MELO ROMÃO Favorável. O MAGNÍFICO REITOR informa que a proposta da
12 Administração foi aprovada por unanimidade, com 64 votos favoráveis, ficando portanto a
13 formulação da terceira coluna do quadro apresentado. Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-
14 13090/2022 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que altera os Estatutos e o
15 Regimento Geral da Unicamp. a) Estatutos: Alteração do inciso VI do artigo 76. b) Regimento
16 Geral: Alteração do inciso VI do artigo 138. O item necessita de 2/3 dos votos para aprovação.
17 Solicita à doutora Ângela que apresente as sugestões de modificação. A Doutora ÂNGELA DE
18 NORONHA BIGNAMI diz que essa alteração dos Estatutos, e conseqüentemente do
19 Regimento Geral, é decorrente da proposta do item 05 da pauta, que é a alteração da tabela de
20 GRs, com a criação da GR específica para coordenador de extensão, mantendo-se coordenador
21 de pesquisa. Atualmente os Estatutos permitem que nas congregações das unidades haja a
22 presença do coordenador de extensão ou de extensão e pesquisa. A proposta aqui é apenas
23 possibilitar que as unidades, se assim entenderem e quiserem, incluam os dois. Então, no artigo
24 86, inciso VI, em vez de constar coordenador de extensão, ou extensão e pesquisa, constaria
25 coordenador de pesquisa e/ou coordenador de extensão. Isso permitiria que as unidades
26 alterassem seus regimentos internos e regimentos internos de suas congregações, se assim
27 desejarem. O MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta do item 05 sugere a possibilidade de
28 ter gratificações de representação separadas para coordenador de pesquisa e coordenador de
29 extensão. Para que essa modificação contemple a possibilidade de organização dos colegiados,
30 exige-se a modificação dos Estatutos, então essa é, basicamente, a justificativa da proposta. Vão
31 discutir o tópico das GRs a seguir, obviamente há uma relação entre os dois, mas o que estariam
32 decidindo aqui não é exatamente a gratificação, mas a modificação dos Estatutos para permitir
33 essa separação, em termos de representação, nos órgãos colegiados. A Conselheira CLAUDIA
34 MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se este “e/ou” significa que pode haver uma ou duas,
35 ou nenhuma adicional dependendo de como estiver organizada a unidade. O MAGNÍFICO
36 REITOR diz que é uma possibilidade, ela não obriga a unidade a fazer isso. A Conselheira
37 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS responde que sim, mas solicita confirmação se
38 pode ser zero, uma ou duas. O MAGNÍFICO REITOR diz que acha que pode ser uma ou duas;
39 pergunta à doutora Ângela se há unidades que não tem nenhum dos coordenadores. A Doutora
40 ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI responde que acredita que não. O Conselheiro

1 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que essa é uma alteração nos Estatutos
2 bastante importante para a Extensão especificamente, para a ProEC, que dá às unidades a
3 possibilidade ou de ter alguma comissão de extensão e pesquisa juntos, como muitas unidades
4 hoje têm, ou que as unidades definam uma coordenação de extensão e uma coordenação de
5 pesquisa como coordenações separadas, o que a ProEC fortemente recomenda. Embora
6 recomende, obviamente fica a critério da unidade decidir, então acha extremamente importante
7 votar essa proposta hoje porque isso dá realmente uma flexibilidade bem grande para as
8 unidades poderem organizar a área de extensão de uma forma mais independente. O
9 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que é importante
10 lembrar a criação desse cargo de coordenador de extensão e pesquisa, que veio da reformulação
11 dos Estatutos, fortalecendo a extensão. O que está vigente hoje em dia, ou extensão, ou extensão
12 e pesquisa, foi formulado na época para proteger o coordenador de extensão, então as unidades
13 têm de optar ou por extensão, ou extensão e pesquisa. Acha que é importante dar a possibilidade
14 de haver a coordenação de pesquisa separada; já foi uma ampliação naquele momento, foi um
15 passo dado, e isso agora consolida mesmo, de fato, a importância que tem extensão e a pesquisa
16 nas unidades. Reforça a importância da aprovação desse item, e na sequência a aprovação da
17 gratificação para a pesquisa de fato. O regimento atual preserva a extensão, que foi aquele
18 esforço que toda a Universidade fez de fortalecimento da extensão, mas agora estão em um
19 outro momento, de separar as duas, caso as unidades queiram. Às vezes unidades funcionam
20 bem com pesquisa e extensão juntas, mas considera um avanço e defende a proposta. A
21 Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO diz que é importante se instituir a
22 coordenação, em todas as unidades que fazem extensão e pesquisa, e chama a atenção para a
23 necessidade de se pensar também em contemplar os colégios. Há um entendimento da
24 necessidade de revisão da estrutura curricular dos cursos técnicos, atendendo à deliberação
25 federal sobre o ensino de nível médio. O Cotel já se antecipou e já reviu a estrutura curricular,
26 e nessa revisão foi instituída uma disciplina chamada Projeto Integrador, na qual podem realizar
27 mais efetivamente ações de extensão. Estão acompanhando com muito cuidado todo o
28 entendimento da extensão como um trabalho extraunidade que atenda à comunidade, que se
29 volte para a sociedade. Isso exige uma tarefa de coordenação muito significativa. Ainda não há
30 uma condição favorável para realizar ações de extensão com a potencialidade que possuem,
31 então há no encaminhamento 24 unidades sendo contempladas. Não vai votar contrariamente,
32 de forma alguma, mas deixa registrado que é extremamente importante e necessário que seja
33 viabilizado um estudo para contemplar os dois colégios também com coordenação de extensão
34 e pesquisa, com gratificação, porque fazem esse trabalho, mas não recebem essa gratificação
35 até o momento. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que fica bastante feliz com
36 essa proposta. Acha que, nas congregações, quanto mais participação melhor, é um passo que
37 estimula a valorização da extensão e a consolidação da extensão na Universidade. Tem pleno
38 acordo com a proposta, mas lembra que cada vez que alteram os Estatutos para acrescentar
39 membros da congregação, no próprio Consu, precisam também estar atentos em reajustar as
40 proporções entre as representações existentes, principalmente representação dos servidores

1 técnico-administrativos e de estudantes. Não tem nada a acrescentar na proposta, mas lembra
2 que esse esforço na congregação vai precisar ser feito pelos diretores cada vez que se incluir
3 um membro na congregação, para que a proporção de 30% de não docentes se mantenha intacta.
4 O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS parabeniza a Reitoria por propor essa
5 modificação, é uma reivindicação antiga de muitas unidades. Na FT, já possuem um
6 coordenador de pesquisa que trabalha voluntariamente, então deixa registrado o seu apoio a
7 essa proposta. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz, sobre a
8 inclusão do coordenador de pesquisa, que talvez a redação precise ser algo como “coordenador
9 de pesquisa e/ou coordenador de extensão, se houver”, pois lhe parece que nem todas as
10 unidades possuem coordenador de pesquisa. Inclusive o “se houver” ao final era a maneira que
11 a Secretaria Geral escrevia antes dessa modificação que agora se encontra no regimento. A
12 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI pergunta à doutora Ângela quantas unidades possuem
13 coordenador de pesquisa e/ou de extensão. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI
14 diz que não tem essa informação, mas sempre há um ou outro, uma vez que o Regimento e os
15 Estatutos preveem a presença de um deles. Com a proposta agora, caso as unidades desejem
16 incluir os dois, será possível, observando o cômputo de 70%, mas cada uma fará a sua avaliação.
17 Parece-lhe desnecessário o acréscimo de “se houver”, uma vez que é “e/ou”, mas o colegiado
18 decide. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que sua
19 interpretação, que pode estar equivocada, é que está se supondo que há coordenador de pesquisa
20 e coordenador de extensão. A representação pode ser que tenha somente um ou outro, mas está
21 supondo que há a existência dos dois, então por isso sugere colocar o “se houver”, mas se for
22 convencido de que não é necessário, tudo bem. Talvez não seja mesmo relevante acrescentar.
23 O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que essa proposta é muito boa, e no
24 Imecc a ideia do coordenador de pesquisa está sendo discutida neste momento. Não foi criada
25 ainda uma comissão de pesquisa no Instituto, mas criaram uma assessoria *ad hoc* para ver como
26 funciona, para tentar ir transferindo tarefas de comissão de pós-graduação e de outros lugares
27 para essa comissão de pesquisa, e decidirem em breve se vale a pena criar ou não. Mas essa já
28 era uma das preocupações do Imecc, porque se criam, de fato, a comissão de pesquisa ia ficar
29 uma situação estranha, pois não saberiam como fazer para dividir essa gratificação, se ficaria
30 dois anos com extensão, dois anos com pesquisa. Elogia a proposta, que dá tranquilidade para
31 as unidades que querem criar as suas comissões de pesquisa e ter os seus coordenadores de
32 pesquisa poder se planejar melhor. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA
33 parabeniza e agradece a Reitoria, a Administração atual e também o professor Fernando
34 Hashimoto, que já vinha discutindo bastante sobre isso anteriormente. Acha que é uma proposta
35 muito bem-vinda, já pedida há muito tempo por vários diretores e professores. No Instituto de
36 Computação, no planejamento estratégico realizado em 30.09.2014, já haviam levantado a
37 grande necessidade, para as ações do Instituto de Computação, de ter separados o papel do
38 coordenador de extensão e do coordenador de pesquisa. Acha que isso vai ao encontro de
39 aspirações de muitas unidades, vai permitir uma separação de papéis, vai permitir que tenham
40 uma atenção especial às chamadas públicas de pesquisa e ações importantes que são

1 caracterizadas por extensão, não tomando o tempo de um dos coordenadores com a área do
2 outro, se for uma unidade que já está em amplo crescimento nesse sentido. É o caso do Instituto
3 de Computação, por exemplo, em que há várias ações de extensão, vários cursos de extensão e
4 ao mesmo tempo é importante cuidar da parte de pesquisa. Hoje isso é um trabalho acumulado.
5 Como mencionou, no planejamento estratégico de anterior do IC, renovado em 2020, essa
6 demanda já aparecia, então agradece por colocarem em pauta esse item tão importante. Assim
7 como o próximo item, que também coloca no mesmo patamar de igualdade os diferentes
8 coordenadores para as unidades que optarem por ter esses coordenadores, e assim terem papéis
9 diferentes e contribuir para o crescimento da unidade e da Universidade como um todo. O
10 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA cumprimenta o pró-reitor anterior, professor
11 Fernando Hashimoto, e o pró-reitor atual, professor Fernando Coelho, pois essa é uma medida
12 que vem de fato corrigir uma distorção que a Universidade tinha em relação aos pesos que ela
13 atribui às três finalidades básicas que a universidade pública deve cumprir. Fica bastante feliz
14 em relação a isso porque a Faculdade de Educação tem uma demanda gigantesca de atividades
15 de extensão, envolvendo cursos e eventos, o que demanda também uma grande sobrecarga de
16 trabalho sobre o coordenador. Então a proposta vem corrigir uma injustiça também nesse
17 sentido. Faz uma pequena sugestão, na verdade não só para esse assunto: sempre se referem aos
18 cargos no masculino, “coordenador”, por exemplo, o que é uma tradição inclusive jurídica no
19 país, que vem de uma infiltração da mentalidade patriarcal na linguagem. Sugere que aos
20 poucos, pelo menos, se não for possível ser mais rápido, começassem a pensar em uma forma
21 alternativa de designar os cargos, pelo menos incluindo uma flexão de gênero, para que
22 comecem a estimular uma cultura diferente, de participação nesses cargos decisórios. Solicita
23 também um esclarecimento sobre como isso poderá ser implementado, uma vez aprovado, se
24 já é imediato nas unidades, ou se precisam aguardar, por exemplo, alteração no regimento
25 interno. Em relação à questão da congregação, que considera fundamental, trazida pelo
26 conselheiro Matheus Albino, também pergunta qual é o prazo que teriam para se adaptar. No
27 caso da FE seria urgente, quanto mais cedo melhor. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA
28 BIGNAMI esclarece que as unidades que desejem fazer essa alteração vão precisar adaptar os
29 seus regimentos internos, e se houver, os regimentos internos das congregações. O
30 MAGNÍFICO REITOR diz que a decisão muda o arcabouço da Unicamp, e a unidade tem de
31 adaptar isso internamente. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA solicita
32 confirmação se antes de implementar, por exemplo, a coordenação de extensão, a unidade
33 precisa fazer a mudança no regimento interno. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA
34 BIGNAMI responde que não, mas para alterar a composição da congregação precisa alterar o
35 regimento. O MAGNÍFICO REITOR diz que a unidade pode montar a coordenação de
36 extensão, mas para ela ter representação na congregação, é preciso atualizar o regimento
37 interno. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que ficou surpreendido positivamente
38 com essa possibilidade de ter as duas gratificações separadas. Na Faculdade de Ciências
39 Médicas, tanto as atividades de extensão como as atividades de pesquisa são significativas, isso
40 na última certificação não pôde ser contemplado, houve uma definição amarrada de que não

1 poderia ser assim. Até havia preparado uma solicitação como recurso da revisão da certificação
2 da FCM, tentando viabilizar gratificações separadas, então vai poupar a PRDU de receber essa
3 solicitação. Parabeniza a Administração por essa iniciativa. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO
4 RIBEIRO parabeniza a Administração Central pela proposta e solicita que sejam incluídos na
5 discussão os colégios. Recentemente passaram pela avaliação institucional e como
6 recomendação foi colocado que a Universidade ampliasse a institucionalização dos colégios, o
7 que vem sendo feito. Da mesma forma com a reforma do ensino, incluindo a curricularização
8 da pesquisa e da extensão de nível médio técnico, já implementada, e cuja transição será
9 concluída em 2024. Estão em fase de adaptação, de organização das atividades, mas julga
10 importante dar continuidade a essa institucionalização, e a cada atualização, melhoria dos
11 Estatutos, do Regimento, que sejam incorporados os colégios, com o entendimento de que as
12 unidades de ensino da Universidade também contemplam os colégios e todas as suas atividades
13 de ensino, pesquisa e extensão. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
14 diz que não tiraram os colégios do radar no momento da proposta dessa possível diferenciação,
15 assim como na proposta do item seguinte da pauta, que é a criação das GRs. Em um segundo
16 momento, vão pensar e rever tudo isso, porque é realmente muito claro que, com a nova
17 legislação relacionada ao ensino médio, existem alternativas e propostas que constituem a
18 atividade de extensão na formação dos alunos também de ensino médio. Essas alterações estão
19 sendo implementadas e estão muito atentos para tratar os colégios da mesma forma das outras
20 unidades, só pede um pouco de tempo, mas isso está no radar. O MAGNÍFICO REITOR diz
21 que existem estruturas um pouco diferentes até do ponto de vista da composição das
22 congregações, então não podem tratar na mesma norma. Terão de fazer um estudo especial para
23 os colégios para ver como adaptar, inclusive os colégios têm outros coordenadores, além do
24 tradicional em uma unidade de ensino. Então o ponto está levantado e a ideia é fazer um estudo
25 mais detalhado, em breve, sobre isso. Não havendo mais observações, sugere a votação pelo
26 Zoom, obtendo concordância do plenário, e submete à votação a matéria, que é aprovada por
27 unanimidade, com 62 votos favoráveis. Passa ao item 05 – Proc. nº 01-P-18408/2017 –, que
28 trata de proposta de alteração da Deliberação Consu-A-16/2019, que dispõe sobre a Tabela de
29 Gratificações de Representação, com inclusão de novas GR e correção do número máximo de
30 funções gratificadas. Solicita que o professor Fernando Sarti faça a apresentação. O Conselheiro
31 FERNANDO SARTI diz que a proposta que consta no item 05 é uma alteração na Deliberação
32 Consu-A-16/2019, em duas direções: de um lado para mostrar que ainda há um excedente de
33 gratificações em relação ao quantitativo estabelecido por essa deliberação, e a ideia é trazer ao
34 Conselho para que esse quantitativo superior possa ser aprovado e permanecer. E ao mesmo
35 tempo estão trazendo também a proposta de novas gratificações para quatro áreas. Em janeiro
36 de 2019, o gasto mensal com gratificações na Universidade era de R\$3,945 milhões. Em abril
37 de 2019, houve uma proposta de corte linear de 30% que acabou não sendo aprovada pelo
38 Conselho Universitário, isso voltou a ser discutido e deu origem à Deliberação Consu-A-
39 16/2019, de junho de 2019, na qual se propôs um valor máximo na quantidade de gratificações
40 atribuídas em 105 funções diferentes na Universidade. A ideia era mais ou menos ter um corte

1 semelhante a esse proposto linearmente, de 30%, mas agora olhando as especificidades de cada
2 um dos órgãos. Depois do período de certificações por que todos os órgãos passaram, tiveram
3 uma redução nesse valor para R\$2,981 milhões, portanto uma redução em quase R\$1 milhão.
4 O valor de março de 2021, quando essa gestão se iniciou, comparado a março de 2022, tem
5 uma diferença de R\$309 mil, que significa, exatamente, o último órgão que faltava ser
6 certificado, que era o HC. Esses R\$309 mil correspondem à estrutura de gratificação do HC,
7 portanto foi respeitado integralmente o que havia sido colocado na Deliberação Consu-A-
8 16/2019. O primeiro ajuste que está sendo solicitado ao Consu é o seguinte: se olharem para as
9 105 funções gratificadas na Universidade, 100 estão dentro do quantitativo proposto pela
10 deliberação, mas em cinco dessas funções há ainda um excedente. Coordenador de divisão a
11 deliberação estabeleceu 43, estão em 57, portanto um excedente de 14. Em coordenador de
12 serviço, um excedente de 36; assistente técnico, um excedente de 33; supervisor de seção 142;
13 secretário de diretoria, quatro. Esse excedente representa, já com o reajuste de 20,67%, um
14 valor de R\$459 mil mensais, que já está no orçamento da Universidade. Quando apresentam a
15 distribuição orçamentária, quando colocam a participação da folha sobre orçamento, esses
16 excedentes estão ali dentro. Aprovar esse excedente significa manter a atual distribuição
17 orçamentária, não representa um gasto adicional. A proposta que estão trazendo aqui ao
18 Conselho é: corrigir aquele Anexo II da deliberação onde constam esses quantitativos, incluindo
19 esse excedente que aqui está apresentado; incluir 24 gratificações de coordenadores de
20 extensão, mas pelas falas anteriores do item 04 está claro que algumas unidades podem ter
21 optado pela pesquisa, ou pela extensão, mas hoje não pode ter as duas. Então, o que está se
22 propondo é criar 24 pelas unidades de ensino, separando pesquisa e extensão, com valores
23 exatamente iguais para as duas gratificações, de pesquisa ou de extensão. Ao mesmo tempo, a
24 criação de 23 coordenadores de pós-graduação. Existem 75 programas de pós-graduação na
25 Universidade, e pela deliberação se obrigou que o coordenador geral de um programa de pós-
26 graduação tivesse também de assumir uma coordenação de programa, e agora estão separando
27 uma coisa da outra, é só coordenador geral e coordenadores de programa. Com exceção de 10
28 unidades onde há apenas um programa de pós-graduação, então nesse caso há apenas um
29 coordenador geral, não vai ter sentido criar uma GR de coordenação de programa. Então, o que
30 está se propondo aqui é um acréscimo de 23 funções gratificadas de coordenadores de
31 programa, que não é o total, o restante já está dentro do orçamento. E separa-se, portanto, a
32 coordenação geral da coordenação de programa. Uma quarta proposta é a gratificação de 11
33 coordenadores de mestrado profissional, essa função já existe, está ali na deliberação, só não
34 era gratificada, então está se propondo também as classificações para essas 11 coordenações.
35 E, finalmente, três gratificações para as coordenações das comissões de ética, CEP, CEP-CHS
36 e Ceua. Lembra que aquele primeiro excedente no valor já reajustado é R\$459 mil mensais, ou
37 R\$6,12 milhões ao ano, que já está dentro do orçamento, já é gasto. O que está sendo
38 acrescentado em termos de criação é o valor de R\$1,2 milhão ao ano, ou R\$99 mil mensais em
39 cima dessas cinco propostas que acabou de mencionar. Lembra também que possuem ainda
40 hoje aquela estrutura onde há funções que serão substituídas para funções já vigentes no quadro

1 novo e, portanto, os recursos serão colocados, quando forem desocupadas essas funções. E
2 existem aquelas que, uma vez desocupadas, serão extintas do quadro, que são as que estão em
3 vacância, portanto não podem somar esses R\$821 mil porque uma parte disso já está dentro do
4 quadro de funções. Do ponto de vista financeiro era isso, e em seguida passa a palavra para os
5 colegas, para justificarem as demandas da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, da Pró-Reitoria de
6 Pesquisa e da Pró-Reitoria de Extensão. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz,
7 justificando as sugestões que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação encaminhou para a PRDU e para
8 a Reitoria para reimplantação ou implantação de algumas gratificações, que vai primeiro se
9 deter na questão dos mestrados profissionais. Vários dos mestrados profissionais são muito
10 antigos na Universidade; por exemplo, há um na FOP desde 2003, o mestrado de Matemática
11 Aplicada desde 2006, e hoje são 11 mestrados profissionais, sendo três deles, o ProfBio, o
12 ProfMat e o ProfHistória, em rede nacional. Eles fazem formação profissional de professores,
13 fazem uma série de formações importantes de recursos humanos. Os últimos mestrados
14 profissionais foram implantados em 2017, são *stricto sensu*, da mesma forma que os mestrados
15 acadêmicos. Isso significa responder à Capes nas mesmas condições que qualquer mestrado
16 acadêmico. Significa preencher plataforma Sucupira, fazer avaliação, constar das comissões,
17 cuidar da formação e dos indicadores que são colocados pelas comissões específicas da Capes
18 para esses mestrados. Então, o trabalho desses coordenadores é absolutamente idêntico ao do
19 mestrado acadêmico, mas eles não recebem gratificação por esse trabalho importante. Dos
20 alunos de mestrado da Universidade, 10% são dos mestrados profissionais, o que não é pouca
21 coisa, porque há um número muito grande de alunos de pós-graduação, principalmente de
22 mestrado. Entendem que já possuem condições de fazer o reconhecimento organizacional, pois
23 o trabalho já existe, o que não existe é o reconhecimento financeiro do trabalho desses
24 coordenadores de mestrado profissional. Essas funções já existem nos quadros das unidades,
25 elas estão lá nominadas, apenas não recebem gratificações. O outro ponto são as novas
26 gratificações para as coordenações de mestrado. Estão pleiteando retornar a uma organização
27 anterior que a pós-graduação da Unicamp sempre teve, que é ter os coordenadores de mestrado
28 e doutorado dos programas das unidades e o coordenador geral. Há unidades com um número
29 elevado de programas, por exemplo, a FCM tem 15, o IFCH tem 10, o IB tem oito, e isso incorre
30 em um trabalho volumoso não apenas para cuidar dos alunos, das suas demandas, da
31 organização dos cursos, mas também em termos da gestão financeira. Apenas dos Proap,
32 receberam da Capes mais de R\$3 milhões, e esses recursos têm de ser geridos pelos
33 coordenadores, pois é fundamental que sempre gastem bem todo o recurso que recebem das
34 agências financiadoras. Existe uma enorme dificuldade para os coordenadores gerais, que
35 acumulam a coordenação também do seu programa, de ter o conhecimento das possibilidades
36 de gastos, fazer a gestão desses recursos, de otimizar os recursos que a Universidade recebe.
37 Então, de um lado estão pleiteando que se retorne a uma organização anterior, com a presença
38 do coordenador geral, que é aquele que tem de dar conta das questões da gestão financeira, da
39 garantia das condições institucionais para toda a pós-graduação da sua unidade e para as
40 questões do próprio alunado, que sempre emerge com determinadas demandas, inclusive agora,

1 com o retorno das aulas presenciais, essas questões ficaram ainda mais prementes para cada
2 unidade. Acha que desse aspecto todos têm maior clareza porque já é uma situação que todas
3 as unidades viveram até um tempo atrás, quando essa foi uma função acoplada dos
4 coordenadores gerais e dos coordenadores de programas de pós-graduação. Portanto, o pleito
5 da Pró-Reitoria de Pós-Graduação é de um lado o reconhecimento do trabalho dos
6 coordenadores dos mestrados profissionais, e de outro lado o reconhecimento da complexidade
7 do trabalho das coordenações gerais das unidades que têm mais que dois programas de pós-
8 graduação. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO ratifica a posição que
9 a ProEC já apresentou a respeito dessa proposta: a partir do momento em que foi criada a função
10 de coordenação de extensão e pesquisa e que foi deixada às unidades a escolha de qual
11 coordenador deveria ser gratificado, dependendo da unidade e sobretudo quando as unidades
12 têm uma demanda de pesquisa muito grande, o coordenador que era gratificado era coordenador
13 de pesquisa, fazendo com que o trabalho da extensão ficasse como um trabalho voluntário. Pelo
14 menos na lista que possui, a única variação sobre o tema era da FT, em que os coordenadores
15 poderiam variar: ora um, ora outro recebia gratificação. Dentro do preceito constitucional de
16 que a extensão deve ser tratada de uma forma indissociável do ensino e da pesquisa, acha que
17 a Universidade precisa fazer um reconhecimento claro do papel da extensão no processo de
18 geração de conhecimento e sobretudo no processo de integração desse conhecimento à
19 sociedade, então é importante que essa gratificação seja reconhecida como uma gratificação da
20 extensão, e que haja obviamente também uma gratificação da pesquisa. Algo também
21 importante neste momento que vivem é que a Universidade está começando a implementar, e
22 no ano de 2023 vai trazer isso com mais intensidade, as ações de curricularização da extensão,
23 o que vai exigir desse coordenador de extensão uma quantidade bastante significativa de
24 trabalho adicional. Vai caber a esse coordenador, entre outras coisas, além do trabalho conjunto
25 com o coordenador de graduação de cada unidade, também todo o trabalho de colaboração na
26 compilação e na validação das atividades de extensão que são realizadas nos cursos de
27 graduação para fazer agora o registro na DAC e assim os alunos poderem ter os créditos
28 associados a essas atividades validados. Sempre foi importante, mas neste momento é
29 crucial que tenham a possibilidade de gratificar os coordenadores de extensão. Deixar às
30 unidades o critério de criar ou não duas coordenações separadas, mas no caso da criação das
31 duas coordenações separadas, os dois coordenadores são reconhecidos e ambos têm
32 gratificação. Acha que isso é realmente muito importante, solicita o apoio dos colegas do Consu
33 para que essa proposta possa ser aprovada e reitera o que o senhor Reitor disse sobre os colégios,
34 eles estão no radar e essa vai ser uma ação posterior. Agradece e se coloca à disposição. O
35 Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz que a solicitação da PRP diz
36 respeito ao trabalho das comissões e comitês de ética em pesquisa, os CEPs e a Ceua da
37 Universidade. O CEP é o Comitê de Ética em Pesquisa e a Ceua é Comissão de Ética no Uso
38 de Animais. O que esses comitês e essa comissão fazem é de fato atividade-fim de um dos pés
39 do tripé, que é a pesquisa, por isso a ideia de trazê-los aqui, pela Administração Central, junto
40 com essas outras novas gratificações. E são atividades-fim não só pelo fato de que sem o

1 trabalho deles simplesmente boa parte da pesquisa não acontece, porque isso poderia
2 caracterizar também algum órgão de apoio à pesquisa, uma secretaria etc., mas é bem mais do
3 que isso: os CEPs e a Ceua não são órgãos, não são fóruns de apoio à pesquisa; o que eles fazem
4 é parte intrínseca da pesquisa. Seguir protocolos de ética em pesquisa, seja de área Biomédica,
5 seja na área de Ciências Humanas ou qual for, é fazer um trabalho inerente a esse processo de
6 pesquisa, sem o qual essa pesquisa não vai acontecer. Ou, se acontecesse, aconteceria fora dos
7 requisitos legais e éticos, dos requisitos morais da atividade de pesquisa. Então isso é uma coisa
8 conceitual que gosta que fique claro. O pleito de gratificação para essas pessoas é um pleito
9 muito antigo, seu antecessor, professor Munir, já comentava sobre ele, e acha que antes dele
10 isso já estava sendo discutido, portanto é algo que seria importante que a Universidade, de uma
11 vez por todas, tentasse solucionar. O Comitê de Ética em Pesquisa foi criado em 1997, na época
12 na Faculdade de Ciências Médicas, e desde 2014 está vinculado à PRP, lidando
13 aproximadamente com 1.200 projetos novos por ano. Em 2016, passaram a existir dois comitês,
14 que seria então CEP: Comitê de Ética em Pesquisa para a área Médica, Biológica, Ciências da
15 Vida e também Exatas e Tecnológicas. E o CEP-CHS, CEP Ciências Humanas e Sociais, que
16 envolvem muitas pesquisas na área de Educação, enfim, na área de Ciências Sociais em geral,
17 onde se dão entrevistas, divulgação de perfis de pessoas, fotografias etc., que também tem de
18 passar por um protocolo de ética rigoroso. Esses comitês atendem os *campi* de Campinas e de
19 Limeira, e convém mencionar que existe também um Comitê de Ética em Pesquisa na FOP,
20 que faz um trabalho igualmente necessário. Não está incluído nesse pleito porque não está na
21 estrutura da PRP, teria de passar por uma reformulação da própria certificação da FOP. A Ceua
22 segue protocolos rigorosíssimos no que se refere ao uso dos animais e incentiva a adoção dos
23 princípios de refinamento, redução e substituição no uso de animais em ensino e pesquisa
24 científica, então não é um simples trabalho de controle, mas também um trabalho propositivo
25 que considera muito interessante. Hoje, estão à frente desses comitês e comissão para os quais
26 a PRP está solicitando gratificação a doutora Renata Celeghini, no CEP; o professor Thiago
27 Motta Sampaio do IEL está passando a coordenação do CEP-CHS para a professora Sandra
28 Leite, da Faculdade de Educação; e na Ceua é o professor Wagner Fávaro, professor do Instituto
29 de Biologia. Essas três pessoas têm inclusive de responder, às vezes, processos, ou demandas
30 de esclarecimento por parte do Ministério Público etc., portanto, além de todo o trabalho, que
31 é extremamente denso, por vezes extenuante, eles têm também essa fragilidade, que é mais um
32 ponto que justificaria a adoção dessa gratificação. O MAGNÍFICO REITOR observa que as
33 três comissões de ética envolvem várias unidades da Unicamp: área de Humanas, a Ética em
34 Pesquisa em todas as outras áreas, e a Ceua todas as unidades que têm biotério e experimentos
35 animais. Embora esteja no Instituto de Biologia o coordenador, várias unidades da Unicamp
36 possuem biotérios. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que conhece bem o
37 assunto da Deliberação Consu-A-16/2019, que trata da regulamentação da gratificação de
38 representação dentro da Universidade, então seu entendimento é bastante satisfatório. Concorda
39 com as argumentações que os pró-reitores fizeram, acha que todos têm o entendimento dessa
40 necessidade, mas fará alguns comentários sobre a apresentação inicial do professor Fernando

1 Sarti. A gratificação de representação, no passado, foi um assunto extremamente demonizado
2 aqui dentro, de modo que um reparo que faz é que houve, sim, o corte linear de 30% nos valores.
3 Ele ficou vigente por vários meses, mas não se sustentou, inclusive há duas ações judiciais que
4 tratam deste assunto. Não comenta assunto judicial que não está em trânsito em julgado, mas
5 no final pode haver um passivo significativo para a Universidade. De modo que logo depois foi
6 aprovado aqui no Conselho Universitário o restabelecimento tanto do valor integral das
7 gratificações, portanto não tinha mais o corte linear, na condição de que o Conselho
8 Universitário aprovasse uma medida que apresentasse economia equivalente. O resultado disso
9 foi que tiveram de forçar as unidades a uma recertificação, que no seu entendimento, e colocou
10 isso à época, era algo invertido, porque a Deliberação Consu-A-16/2019 determinou uma
11 quantidade máxima de gratificação de representação e as unidades tiveram de se adaptar a esse
12 número e fazer recertificação, obviamente com um número 30% menor de gratificações que a
13 anterior. Nesse sentido, a Deliberação Consu-A-16/2019 determinou que deveria haver 300
14 gratificações de supervisor de seção, mas existe um excedente de 142. Depois de toda a
15 discussão que foi feita nas unidades no sentido de recertificação, pergunta se o entendimento é
16 de que não foi possível fazer a Universidade ficar com 300 gratificações de supervisor de seção.
17 Com isso conseguem ver como é difícil, na recertificação, mudar o organograma, fazer um
18 serviço virar seção, fazer uma seção virar célula. Um outro problema sério é a questão da
19 vacância; ficou uma quantidade significativa de gratificação de representação que só será
20 extinta na vacância. Esse é um problema bastante relevante, mas está falando tudo isso só para
21 fazer um registro, vai votar favoravelmente à aprovação da proposta que está colocada. O
22 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que na redação do
23 texto o mais correto seria transformar coordenação de “extensão/pesquisa” em “extensão”, uma
24 única palavra, e criar as 24 gratificações de coordenador de pesquisa. Acha que contemplaria e
25 acabaria com essa barra. A segunda questão é que é importante lembrar que a lei mudou. Antes
26 havia um crescimento vegetativo, acumulado das gratificações, que hoje em dia não tem mais.
27 Pouco tempo atrás, o governo estadual aplicou a reforma ocorrida no âmbito federal e as
28 gratificações também não ficam mais incorporadas; elas representam um gasto da
29 Universidade, mas como o professor Sarti apresentou, ela é ínfima em relação à atividade-fim
30 em que esses docentes ou funcionários estão atuando. A pessoa ocupa o cargo, depois ela sai e
31 aquilo não fica incorporado mais, como era antigamente. Acha que é um dado importante que
32 os faz ter uma visão também para aprovação dessa proposta e para melhorar a organização
33 funcional na Universidade. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que no
34 Imecc possuem dois mestrados profissionais bastante antigos: um mestrado profissional em
35 Matemática Aplicada e Computacional, e talvez a pessoa que possa falar melhor deles aqui é o
36 professor João Frederico, que trabalha bastante nele, e o ProfMat, que é o mestrado profissional
37 em Matemática em Rede, junto com a Sociedade Brasileira de Matemática. O ProfMat começou
38 o trabalho em 2012 e até agora já formou cerca de seis mil mestres em Matemática, que atuam
39 principalmente como professores do ensino básico, e estão recebendo melhor qualificação. Os
40 mestrados profissionais do Imecc são gratuitos e contam com bolsa, às vezes, das agências de

1 fomento, e eles estavam com os coordenadores sem receber gratificação. Essa paralisação do
2 pagamento da gratificação do mestrado profissional, pelo menos os do Imecc, aconteceu em
3 2019 em uma situação muito estranha, porque quando foi aprovada a revisão da tabela GR,
4 receberam o aviso dizendo que não mais seria paga a gratificação para o coordenador do
5 mestrado profissional, sendo que antes era paga. Sabe bem disso porque foi coordenador do
6 ProfMat, e inclusive acha que foi a primeira vez que foi pago, porque o programa estava sendo
7 criado. Então a gratificação cessou, nunca entendeu o porquê, inclusive porque na sessão do
8 Consu em que foi aprovada a nova tabela de GR não foi feita essa distinção entre o mestrado
9 acadêmico e mestrado profissional. Ao que parece, o entendimento seria que para o mestrado
10 profissional ela nunca deveria ter sido paga, apesar de os coordenadores receberem a
11 gratificação até aquele momento. Então, acha que essa proposta que consta hoje da pauta é uma
12 conquista. Agradece em nome do Imecc à PRDU, PRPG e todos que trabalharam nisso. Já
13 tinham levado essa demanda para a Reitoria atual, não sabe se o professor Paulo Ruffino chegou
14 a conversar com o professor Fernando Sarti, mas certamente conversou com a professora
15 Rachel, que tem acompanhado de perto as atividades do mestrado profissional. Então torce para
16 que seja aprovado e vai ser uma grande conquista. Já que estão reformando um pouco a tabela
17 GR, lembra de uma outra gratificação que foi extinta em 2019, a de coordenador de biblioteca.
18 A argumentação na época foi que há o SBU, possuem uma Biblioteca Central enorme na
19 Universidade, mas algumas unidades têm bibliotecas setoriais bem grandes, com acervo bem
20 grande. A biblioteca que fica no Imecc, que é compartilhada com o IC, é bastante grande, ela
21 possui cerca de 60 mil livros, mais de mil periódicos, mais de 100 mil fascículos de periódicos,
22 considerando os vários volumes. E há uma coordenação de biblioteca que sempre foi e continua
23 muito atuante junto ao SBU e junto a ações externas, mesmo sem receber gratificação. Sugere
24 que caso façam uma nova revisão dessa tabela GR, que pensem um pouco sobre essas questões
25 das bibliotecas, porque às vezes algumas faculdades, algumas unidades usam bastante o sistema
26 somente da Biblioteca Central, mas também tem algumas unidades que têm grandes bibliotecas
27 setoriais e o coordenador tem bastante trabalho. O MAGNÍFICO REITOR diz que estavam
28 pensando essa ação em duas etapas: uma primeira que seria esta, de legalizar a situação, porque
29 existe conflito entre a norma que foi aprovada em 2019 e as gratificações em vigência já na
30 gestão anterior, então precisam compatibilizar a regra aprovada no Consu com aquilo que
31 efetivamente está sendo usado, e alguns casos que consideraram mais urgentes. Como já
32 colocou o professor Fernando Hashimoto, não há mais incorporação, então há algum espaço
33 para que pensem isso de uma forma mais ampla. No entanto, desejam fazer isso com mais calma
34 para poder analisar a situação como um todo da Universidade. A intenção aqui foi organizar a
35 situação para evitar a incongruência anterior entre a norma geral e o seu uso, e alguns casos que
36 a gente considerou mais urgentes, sempre afetando a Universidade como um todo. A
37 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que tem tido um contato muito
38 grande com a Comissão de Ética em Pesquisa, por causa das questões do repositório de dados
39 da Unicamp, e tem podido avaliar a complexidade, a intensidade do trabalho das comissões da
40 Unicamp, embora seu contato tenha sido só com a CEP, especificamente com a professora

1 Renata. Nesse sentido, e ouvindo a fala do professor Romano, solicita que se incluísse como
2 gratificação neste conjunto de gratificações de coordenações docentes a Comissão de Ética em
3 Pesquisa da FOP, que o próprio professor Romano reconhece que tem enorme complexidade,
4 um trabalho muito grande, mas que não foi adicionada por ele por questões, pelo que entendeu,
5 de organograma da Universidade. Então gostaria que se considerasse já essa gratificação porque
6 é uma Comissão de Ética em Pesquisa como as outras três que estão sendo consideradas, a
7 natureza dela é a mesma natureza da CEP e da CHS. Em seguida, agradece a apresentação do
8 professor Fernando Sarti, mas diz que ficou com enormes dúvidas quanto às seguintes funções
9 em divergência, que constam do Quadro 1: coordenadores, divisão de serviço, assistente
10 técnico, supervisor de seção e secretário de diretoria. Não entendeu muito bem o que ele falou
11 de já estar incluído no orçamento, e também o fato de, por exemplo, no caso de supervisor de
12 seção, a Deliberação Consu-A-016/2019 ter estipulado 300 e agora haver 442 supervisões de
13 seção. Esse é o exemplo que mais chama a atenção, esse aumento de mais de 25%, destoando
14 das outras linhas em que não houve tamanho aumento. Pergunta se isso já está certificado e
15 como foi certificado, se os critérios utilizados são os mesmos. Destaca algo que o professor
16 Romano também falou, que é o seguinte: existe o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, e
17 esses coordenadores respondem legal e penalmente sobre as decisões tomadas. Inclusive no
18 caso da Lei Geral de Proteção de Dados, havendo algo que viole a anonimização de
19 participantes de uma pesquisa, a multa vai para Unicamp e para esses coordenadores. Então não
20 é uma gratificação à toa; além da enorme carga de trabalho, é uma representação nacional com
21 responsabilidades que vão muito além do que a maioria das gratificações de que estão falando.
22 O MAGNÍFICO REITOR diz que a deliberação Consu que aprovou o número máximo de
23 gratificações foi aprovada em 2019, e as certificações ocorreram, exceto a do HC, na gestão
24 anterior também. As certificações não conseguiram manter o nível estabelecido pelo Consu,
25 então há uma irregularidade entre o que o Consu aprovou e aquilo que a Administração anterior
26 atribuiu de cargos e GRs correspondentes. Possuem duas opções: ou tiram 140 supervisores de
27 seção, ou alteram o número que o Consu permite de ter supervisores de seção. Isso acontece
28 para aqueles cinco cargos, e está no orçamento porque, desde a gestão anterior isso era
29 implementado dessa forma, ela pagava apesar de o Consu não ter autorizado esse pagamento.
30 É essa a situação concreta. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que
31 então está sendo pago, apesar de haver sido feito todo um estudo de quais supervisores teriam
32 direito à gratificação. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que as funções não são
33 diretamente comparáveis porque dentro do próprio processo de certificação houve mudanças
34 nos nomes das funções, nas atribuições, por isso inclusive encerrou a apresentação mostrando
35 o quadro de algumas funções que estão em vacância, ou que serão transferidas para o quadro
36 atual. Quando foi feita a deliberação, havia um gasto com as GRs de R\$3,9 milhões. A partir
37 daí foram iniciadas as certificações de mais de 100 órgãos da Universidade. Como bem explicou
38 o conselheiro Adilton, isso veio depois da deliberação, porque primeiro se tentou aquele corte
39 linear que não funcionou, então foram para as certificações unidade a unidade, em cima de um
40 quantitativo estabelecido pelo Conselho Universitário para cada uma das funções, que são mais

1 de 104 na Universidade. O que foi se fazendo nessas certificações, unidade a unidade, foi tentar
2 estabelecer um limite. Todos os órgãos foram certificados, como explicou o senhor Reitor, na
3 gestão anterior, com exceção do HC, que foi certificado na sua gestão dentro da PRDU. Com
4 isso, chegou-se a uma redução de R\$3,9 milhões para R\$2,9 milhões, portanto foi havendo
5 cortes, o número é que não atingiu aquele corte sugerido dentro da certificação. Portanto, estão
6 de forma irregular em relação à deliberação do Consu, por isso estão vindo a este mesmo Consu
7 para dizer que, depois de certificados todos os órgãos, foi a isso que conseguiram chegar. Essas
8 funções continuaram existindo, e os recursos sempre foram sendo providenciados e colocados
9 dentro do orçamento. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO diz que o CEP da FOP
10 hoje é constituído por 21 pessoas, sendo um coordenador, dois vice-coordenadores, cinco
11 docentes, dois técnicos especializados, dois discentes, dois representantes da comunidade civil
12 de Piracicaba, seis representantes da comunidade científica de Piracicaba e uma secretária. Ela
13 tem estrutura e local próprios, foi criada dois meses depois do CEP criado no HC e que depois
14 se tornou CEP Unicamp. Está dentro da certificação da FOP, e para que tenham uma ideia do
15 nível da atuação, só em 2021, ano em que estavam ainda em pandemia, foram feitos 380
16 pareceres. Como o professor João Romano falou, o CEP da Unicamp não atende a FOP, e o
17 número de pareceres é bastante significativo quando comparado ao número do CEP Unicamp.
18 Como a professora Claudia mencionou, acha que seria bastante salutar incluir uma GR para o
19 coordenador dessa CEP, faria todo o sentido, seguindo toda a justificativa que o professor João
20 Romano já colocou. Portanto, solicita uma GR para o coordenador da CEP da FOP. O
21 Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO propõe a inclusão de gratificação para o coordenador
22 de extensão dos colégios, tendo em vista que o Cofil, por exemplo, tem na sua certificação a
23 coordenação de extensão e tem um coordenador designado. A Conselheira ROSMARI
24 APARECIDA RIBEIRO diz que é importante estabelecer a coordenação para a extensão dos
25 colégios. Não apenas para as unidades, os dois colégios, mas isso toca às carreiras dos
26 professores do nível médio e técnico. Isso é uma demanda, há agora o GT que está estudando
27 as particularidades das carreiras especiais e um elemento é esse. Para institucionalizar
28 efetivamente os dois colégios, também há que se olhar para essa carreira e contemplar
29 possibilidades para o docente de nível médio e técnico, uma espécie de ramificação, o segmento
30 que ele gostaria e a sua formação lhe permite seguir. Se é para o ensino, pesquisa ou extensão,
31 coisas que não estão contempladas oficialmente nessa carreira mas tem um impacto muito
32 positivo, porque os professores estão em condição de contribuir, assim como está previsto na
33 legislação, como o professor Fernando Coelho já citou, e é nesse sentido que registra esse
34 pedido para que as carreiras sejam efetivamente estudadas. O GT já está fazendo esse estudo,
35 mas ressalta que as coisas estão entrelaçadas, e vai ser positivo para os dois colégios e para a
36 Universidade, porque estará realmente valorizando o tripé do ensino, pesquisa e extensão em
37 todas as unidades de ensino. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO
38 diz que considera bastante acertada a atribuição de GRs para os coordenadores de programa e
39 comitês de ética. Foi parcialmente já esclarecido na fala da professora Claudia, mas deseja
40 entender um pouco mais sobre essas diferenças apresentadas nas cinco funções descritas no

1 Quadro 1, no qual também destaca o cargo de supervisor de seção, que foi de 300 para 442. Os
2 coordenadores de divisão foram de 43 para 57, e assim por diante. Acha que vale fazer uma
3 reflexão sobre isso, frente também às falas de que estão em situação irregular, e talvez fosse
4 bom identificar onde está a irregularidade. Quando o professor Fernando Sarti falou do
5 excedente, em um primeiro momento ficou se perguntando o que era esse excedente. Acha que
6 agora entendeu que o excedente vem da demanda dos processos de certificação de cada unidade
7 e órgão. Nesse cenário, uma pergunta que fica é se as unidades não conseguem funcionar sem
8 esse excedente. É uma pergunta que vai para aspectos mais de gestão, porque inclusive no ofício
9 da PRDU que está na pauta há uma menção de foram verificadas algumas situações que não se
10 apresentam de forma favorável. Pergunta o que isso significa, se as atividades não estavam
11 sendo cumpridas, ou se não houve eficiência nas tarefas; acha que faltou esse esclarecimento
12 maior. O último ponto é que gostaria muito de ver um detalhamento, assim como é feito para
13 as GRs dos vários coordenadores de pós-graduação, de extensão, de comitês de ética, do
14 número de GRs por unidade/órgão, até para o bem da transparência. Acha que seria muito bom
15 para a transparência se esse excedente que está sendo votado aqui pudesse vir discriminado por
16 unidade/órgão. Talvez isso até implique uma situação de melhor controle pela própria PRDU
17 no momento de fazer os processos de certificação, já que tinha aquele teto. Se não há uma
18 ferramenta de gestão na qual se possa visualizar o cenário como um todo, mas somente aquela
19 determinada unidade ou órgão, isso prejudica a análise do processo. É muito difícil escutar que
20 estão atuando em situação irregular, e nesse sentido defende o Consu: não acha que estão aqui
21 em situação irregular, a regra vigente é aquela de 2019, a execução deveria prezar pela regra,
22 fazer adaptações antes de autorizar alguma mudança, alguma ação que não vá a favor da regra.
23 O Conselheiro FERNANDO SARTI, respondendo ao professor Marco Antonio, diz que
24 entende a preocupação dele em defender a gestão anterior, não vai entrar nesse mérito. Quando
25 utilizou o termo “irregular”, obviamente se referia à Deliberação Consu-A-16/2019, que adotou
26 um critério puramente financeiro. Começaram fazendo um corte linear de 30% que se mostrou
27 absolutamente inócuo, impossível de ser atendido, e depois se buscou, através das certificações,
28 chegar a um número que também foi estabelecido pelo quantitativo, que era impossível. Em
29 momento algum foram levadas em consideração questões administrativas, questões acadêmicas
30 nesse corte. Não vai entrar na questão se ali era um momento de desespero em termos de gestão
31 financeira, mas a medida se mostrou absolutamente irrealista. Certificou-se órgão a órgão, ainda
32 na gestão anterior, dentro de um comitê composto, além da PRDU, por mais 12 profissionais,
33 e se buscou olhar para as necessidades de cada um, e foi a esse número que chegaram. O que
34 se mostra hoje, em um novo contexto financeiro, e também com uma preocupação de considerar
35 critérios administrativos, além do bem-estar de todos na Universidade, faz com que tragam ao
36 Conselho Universitário um número que lhes parece mais adequado para o funcionamento da
37 Universidade. É factível financiar essas gratificações, que na verdade já vêm sendo financiadas,
38 então o “irregular” era no sentido da deliberação. Inclusive acha que a gestão anterior poderia
39 ter chegado no final e prestado contas, dizendo até onde chegaram, e que não conseguiram
40 alcançar o que o Conselho Universitário determinou. Estão agora fazendo isso, depois de

1 encerrar a última certificação, dizendo que o quantitativo está acima da deliberação, não há
2 como chegar àquele número que foi proposto e as condições financeiras permitem que
3 permaneçam onde estão hoje. É simplesmente isso; qualquer outra coisa lhe parece especulação.
4 A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE parabeniza a gestão por essa atuação; é muito
5 importante esse retorno das GRs que foram perdidas em alguns casos. Inscreveu-se por dois
6 assuntos: o primeiro é que iria falar sobre a biblioteca, que já foi falado, já foi respondido sobre
7 os coordenadores de biblioteca, está totalmente de acordo e não vai mais abordar esse assunto;
8 e a outra questão é em relação aos coordenadores de programa. Embora seja muito bem-vinda,
9 existem algumas situações particulares, como, por exemplo, um professor que é coordenador
10 geral e ainda é coordenador de seu programa, ele tem o seu mandato limitado para coordenador
11 geral, em função da sua segunda atuação no coordenador de programa. Estão recebendo, neste
12 momento, todas as verbas Proep da Capes, portanto acabam tendo uma questão difícil de
13 resolver. Solicita que se avalie a possibilidade de extensão de mandatos nos casos específicos,
14 porque as verbas Proep estão chegando, e sem a mudança de coordenador haverá problemas no
15 uso dessas verbas. A pessoa hoje acumula tanto a coordenação do programa como a
16 coordenação geral, então pede que essa fase de transição possa ser olhada com cuidado no
17 momento em que forem tratar desses assuntos. Certamente essas demandas especiais, ou
18 particulares, vão acabar chegando para serem discutidas na PRPG. A Conselheira RACHEL
19 MENEGUELLO observa que esse problema já apareceu na PRPG. Possuem ciência dessa
20 incongruência que ocorre por vezes entre o mandato do coordenador, o mandato que a Capes
21 reconhece, a vinda de recursos, tudo isso é um problema. Inclusive já estão visualizando
22 algumas propostas de mudança no regimento da pós-graduação, por conta até das questões da
23 pandemia, e vão aproveitar essa discussão futura, de mudanças eventuais, também para colocar
24 a questão dos mandatos, de tal maneira que eles consigam coincidir dessa maneira. Hoje essa
25 combinação é um problema, do geral com o coordenador de programa, porque de fato isso tem
26 causado problemas para o recebimento de recursos. Sobre a observação feita pelo professor
27 Ricardo de alguns programas que recebiam gratificação no mestrado profissional antes e depois
28 não mais, existem algumas incongruências históricas na Unicamp para as quais não encontrou
29 explicação. Mas, de fato, houve programas de mestrado profissional que recebiam gratificação,
30 outros foram fundados no período posterior e não receberam. O professor Ricardo mencionou
31 que o ProfMat recebia, mas o ProfHistória, por exemplo, elaborado em 2016, nunca conseguiu
32 receber gratificação. Acreditam que agora essas incongruências estejam sanadas. Não sabe
33 como isso ocorreu, mas lhe parece bastante injusto e incorreto, mas acha que agora resolvem,
34 se houver o apoio do Consu. O Conselheiro EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO
35 parabeniza a Reitoria por essas medidas, mas destaca a questão das comissões de ética: tanto a
36 da FOP quanto a da Unicamp têm um mesmo fim, e a responsabilidade final de todas elas cabe
37 ao Reitor. O coordenador da comissão faz todo o processo, mas ao final quem responde
38 legalmente pela Universidade é o Reitor. É favorável à concessão de gratificação para as duas,
39 porém precisam verificar a legalidade de ter uma mesma comissão na FOP, que é da Unicamp,
40 e outra Unicamp com o mesmo fim. Senão daqui a pouco cada unidade constituirá a sua própria

1 comissão, que é algo paradoxal. Já a CEP de Humanas tem um caráter um pouco diferente. A
2 Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS parabeniza a gestão pelo retorno das
3 gratificações, pelo reconhecimento de quem está à frente das comissões de ética. Já foi membro
4 da comissão de ética e a espantava o trabalho e a dedicação do coordenador nessa comissão. É,
5 de fato, um trabalho que deve concentrar muitas horas de dedicação. Parabeniza também o
6 retorno da gratificação de coordenador geral de pós-graduação. Os professores mais novos
7 reclamam bastante disso, mas acredita que os professores mais antigos na casa também sentem
8 que tem havido um acúmulo de trabalho muito grande, por conta das novas exigências das
9 agências financiadoras, da Capes, do CNPq, da Fapesp, e também de outras estruturas
10 burocráticas que foram se constituindo ao longo dos anos. Entende o motivo de algumas delas,
11 de outras nem tanto, mas a verdade é que quem está à frente de cargos de administração sente
12 o peso desses cargos e tem de lidar com um grande volume de informação. Quando foi
13 coordenadora de pós-graduação, se não tivesse a figura do coordenador geral, em muitas
14 situações tem certeza de que teria sido infinitamente mais complicado. O coordenador geral
15 auxilia os coordenadores a buscarem informação mais rápido, a coordenarem os processos
16 dentro das unidades, então parabeniza a gestão por esse retorno da GR. Em especial, faz uma
17 menção ao trabalho sempre cuidadoso do professor Sarti, em apresentar os dados com muita
18 clareza para que tenham informação suficiente para tomar decisões bem fundamentadas, de
19 forma a pensar não só no corpo administrativo e nas necessidades administrativas da
20 Universidade, mas também em manter um quadro financeiro adequado. O Conselheiro
21 ADILTON DORIVAL LEITE diz, valorizando o princípio da transparência, que na página da
22 PRDU consta a gestão de quadros, incluindo o quadro de GRs, que mostra quantas GRs existem
23 para cada categoria, quem as ocupa e desde quando. Está tudo lá divulgado. Utilizando a
24 supervisão de seção como exemplo, tinham 550 GRs de supervisor de seção, antes da
25 Deliberação Consu-16/2019, que definiu que esse número deveria ser de apenas 300. Mas o
26 processo de certificação e recertificação, que é sério, mostrou que não era possível cessar esse
27 excedente de 142 gratificações de supervisor de seção. Portanto, ou aprovam agora essa
28 alteração na deliberação Consu, ou vão fazer as unidades cessarem 142 gratificações, o que já
29 se mostrou impossível. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz
30 que participou da última gestão, foi coordenador do GGTE durante quatro anos, mas suas falas
31 nunca são pautadas comparando gestões, são em prol da Unicamp. Então, quando faz um
32 comentário sobre algum esclarecimento adicional, como a tabela de descrição de GRs dessas
33 cinco funções, não é no sentido de comparar essa gestão com a anterior, pois ela ficou no
34 passado. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz, respondendo ao
35 professor Everardo, que consultará a Procuradoria Geral sobre a questão da legalidade e
36 informará a ele após o almoço. Não deve haver ilegalidade porque foi uma circunstância
37 histórica que já encontrou quando assumiu a PRP, e se houvesse um problema legal acha que a
38 Procuradoria Geral já teria detectado. Portanto, prefere pensar a questão como um problema
39 acadêmico e político. Há possibilidades e eventuais prós e contras que ainda não avaliou, porque
40 isso não veio à baila; o que está na mesa hoje, e que até agora teve retornos positivos, é a

1 gratificação de representação para os coordenadores dos comitês e da comissão desses três
2 fóruns que estão ligados à Pró-Reitoria de Pesquisa, que são a CEP, a CEP-CHS e a Ceua. É
3 radicalmente contrário a essa ideia de vir a existir uma CEP em cada unidade, acha que jamais
4 passaria aqui, é uma ideia que politicamente, academicamente, operacionalmente, não teria
5 futuro. Existem coisas que claramente veem que não querem implantar, mas diante desse
6 quadro pode haver coisas historicamente implantadas que, eventualmente, por razões históricas
7 permaneçam, ou cuja não permanência envolve negociações. No caso, negociação da
8 Administração, da PRP em particular, com a FOP, mas é um assunto que ainda não tinha vindo
9 à baila até a fala da professora Claudia e do professor Francisco, que são falas justas no conceito.
10 Não veio à baila, até então, a gratificação da CEP da FOP, como também não veio uma eventual
11 incorporação da CEP da FOP à CEP da Unicamp, que teria todo o sentido político,
12 administrativo, mas também teria os seus contras pela diferença dos *campi*, pela sobrecarga
13 ainda maior da CEP. É o que tem de ser pensado, por isso o professor Francisco também, com
14 muito bom senso, colocou, como é papel dele colocar, o pleito da gratificação, mas não
15 forçando que isso se faça de uma maneira precipitada, ao contrário das outras três que foram
16 pensadas. Acha que esse problema da CEP-FOP envolve uma negociação da Administração
17 Central, em particular da PRP com a FOP. Quanto à criação de novas comissões de ética
18 particularizadas, em um horizonte de médio até a longo prazo, vê como completamente
19 inviável. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO esclarece que o CEP da FOP tem 25
20 anos e está devidamente registrado no Conep, em todas as plataformas. Então, se há alguma
21 ilegalidade, precisam estudar, como o professor Romano falou, mas atualmente não tem. Todos
22 os órgãos que são necessários à certificação ou ao registro do CEP se fazem presentes. O
23 MAGNÍFICO REITOR diz que essa questão da incongruência entre o que foi deliberado no
24 Consu e o que era vigente foi algo de que já foram informados na transição de gestões. Tinham
25 esse problema nas mãos, que poderiam deixar da forma como estava, já que ele passou um
26 tempo na gestão passada desse jeito. O que foi deliberado não pôde ser cumprido de acordo
27 com as certificações, então resolveram comunicar isso ao Consu e organizar essa situação. É
28 isso o que estão fazendo. Possuem só duas alternativas, que de alguma forma o conselheiro
29 Adilton já colocou: a primeira seguir a deliberação anterior e cortar 142 gratificações, para
30 chegar às 300, que não parece ser a melhor solução. Portanto, o que estão propondo é que se
31 regularize a situação, alterando a deliberação anterior do Consu, de forma a tornar uma coisa
32 congruente com a outra. Estão sendo o mais transparentes possível. Também desejam criar
33 algumas gratificações, e acham que é importante seguir as resoluções do Consu, por isso estão
34 trazendo aqui, para que não se mantenha essa situação de incongruência entre o que de fato se
35 faz e aquilo que se aprova na instância máxima da Universidade. E de alguma forma precisam
36 identificar o que causou essa mudança. A única certificação que foi feita na gestão atual foi a
37 do Hospital de Clínicas, então essa incongruência tem muito pouco a ver com a certificação do
38 Hospital. Ela já era um problema anterior, e é nesse sentido que as GRs já estão no orçamento,
39 porque o que estava sendo executado não era a decisão Consu, mas o resultado das
40 recertificações, portanto já estava orçamentado. Então esse é o quadro, e solicita que se atenham

1 somente ao que foi proposto. No caso dos coordenadores de biblioteca, observa que várias GRs
2 foram extintas também, não só de coordenador de biblioteca, como as de coordenadores
3 associados, de vários órgãos. Então devem pensar nisso como um todo. Mesmo no caso da CEP
4 da Faculdade de Odontologia, tem uma preocupação porque não é improvável que haja outras
5 unidades da Unicamp que tenham a mesma dimensão de atividade, na questão ética, que a FOP.
6 Precisam pensar isso como um todo porque, ao tomar uma decisão aqui sobre isso, estão
7 legitimando, já que uma decisão influi na outra, que outras unidades peçam o mesmo. Devem
8 analisar essas coisas como um todo, e pediria uma certa ponderação. A preocupação da Reitoria,
9 ao propor algumas coisas, foi resolver demandas muito antigas e injustiças muito grandes. Por
10 exemplo, coordenadores de programa de pós-graduação que executam a mesma atividade e
11 outras e não recebem gratificação. A demanda por coordenação de extensão ele conhece pelo
12 menos desde 2009, quando foi coordenador associado e não existia, e isso já estava na mesa.
13 As três comissões de ética são comissões multiunidades, elas envolvem atividades em várias
14 unidades. Terão de pensar como montar isso, então acha que têm de abrir um diálogo com a
15 FOP e ver qual a possibilidade de resolver. Pode haver mais de uma alternativa, mas uma das
16 alternativas abre a porta de ter comissões separadas nas unidades. Não é impossível, mas
17 precisam analisar isso com cuidado. Em relação aos colégios técnicos, observa que eles
18 possuem uma estrutura de organização diferente, com coordenações que não existem nas
19 unidades. Então essa modernização deve ser feita com mais calma; procuraram trabalhar
20 questões que têm um histórico problemático antigo, que avaliam que já teriam uma maturidade
21 para que possam decidir com tranquilidade. Pergunta às pessoas que sugeriram coordenação de
22 biblioteca, coordenação de extensão nos colégios técnicos e a GR da coordenação da FOP, se
23 seria possível que deixassem isso para um segundo momento, havendo concordância. A
24 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que realmente são coisas um pouco
25 diferentes em relação às coordenações de biblioteca e às questões dos colégios, mas no caso da
26 comissão de ética da FOP, solicita que a Administração considere isso olhando de fora. São 25
27 anos de trabalho, sabe que isso implica que provavelmente terão de considerar esse trabalho de
28 forma setorial, mas acha que seria um avanço, porque talvez nenhum deles tenha participado,
29 até hoje, de comissões de ética assim, mas elas trabalham muito. Em nome dessa discussão
30 sobre o trabalho docente, sobre o que devem considerar, acha que um histórico de como uma
31 comissão como essa é muito diferente das outras questões, que envolvem, por exemplo, a
32 reestruturação institucional, certificação etc. Essa comissão, se existe há 25 anos e tem a
33 estrutura que tem, acha que deveria ser considerada. Porque o fato de o trabalho do Comitê de
34 Ética ser muito centralizado é, de fato, algo bastante injusto. O MAGNÍFICO REITOR diz que
35 então a professora Anna já está decidindo a questão antecipadamente. A Conselheira ANNA
36 CHRISTINA BENTES DA SILVA responde que não está decidindo, está dizendo a sua
37 posição. O MAGNÍFICO REITOR diz que entende, mas ser descentralizado faz com que
38 tenham de abrir a possibilidade de criar comissões de ética em várias unidades. Isso precisam
39 discutir melhor. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA concorda, mas
40 existem práticas desse tipo em uma unidade há 25 anos, e fica complicado dizer para essa

1 unidade que não consideram isso neste momento. O MAGNÍFICO REITOR diz que está
2 preocupado também com o que vão dizer para as unidades no futuro. A Conselheira ANNA
3 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que no futuro terão de demonstrar sua estruturação,
4 demonstrar o seu trabalho. O MAGNÍFICO REITOR diz que é isso que precisam avaliar como
5 um todo. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que é muito diferente,
6 por exemplo, uma Comissão de Ética em Humanas que começou agora e que nem sabe ainda
7 direito qual é o volume do seu trabalho, de uma Comissão de Ética que já trabalha há 25 anos
8 e que têm um volume de trabalho já definido. Sabe-se muito bem que não será possível ser
9 incorporada pela comissão geral, porque ela já está saturada. Então o caminho não é outro a não
10 ser esse; não podem ter em todas as unidades, mas podem ter por áreas, ou duas por área, alguma
11 coisa assim. Não sabe por que não podem tentar legitimar algo que já está legitimado. O
12 Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz que está de acordo com a proposta do senhor
13 Reitor, mas reforça a necessidade de deixar de fora das discussões a institucionalização dos
14 colégios. Frisa sempre isso porque a Universidade vem, nos últimos anos, realizando um
15 processo de modernização, de mudança. Recentemente revisaram e continuam revisando,
16 alterando o Regimento, os Estatutos da Universidade. Reconhece o importantíssimo passo que
17 foi dado no sentido de dar assento aos diretores no Consu, na CAD e recentemente também na
18 CVD. Isso são avanços importantes que não podem deixar de lembrar, mas solicita que a
19 Universidade, através da Administração Central, insira os colégios em todas essas discussões,
20 reconhecendo que a formação integral dos jovens, dos cidadãos, é importantíssima em todos os
21 níveis, desde a educação básica até a educação superior. Não está dizendo que a Universidade
22 deixa de reconhecer e valorizar a educação básica, mas até pela natureza da Universidade, às
23 vezes os assuntos não são considerados também para os colégios técnicos. O MAGNÍFICO
24 REITOR diz que vão proceder da seguinte forma: votam a decisão e depois votam a proposta
25 da professora Anna de considerar a FOP também. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE
26 ROCHA pergunta se não podem ter um estudo sobre isso, um pedido da diretoria da FOP. O
27 MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta da Mesa seria deixar isso para discutir em outro
28 momento, mas a professora Anna acha que devem votar agora, então vão votar. O Conselheiro
29 FRANCISCO HAITER NETO diz que não acha que se aprovarem, estarão abrindo uma
30 porteira. Devem se lembrar que existe uma distância física, e podem estudar esse depois, mas
31 essa proposta precisa retornar ao Consu, porque é muito fácil falar que vai abrir em todas as
32 unidades, mas não é isso que vai acontecer, e nem deveria. Para quem vive essa realidade, a
33 distância física é algo importante, e foi por isso que a CEP da FOP foi criada. Então, existe um
34 histórico de 25 anos que não deve ser desconsiderado, acha que podem deixar para trazer um
35 estudo, mas como já mencionou antes, são 380 pareceres em um ano, ao passo que na Unicamp
36 foram pouco mais de mil. Portanto, a comissão trabalha muito. A Conselheira ANNA
37 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que não fez uma proposta, apenas falou que eu achava
38 que talvez fosse interessante incluir. Se a Administração acha que não deve incluir, não vai
39 fazer uma proposta diferente. O MAGNÍFICO REITOR diz que se, por exemplo, a Unicamp
40 tem 1.200 pareceres e a FOP tem 380, e desagregando os pareceres daqui chegam a 500 na

1 FCM, 300 no IB, não tem dados para saber quantos há em outras unidades. Devem pensar como
2 um todo, por isso acha que precisam de mais informações e não seria possível decidir isso agora.
3 Se aprovam hoje isso para a FOP e daqui a dois ou três meses aparece uma solicitação da FCM
4 ou do IB, vão ser contrários porque já existe na Unicamp, e ficaria uma situação muito ruim.
5 Ter coerência nessas atitudes é algo importante ao longo do tempo, então para isso precisam
6 pensar com mais calma. Pode ser que tenham de ter Comissão de Ética em Pesquisa em todos
7 os locais que envolvam pesquisa com animais e pesquisa com pessoas, mas é algo que tem de
8 ser refletido. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que sua questão
9 toda é sempre com relação ao acúmulo de trabalho docente sem reconhecimento e remuneração.
10 Essas comissões trabalham demais, o número de pareceres é muito alto, e é preciso dar algum
11 tipo de reconhecimento em relação a isso, inclusive institucional. Concorda que precisam de
12 dados, mas há práticas existentes e sua questão em relação a isso é a coerência das práticas que
13 já existem. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se votam isso hoje ou não, porque, do ponto de
14 vista prático, precisam tomar uma decisão. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO
15 pergunta se podem trazer no próximo Consu um estudo, uma solução mais embasada, e destaca
16 que a dissociação do comitê da FOP é totalmente inviável. O MAGNÍFICO REITOR responde
17 que poderiam conversar com a PRP e tentar uma solução. A Conselheira MARIA LUIZA
18 MORETTI diz que é a primeira vez que se está se discutindo no Consu acerca de gratificar as
19 comissões de ética. Sempre pensa que tem de haver primeiro uma conversa; a proposta de uma
20 dissociação para forçar uma votação acha que é um início de negociação muito ruim. Precisam
21 conversar primeiro, verificar, por isso sua proposta seria votarem hoje o que foi colocado na
22 pauta, a FOP e a PRP conversam, conversam com o CEP. Devem ouvir o CEP também, antes
23 de tomarem uma decisão. Não acredita que no próximo Consu já tenham isso resolvido. O
24 Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO diz que podem trazer isso depois, mas sua proposta
25 foi justamente a de não votar hoje. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO
26 diz que esse é também o entendimento da PRP e do próprio professor Francisco. Não havendo
27 mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a proposta que consta da pauta,
28 que é aprovada com 55 votos favoráveis e 02 abstenções. Em seguida, faz uma pausa para o
29 almoço. Reiniciando a Sessão, o MAGNÍFICO REITOR passa ao item 06 – Dossiê nº 01-D-
30 19823/2022 –, que trata de proposta de Política de Contratação de Profissionais de Apoio ao
31 Ensino, Pesquisa e Extensão – Paepe, elaborada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento
32 Universitário, contemplando três etapas de ação. Fizeram no último Conselho Universitário
33 uma última discussão sobre a política de contratação docente e agora estão dando um passo
34 adiante e discutindo a política de contratação de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e
35 Extensão. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti para fazer a apresentação da proposta,
36 que em relação à proposta original já tem algumas modificações que foram fruto de conversas
37 com bancadas específicas. Não conseguiram discutir com todas as bancadas, mas fizeram
38 discussão com uma parcela delas e as propostas originais já sofreram algumas modificações. O
39 Conselheiro FERNANDO SARTI agradece à bancada dos servidores e também à dos diretores,
40 que contribuíram para a melhoria da proposta. O que vão apresentar é a proposta inicial que

1 surgiu dentro da PRDU, mas também incorporando as sugestões dos diretores. Já adianta que
2 estão fazendo uma reposição que atinge menos de 1/3, sabem que não é o ideal, mas é o que é
3 factível em relação ao orçamento da Universidade. Se tomarem como referência o final de 2016,
4 a perda nesse período de cinco anos é de 1.200, é uma perda significativa, de quase 16%, e ela
5 se distribui de uma forma relativamente homogênea entre os três grupos que tratam aqui, e
6 decidiram por separá-los partindo do pressuposto de que eles têm estruturas e dinâmicas muito
7 diferentes. Os órgãos centrais que estão dentro da denominada Administração Central, o
8 complexo de Saúde e as unidades de ensino, pesquisa e extensão, onde incluíram também os
9 colégios técnicos. As perdas foram distribuídas entre todos eles. Uma característica específica
10 da Unicamp, que mais ou menos se manteve nesse período, é que 43% do quadro é de nível
11 superior, 51% de nível médio e 6% de nível fundamental, lembrando que a Universidade não
12 tem contratado dentro do nível fundamental. Isso os diferencia da USP, da Unesp, porque
13 possuem realmente uma participação maior de pessoas no nível superior, inclusive no sentido
14 de qualificar cada vez mais os trabalhos, a importância da preparação, formação tanto do nível
15 médio quanto do nível superior. A distribuição que adotaram é as unidades de ensino
16 representando 34%, a Administração Central 21% do quadro e a Saúde 45%. Esses são os
17 números que tomaram como parâmetro para, no final, depois de todas as atribuições de vagas,
18 manter mais ou menos constante essa distribuição, que foi um dos princípios que nortearam as
19 decisões. Em relação à proposta de reposição, foram três grandes grupos, três ações. A primeira
20 foi, assim como fizeram também com a questão docente, assegurar todas aquelas contratações
21 que já estavam comprometidas, já tinham sido oferecidas pela gestão anterior. Elas totalizam
22 115, algumas não puderam andar por conta também da lei complementar 173, outras já
23 aconteceram agora, no início de 2022, mas estão no quadro, são 115. Chama a atenção para o
24 fato de que, dessas 115 vagas, 77 se destinaram às unidades de ensino. Ou seja, houve uma
25 distribuição desigual em relação àquele quadro inicial que apresentou. A segunda ação é a
26 reposição automática em caso de desligamento de servidor ou falecimento para as unidades. E
27 o que trazem mesmo de diferente aqui, a proposta, são quais critérios serão utilizados para
28 reposição das aposentadorias e das saídas como todo. Entre a Ação 1 e a Ação 3, que são as que
29 podem ser quantificadas, estão falando em 382 contratações, o que já é um aumento sobre a
30 proposta inicial feita pela PRDU, atendendo à demanda, às solicitações dos grupos com que
31 trabalham. Esse número precisa ser corrigido, há 1/3, 32% de perdas em relação àquelas 1.200.
32 É um esforço significativo, embora todos reconheçam que está longe do ideal em termos de
33 reposição. A distribuição daquelas 115 que compõem a Ação 1 está no quadro, e chama a
34 atenção, como se referiu antes, que dessa 115, 77 foram destinadas às unidades de ensino, ou
35 seja, 2/3 desse total. E dessas, a distribuição mantém a composição da Universidade, sendo 61
36 no segmento médio e 54 no segmento superior. Portanto, também foi o objetivo manter essa
37 composição, essa estrutura inicial. Em relação à Ação 3, basicamente são quatro critérios: o
38 primeiro é repor, a partir de um percentual de perdas diferente para cada um desses grupos. No
39 caso da Administração Central, 30%; no caso da Saúde, 20%; no caso das unidades de ensino,
40 10%. O segundo critério foi permitir um descontingenciamento de 50% dos recursos. O terceiro

1 critério é uma análise específica para as unidades de ensino, pesquisa e extensão e a área
2 estratégica, que justifica no sentido de que novos órgãos têm sido criados dentro da
3 Universidade, como, por exemplo, o escritório de produtos controlados e a controladoria,
4 recentemente criada, e novas iniciativas que estão sendo propostas, para as quais certamente
5 vão demandar mão de obra. Precisam ter essa flexibilidade para alocar essa mão de obra, então
6 esse é o Critério D, que está voltado basicamente para essas áreas estratégicas da Universidade.
7 No Critério A, associado às perdas, se somarem cada um daqueles grupos, estarão oferecendo
8 157 novas contratações, mantendo a proporção entre segmento médio e superior. Já foi
9 desconsiderada aquela Ação 1, dos 115, com aquela proporção de perda que já mencionou. O
10 Critério B é o critério dos recursos contingenciados, que representaria algo em torno de 26
11 novas contratações. Apresenta a tabela trazendo todos esses números, chamando a atenção para
12 a totalização até agora: a Ação 3A e 3B para a Administração Central seriam 100, para a área
13 da Saúde 88 e para as unidades de ensino 110. O Critério C, para as unidades de ensino,
14 compreende olhar para o quanto a unidade teria de direito dentro do critério de perdas, de
15 reposição, qual seria o número, e qual seria o Critério C que é a partir dos três indicadores que
16 vai detalhar. Será adotado o critério que representar um número maior. Se nenhum dos dois
17 gera nenhuma contratação, pelo menos se oferece uma vaga para a unidade. Mas ainda há a
18 questão do Critério B, os 50% dos recursos contingenciados que a unidade pode utilizar, e aqui
19 já acrescentam aquela vaga a mais, que foi a contraproposta dos diretores. Informa que além
20 das 24 unidades, também estão contemplando o Cofil, o Cotuca, a DEdIC e a Cocen, portanto
21 seriam 28 vagas a mais. O Critério C foi o que talvez tenha causado mais dúvidas, e ele
22 estabelece que, como na verdade as perdas não atingem as unidades mais novas, e ao mesmo
23 tempo também o critério de descontingenciamento, o que criaram foi um critério para
24 exatamente essas unidades mais novas e maiores. Então, estão adotando para as cinco unidades
25 com maiores valores para cada indicador. Ranquearam as 26 unidades em cada um destes
26 critérios: a relação aluno/servidor Paepe; a relação docente/servidor Paepe; e o tamanho,
27 somando tudo, alunos, servidores e docentes. Dependendo, as cinco, em cada um desses
28 *rankings*, recebe uma vaga. Para dar um exemplo, a FCA, que é uma das que se encaixa dentro
29 desse critério de uma unidade grande e relativamente nova, no Critério A ela não teria nada
30 porque não tem perdas, mas no Critério C ela esteve entre as cinco maiores unidades nos três
31 critérios, portanto ganhou três vagas. Pelo critério de descontingenciamento nenhuma, e pela
32 nova proposta dos diretores, que é de mais uma vaga para todas as unidades, ela chegaria a
33 quatro vagas. O IB, só a título de comparação, usando os Critérios A e C, pelo critério A teria
34 direito a três e pelo critério C nenhuma. Pelo Critério B, de descontingenciamento, teria direito
35 a mais uma, portanto já totaliza quatro, mais aquela sugestão que veio dos diretores, cinco. Na
36 tabela que mostra a seguir, deixa clara a distribuição para todas as unidades de ensino, incluindo
37 Cofil, Cotuca, DEdIC e Cocen. Então, somando Ação 1 e Ação 3, as unidades ficariam com
38 160 vagas dentro desses critérios. Em termos do cômputo parcial, da Ação 1 são 115 e da Ação
39 3 são 233, portanto um total de 348. Observa que no caso da FEQ, foi identificado pela
40 Faculdade um erro na questão do contingenciamento, que já foi corrigido, por isso que o número

1 que aparece agora é um a mais. Na última ação, que é a ação do Critério D, a questão das áreas
2 estratégicas, atribuíram 50% sobre as vagas criadas nos Critérios A e B, o que totaliza 34 vagas.
3 Então, se somarem tudo para cada grupo, são 134 vagas para a Administração Central, 88 para
4 a área da Saúde e 160 para as unidades de ensino, em um total de 382. Se observarem essa
5 distribuição, as unidades de ensino ficaram com 42. Observa que na área da Saúde não estão
6 aqui computadas, pois estão falando de questões orçamentárias, as 130 vagas que estão sendo
7 realizadas via convênio SUS. Mas sim as 30 que já ocorreram ao longo desses primeiros quatro
8 meses, contratadas no orçamento pela Unicamp. Então, se fossem somar esses dados, é lógico
9 que o número maior de reposições é na área da Saúde, mas estão tratando aqui especificamente
10 da questão orçamentária. Apresenta o quadro com os números finais, ressaltando que em 2021
11 as unidades tinham 38%, a Saúde 45% e a Administração Central 21%. Depois de distribuir
12 essas vagas, as unidades de ensino teriam um pequeno acréscimo, vão para 34%, Saúde de 45%
13 cai para 44% e a Administração Central sobe um ponto. Portanto, mantiveram a estrutura
14 relativamente estável, com esses critérios atendendo às especificidades de todas as unidades.
15 Incluindo a proposta que veio dos diretores, possuem agora um valor um pouco maior, de R\$43
16 milhões, e se fizerem uma comparação com o que está sendo utilizado na reposição docente, é
17 um valor um pouco maior, mas que respeita o peso dentro do orçamento de docentes e
18 servidores técnicos-administrativos. Esse valor de R\$43 milhões corresponde a 1,37% da
19 receita do tesouro hoje. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA agradece muito
20 pela apresentação, pela proposta de reposição dos funcionários, sabem dos cenários
21 complicadíssimos dos últimos anos, e também agradece a Reitoria por aceitar a proposta dos
22 diretores, que foi bastante discutida. Entendem a dificuldade de cada unidade e também,
23 obviamente, a responsabilidade aqui, enquanto Conselho Universitário, de terem os seus
24 limites. Então a apresentação feita pelo professor Fernando aqui é, no seu entendimento, o
25 ótimo que pode ser feito para o momento. Apoia integralmente a proposta, agradece à
26 Administração por ter aceitado essa proposta e aos colegas diretores por toda a discussão que
27 tiveram. Acha que com diálogo realmente chegam muito mais longe e a Universidade se torna
28 muito maior. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que entendeu a proposta,
29 concorda com ela e votará favoravelmente, só se inscreveu para fazer alguns comentários. O
30 tamanho das perdas do quadro Paepe por conta da não reposição no último período é bem
31 conhecido; concorda com a proposta inicial de 343 contratações, embora que em fases, e
32 entendeu muito bem os motivos para isso. Acha que a próxima ação agora, a partir do momento
33 em que conhecem qual é o déficit do quadro Paepe, é discutir qual é a real necessidade de
34 reposição. Uma outra questão é que no período de 2013 a 2017 a Universidade contratou 500
35 professores, portanto houve uma considerável reposição do quadro docente. No quadro Paepe,
36 foi no período de 2013 a 2017 que fizeram o acerto da jornada de trabalho na área da Saúde, e
37 para discuti-la é preciso entender bem como era a jornada anterior à deliberação Consu que fez
38 a regulamentação da jornada. Só para fazer a implementação da jornada de 30 horas, foram
39 contratados na área hospitalar quase 300 funcionários. Está se referindo a isso porque no
40 próximo item existe um elemento que trata do comprometimento de folha com o quadro

1 Funcamp. Nessa época, deixaram o quadro da área da Saúde redondo, e com uma distância
2 enorme quando se compara o quadro Funcamp com o quadro Unicamp. Então fizeram o acerto,
3 inclusive das questões internas de jornada de trabalho e de dimensionamento de pessoal da área
4 da Saúde e que foi sendo desconstruído depois. Se compararem o quadro da área da Saúde hoje
5 com o do período de 2013 a 2017, acha que vão chegar a algumas boas conclusões do que está
6 querendo dizer aqui. No dia 29 de maio, foi publicada uma matéria no G1, cuja manchete – e
7 sabem que a maior parte das pessoas só lê manchetes – aponta que no período de 2002 a 2022
8 houve esse número que conhecem de perdas no quadro docente e no quadro Paepe. Acha
9 extremamente negativa essa matéria e mal escrita, porque se de 2002 até 2022 houve aquelas
10 perdas, e assim termina a matéria, embora citando esse programa de contratação Paepe, com os
11 números corretos, apesar dessas perdas, que não são pequenas, aumentou o número de
12 estudantes e de cursos. Sempre tem colocado isso quando discutem o orçamento deficitário no
13 período anterior, e colocavam esse elemento da questão do financiamento, da questão do
14 crescimento e fazia relação com a perda de quadro. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
15 MARCHETI MARTINS agradece à Reitoria por trazer esta proposta, pois o quadro Paepe está
16 muito defasado na Universidade. Sabem que algumas decisões são circunstanciais; no passado
17 não havia recurso, não era possível contratar, hoje há recurso disponível, e precisam voltar a
18 contratar. É nítido em algumas áreas, em alguns órgãos, o quanto as equipes estão
19 sobrecarregadas e no limite de funcionamento. Então a urgência da contratação é algo que
20 precisa ser destacado, não podem esperar isso acontecer em dois anos. Sabe que precisa ter
21 abertura de concurso, estão em ano eleitoral, existe uma série de implicações, mas não podem
22 também fazer essa projeção muito a longo prazo. Então, devem trazer isso o quanto antes e ficar
23 atentos à distribuição entre nível superior e médio. Acha isso muito característico dentro do
24 Hospital, lá é muito bem definido, mas na Administração Central e nas unidades de ensino não
25 necessariamente, às vezes as funções se misturam. Então talvez possam fazer um estudo um
26 pouco melhor para saber se seria 50%, 50% ou se caberia uma outra divisão. O MAGNÍFICO
27 REITOR informa que terá de se retirar porque participará de uma reunião em São Paulo às 17
28 horas. Vai transferir a presidência do Conselho Universitário para a professora Maria Luiza, e
29 depois haverá a posse da nova diretoria da Funcamp, na qual também não poderá estar presente,
30 mas estará muito bem representado pela Coordenadora Geral da Universidade. O Conselheiro
31 MÁRCIO ALBERTO TORSONI parabeniza a Reitoria pela proposta; estão vivendo um
32 momento propício, como o conselheiro Matheus mencionou, em que precisam novamente
33 contratar, mas fazer isso com cuidado para que aumentem o número de servidores docentes e
34 não docentes sem impactar muito o orçamento. A FCA é uma unidade bastante enxuta, e em
35 decorrência do pequeno número de funcionários e docentes que possuem, principalmente na
36 área administrativa vêm trabalhando de uma forma que possam maximizar e potencializar a
37 eficiência do seu serviço. Trabalham na forma de processos, são 50 funcionários muito
38 engajados, inclusive todos os docentes elogiam as atividades dos funcionários. Algumas
39 unidades podem achar que 50 funcionários é muito, mas observa que a FCA possui três mil
40 alunos. Utilizando essa métrica que a PRDU forneceu, que é o número de alunos por

1 funcionários Paepe, o resultado da FCA é 58. Em segundo vem a FT, que tem 45, e a próxima
2 tem 34 nessa relação, então dá para ter uma ideia do impacto que a quantidade de aluno tem na
3 atividade administrativa da Faculdade. Estão longe, obviamente, da certificação, desde que ela
4 foi constituída, e isso com certeza é algo que a afeta muito; têm trabalhado no sentido de
5 conseguir mais vagas, conseguir professores substitutos, contratação emergencial, mas em cima
6 disso faz a seguinte proposta para a PRDU: na proposta atual, já incluindo a vaga adicional
7 proposta pelos diretores para todas as unidades de ensino, pesquisa e extensão mais os colégios,
8 o impacto no orçamento, pela conta do professor Sarti, seria de 1,37%. Solicita que nessa tabela
9 que ele gerou, de quanto cada unidade vai receber em cada uma das ações, em uma das ações,
10 se não está enganado é a 3A, várias unidades vão receber um número que às vezes está muito
11 perto de ser o número um a mais. Então, por exemplo, uma unidade vai receber dois, mas ela
12 poderia receber três, porque a conta gerou 2,9 ou 2,7. O que pediria é que esse número fosse
13 arredondado para cima, como fazem com qualquer média nas disciplinas, acima de 2,5 vai para
14 3, assim por diante. Considerando isso, na tabela que a pró-reitoria apresentou, 15 unidades –
15 FCA, FE, FEA, FECFAU, Feec, FEF, FEM, FOP, IA, IE, IFGW, IFCH, IQ, Cotuca e Cocen –
16 , fazendo essa aproximação que sugeriu, receberiam uma vaga a mais do que está sendo
17 ofertada. Seriam 15 vagas a mais, então em vez de o orçamento ter acréscimo de 1,37%, passaria
18 para 1,42%, 0,05% a mais. Agradece a Reitoria pelo atendimento da proposta dos diretores de
19 uma vaga para todas as unidades, mas acrescenta essa sugestão. A Conselheira GABRIELA
20 BARROS GONÇALVES diz que sabem que os quadros da Universidade estão defasados há
21 algum tempo, mas houve uma economia com a pandemia, houve um período em que a lei
22 complementar 173 segurou os gastos da Universidade, há dinheiro em conta, e no entanto a
23 proposta que recebem aqui é de reposição de 1/3 das vagas deficitárias. Apesar de ser,
24 obviamente, favorável às contratações, considera lamentável que ainda seja proposto somente
25 1/3. Outro ponto é que o sindicato fez uma manifestação pela tratativa de mudança dos
26 processos seletivos que incluam uma abordagem antirracista. Além do concurso público, é
27 importante pensar no perfil do funcionário público que desejam na Universidade. Não basta ter
28 as cotas, assim como não mais basta um funcionário neutro ao racismo; desejam uma
29 Universidade, um serviço público e um funcionalismo antirracistas. E para isso precisam incluir
30 questões sobre racismo estrutural e racismo no serviço público, bem como uma bibliografia que
31 torne os futuros quadros agentes ativos da defesa das populações vulneráveis. Não mais lhes
32 bastam as cotas; querem uma Universidade antirracista, e isso passa pelo perfil que indicam na
33 abertura dos concursos. Essa é a manifestação do sindicato, em nome da coordenação de negros
34 e negras e políticas antirracistas. O Conselheiro LUCIANO ALLEGRETTI MERCADANTE
35 registra algo que lhe chamou a atenção, que são as razões pelas quais a FCA atingiu esse número
36 três na Ação 3C. Estão considerando as perdas a partir de 2016 e nunca chegaram em uma
37 condição mínima desde a implantação da Faculdade. A ideia dessa reposição que estão fazendo,
38 tanto de docentes quanto de funcionários Paepe, é resolver pelo menos as situações muito
39 complicadas, e é essa a condição da FCA desde a sua instalação. Nunca chegaram a um mínimo
40 necessário e, de fato, dá para perceber: a FCA é a única que chega na ação 3C com todas as

1 possibilidades preenchidas, porque ela necessita muito mais que isso. Então de alguma forma é
2 possível perceber que a Faculdade ainda não chegou a uma situação mínima de conforto, os
3 funcionários continuarão se esforçando muito para tocar os processos e gostaria que isso ficasse
4 registrado aqui, apesar de não ter nenhuma proposta para aumentar apenas para a FCA, mas é
5 importante que todos saibam que a condição de implantação nunca chegou no mínimo razoável.
6 O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que obviamente a proposta é insuficiente, mas
7 declara seu voto favorável, inclusive à proposta que foi sugerida aqui pelo professor Márcio,
8 incluindo mais 15 contratações. São positivas as contratações e pensa que é nesse caminho que
9 a Universidade deve seguir. Registra também que hoje o Fórum das Seis fez um ato em frente
10 à Administração, mas o professor Antonio José não quis receber as entidades. Acha que esse
11 não é um caminho correto, pensa que a Universidade deve estar aberta ao diálogo, e deveria ter
12 recebido as entidades na Reitoria. Foi solicitada essa reunião, ele se recusou a receber as
13 entidades, então pensa que não é um caminho que a Universidade deve seguir do fechamento
14 do diálogo, é o mínimo que a Universidade tem de fazer. Precisam estar todos juntos hoje em
15 defesa da Universidade, porque há propostas no Congresso de cobrança de mensalidade, que
16 foi retirada de pauta recentemente, na LDO consta “repasse de no mínimo 9,57%”, então o
17 ataque sobre a Universidade impõe um pressuposto do diálogo na comunidade. Sugere que
18 inclusive agende a reunião com o Fórum das Seis, cuja pauta foi protocolada há mais de 40
19 dias. O reitor da Unicamp é o presidente do Cruesp, ele tem de responder pelas
20 responsabilidades atribuídas ao cargo, e o diálogo é o melhor caminho em relação a isso. Deixa
21 registrado o seu protesto em relação ao tratamento dado hoje às entidades que compõem o
22 Fórum das Seis. Em relação à questão financeira, ontem foi publicado o primeiro informe do
23 quadrimestre do Estado de São Paulo. A receita corrente líquida do estado cresceu 21,64%, uma
24 média anualizada, em relação ao mesmo período do ano anterior, ou seja, o estado está com
25 crescimento na receita excepcional. A folha cresceu apenas 13%, ou seja, há recursos no estado
26 para financiar o ensino superior, a educação básica e a Saúde. Nesse sentido, reafirma a pauta
27 do Fórum das Seis que para recompor as perdas de 2012 seria necessário 21%, então pensa que
28 esse caminho deve ser seguido e a negociação tem de estar na pauta do Cruesp. A SENHORA
29 PRESIDENTE diz que se responsabiliza por levar os pedidos ao professor Antonio José. O
30 Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI agradece a equipe da PRDU pelo excelente trabalho
31 e pela proposta. Somente a título de registro – já explicou para o professor Sarti, pois ele não
32 vai impactar no número de vagas distribuídas segundo os critérios estabelecidos –,
33 diferentemente do documento disponibilizado na pauta, observa que no IA, no início de 2016,
34 havia 87 funcionários, não 76 como informado no documento, ou seja, 11 funcionários a mais.
35 Entretanto, com essa atualização, a perda do IA no período de 2016 a 2021 é de 23 funcionários
36 e não de 12, como está no documento. Agradece à Reitoria pelo aceite da proposta dos diretores,
37 de atribuir uma vaga a mais para cada unidade, além da vaga oferecida no planejamento inicial.
38 E, por fim, corrobora com a proposta do professor Maurício Torsoni de arredondar para cima a
39 porcentagem das unidades na Ação 3A, havendo assim uma maior distribuição de vagas entre
40 as unidades e com isso possibilitar a realização de concurso para as diferentes áreas de atuação

1 dos funcionários, tanto as administrativas como as específicas da unidade. Sobre essas vagas
2 específicas no IA, por exemplo, para além das áreas comuns, cita a atividade dos funcionários
3 artistas, que são de fundamental importância para a formação dos alunos de graduação, pós-
4 graduação e extensão, dos quais nos últimos anos tiveram uma grande perda. O Conselheiro
5 MARCOS CÉSAR DE OLIVEIRA diz que apoia a iniciativa, pois realmente estão em uma
6 situação em que a reposição na Carreira Paepe é necessária. Acredita que houve uma discussão
7 anterior entre os diretores, em que cada um teria um critério especial em que sua unidade teria
8 direito a uma vaga adicional, e no final foi decidido essa vaga adicional a cada uma das
9 diretorias, o que achou muito interessante, portanto manifesta seu apoio. O Conselheiro
10 MÁRCIO ANTONIO CATAIA enaltece a capacidade de diálogo que a PRDU estabeleceu com
11 o grupo de diretores na definição dos critérios que foram colocados. Desde o início, não só
12 agora, isso já ocorreu também quando discutiram as vagas da carreira do Magistério Superior,
13 então parabeniza esse trabalho excelente que está sendo feito e que busca restabelecer, dentro
14 de certas condições que possuem hoje, que evidentemente são conjunturais, um equilíbrio,
15 aumentando o corpo da Carreira Paepe na Universidade. Este é um momento importantíssimo
16 e a incorporação da proposta dos diretores precisa ser, de fato, enaltecida. A exemplo dos seus
17 colegas Márcio Torsoni e Paulo Ronqui, solicita que incorporem o arredondamento para cima.
18 Parece-lhe que há oportunidade de fazer isso, e estabeleceria um critério de justiça um pouco
19 para cima, além daquela que já está sendo feita. Então enaltece o que está sendo feito,
20 parabeniza a Reitoria e a PRDU, na figura do professor Fernando Sarti, e também incorpora a
21 proposta que o professor Márcio Torsoni apresentou. O Conselheiro MARCO ANTÔNIO
22 GARCIA DE CARVALHO diz que lhe parece que nessa política de contratação Paepe falta
23 uma Ação 4, que estaria relacionada a olhar com um pouco mais de atenção, com base em
24 mérito ou talvez em até outros critérios, para aquelas unidades onde essa defasagem se encontra
25 em um nível mais mais alto. Foram citados os casos da FCA, da FT e de outras unidades, a FCA
26 com quase três mil alunos, a FT 1.400 alunos. Além do número de alunos, há de se observar
27 também a quantidade de cursos diferentes dessas unidades, porque isso implica laboratórios e
28 outras estruturas pedagógicas diferentes e, portanto, se vê claramente a distância em termos de
29 número de funcionários dessas unidades para outras. Sugere uma Ação 4 dessa política de
30 contratação, que observe essas características das unidades. É claro que apoia a proposta do
31 professor Márcio Torsoni, mas a Ação 4 iria além do arredondamento, ela verificaria as
32 certificações, as demandas mais concretas de cada unidade. Gostaria muito de ver uma tabela
33 que também fizesse o detalhamento das contratações para os diferentes órgãos da
34 Administração Central, da Saúde etc. Assim como possuem a tabela 4 especificada por unidade,
35 seria importante também que tivessem um detalhamento para onde vão essas vagas que estão
36 sendo pretendidas nesse pacote de contratação. Isso, para ele, faz muita diferença no momento
37 da aprovação. Precisaria saber, por exemplo, quantas vagas vão para o CCUEC; houve uma
38 perda grande de funcionários da área de tecnologia de informação e comunicação nas equipes
39 do CCUEC, DGA, DGRH, DAC. Acha que está faltando na proposta essa natureza qualitativa,
40 portanto solicita que isso seja também divulgado. O último ponto seria seu desejo de entender

1 um pouco mais sobre a influência das atividades de modernização, de automação que vêm
2 ocorrendo na Unicamp nesta política de contratação de funcionários que estão discutindo agora.
3 Claro que algumas coisas estão se modificando para melhor, processos estão sendo mais bem
4 definidos, e a reposição de pessoal deve observar também isso, então quando observam os
5 níveis de redução de 2016 para 2021, há de se considerar também esses processos de
6 modernização e talvez isso pudesse olhar dessa discussão de política de contratação e de
7 reposição de funcionários. A SENHORA PRESIDENTE diz, sobre a fala do professor Marco
8 Antônio relativa à influência da automação nas políticas de contratação e nos processos de
9 modernização, que isso é bastante visível quando observam hoje os quadros atuais. Lembra que
10 os quadros da Administração Central estão contidos no *site* da PRDU, com as respectivas
11 gratificações, valores e nomes. Esse ponto é importante porque, sem dúvida alguma, a
12 modernização dos processos, a digitalização, influencia no número de pessoas. Existe o
13 impacto, mas a necessidade de uma política de reposição, neste momento, é urgente, em razão
14 do que passaram nos últimos dois anos, principalmente. Então o estudo detalhado de quanto
15 isso impactou poderá ser feito depois, mas sem dúvidas impactou; no entanto, a necessidade de
16 repor o quadro fez com que elaborassem um planejamento e uma proposta para fazer isso logo
17 após o término da lei complementar 173. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA
18 registra a alegria, em nome da Faculdade de Educação, de receber essa proposta que, de fato,
19 vem atender com urgência sua necessidade. Também registra a satisfação pela forma como têm
20 conduzida essa discussão, essas reuniões entre os diretores são muito interessantes, não só para
21 decidir o tema em pauta, mas para se conhecerem e conhecerem as unidades. Essas reuniões
22 têm sido muito produtivas, e espera que consigam mantê-las e até ampliá-las. Tem uma sugestão
23 a fazer, não para agora, mas talvez para outros momentos, de que se possível, no futuro, no
24 critério que compõe o item “Especificidade das unidades”, fosse considerado o número real de
25 alunos na proporção por funcionários. Isso porque algumas unidades atendem um número até
26 maior de estudantes fora das suas dependências do que aqueles dos seus próprios cursos. É o
27 caso da FE, que atende cerca de 1.700 alunos, e muitos desses atendimentos são feitos lá
28 mesmo, às vezes até a sala de aula pode ser fora, mas esses alunos circulam por lá, eles usam
29 biblioteca, a literatura pedagógica, por exemplo, grande parte dela é buscada na biblioteca da
30 FE. A Faculdade possui também laboratório de estágio, além, claro, das coordenações, das
31 secretarias de graduação, então é um fluxo intenso de alunos. Acha que se isso fosse
32 considerado, promoveria um pouco mais de justiça nesse critério específico. Nem sabe o quanto
33 isso representaria em termos de número no final, mas parece-lhe que seria mais justo considerar
34 esse número real de alunos atendidos, já que esse é um critério assumido como legítimo, então
35 ficaria essa sugestão para uma próxima rodada de contratações. Solicita esclarecimentos ao
36 professor Fernando Sarti sobre três aspectos: o cronograma das contratações, mais ou menos
37 quando vão poder contar com esses novos funcionários; como está sendo pensada a implantação
38 na área de TIC, uma vez que muitas unidades estão carentes desses técnicos; e como se daria a
39 distribuição das vagas por níveis médio e superior. Não entendeu se seria 50% em cada unidade,
40 então a unidade que tem quatro vagas, duas vagas seriam de nível superior e duas seriam de

1 nível médio. Só para entender melhor como vai ser a implantação. O Conselheiro RICARDO
2 MIRANDA MARTINS diz que a pergunta que possui foi em parte feita agora pelo professor
3 Renê, sobre como será feita a distribuição entre nível médio e nível superior e quando a
4 Unicamp pretende abrir esse concurso, porque acha que o concurso atual já está com as vagas
5 todas reservadas para contratação. Sobre os dados em si, estava fazendo simulações pelo
6 sistema, e os números do Imecc, por exemplo, estão um pouco diferentes, os números que foram
7 emitidos pelo sistema e os que estão na planilha. Por exemplo, no fim de 2016 tinham 59 vagas
8 ocupadas e não 51, e no fim de 2021 tinham 53 e não 52. Então talvez haja algum conflito de
9 dados que depois poderiam verificar. Sobre a nova proposta, na documentação está a proposta
10 original da Reitoria, acha que sem incluir essa mais uma vaga que foi distribuída a pedido dos
11 diretores. Solicita que, se possível, seja projetado o quadro que já foi projetado agora há pouco;
12 não conseguiu tirar um *print* dele e gostaria de ver como ficou o panorama final. Na proposta
13 atual, que leva em conta a relação aluno/Paepe e docente/Paepe, lembra que o curso 51, que é
14 o “Cursão”, é compartilhado entre o Imecc e o IFGW; apesar de a coordenação atualmente estar
15 no IFGW, chama a atenção para como isso foi levado em conta nessa fração que foi calculada.
16 O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que enviou agora para todos os
17 diretores um *print* com o quadro mencionado pelo professor Ricardo. A Conselheira CLAUDIA
18 MARIA BAUZER MEDEIROS diz que se junta a algumas das considerações do professor
19 Marco Antônio quanto à necessidade da Ação 4. Ou seja, não podem dizer que agora vão
20 aprovar a contratação de um conjunto em torno de 300 profissionais Paepe e estarão satisfeitos.
21 Devem sempre se lembrar que a atividade-fim da Universidade é exercida pelas unidades de
22 ensino e pesquisa. Nesse sentido, apoia a proposta do professor Márcio Torsoni de
23 arredondamento para cima. Observa que essa comparação de números é bastante enganosa,
24 porque não é só uma questão de processo de melhorias, a Universidade mudou. Outro ponto é
25 que a tabela 3, que mostra 30% na Administração Central, 20% na Saúde e 10% nas unidades
26 de ensino e pesquisa, causa um choque, talvez pela falta de detalhamento, quando se deveria,
27 no seu entendimento, dar mais prioridade na falta de funcionário nas unidades de pesquisa e
28 ensino. Mas se especificarem que as vagas são para o CCUEC, para a DAC, para outros órgãos
29 onde houve uma enorme perda de funcionários, seria diferente. Solicita que se continuassem os
30 estudos, que a próxima leva seja mais qualificada e aproveita para sempre relembrar que a FCA
31 foi criada com base em promessas do governo do estado que foram feitas como parte de
32 campanha eleitoral e nunca se concretizaram, então alerta que ter ações, atuais ou futuras,
33 baseadas em promessas de campanha é muito perigoso. A FCA até hoje sofre por causa disso.
34 A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que vai repetir algumas
35 coisas que alguns colegas já disseram. É muito favorável à proposta do professor Torsoni; o
36 Instituto de Química seria uma das unidades aquinhoadas com essa extensão de vagas, e observa
37 que trabalham no Instituto com os técnicos em sistema de mutirão, porque não há técnicos para
38 os laboratórios de pesquisa. Agora, recentemente, como uma medida para a recuperação da
39 pandemia, fizeram alguns laboratórios extras para os alunos poderem ter a experiência ao vivo,
40 da bancada, da vidraria, de todos os procedimentos que eles precisam ter para se formarem

1 químicos. Por isso precisam claramente de mais técnicos de ensino, então a agrada muito a
2 forma como foi feita a avaliação das necessidades de cada unidade, porque ela tenta ser
3 equânime. No entanto, ela é falaciosa, como bem disse a professora Claudia, porque as unidades
4 não chegaram em 2016 da mesma maneira, elas não estavam no mesmo nível, então já partem
5 de uma desigualdade. E ela não considera a dificuldade do trabalho de ensino que algumas
6 unidades têm. O IQ também ministra disciplinas de serviço, inclusive de laboratório químico,
7 o que demanda um cuidado enorme, que sem funcionários fica perigoso. Então apoia o
8 arredondamento que o professor Márcio Torsoni mencionou, mas gostaria de entender melhor,
9 como o professor Marco Antonio, qual foi a partição desses 100 funcionários para a
10 Administração, quais órgãos receberam. Por exemplo, o IQ esteve bem próximo à controladoria
11 e o escritório de produtos controlados, porque no escritório de produtos controlados trabalha
12 uma técnica que é ex-funcionária do IQ, e essa questão começou a ser discutida há bastante
13 tempo. Na controladoria, o primeiro controlador da Universidade foi o professor Watson Loh,
14 em 2019, que também é do IQ, então não são atividades tão recentes assim. Gostaria de entender
15 para onde vão essas vagas porque, na sua opinião, unidades de ensino e pesquisa são
16 fundamentais para justificar a existência da Universidade. Não há Universidade sem unidade
17 de ensino e pesquisa, então acha que elas devem ser olhadas da maneira como foi feita, de uma
18 maneira o mais próximo possível do equilíbrio, mas elas têm de ser mais bem aquinhoadas,
19 porque elas não começaram em 2016 iguais, elas não são iguais, elas não têm o mesmo trabalho,
20 então devem lidar com elas diferentemente. Não há justificativas da existência de uma
21 universidade se não existirem várias unidades de ensino e pesquisa capazes de conduzir seu
22 trabalho em nível de excelência. E sabem que agora tentam níveis de excelência internacionais,
23 de comparação cada vez mais difícil, então precisam de mais funcionários. O Professor
24 MICHEL NICOLAU NETO agradece muito à Administração pelo trabalho, na pessoa do
25 professor Sarti, não só pelos esforços, mas também pelo diálogo. Os diretores se sentiram
26 atendidos, tanto pelo fato de terem sido de fato contemplados com a vaga extra, mas também
27 pela abertura ao diálogo. Também defende a proposta do professor Márcio Torsoni, do
28 arredondamento, e não só porque lhe parece que neste momento isso pode causar algum tipo de
29 distorção, mas também como que este quebrado, que não se torna vaga, pode sumir no futuro.
30 Então, se houver uma justificativa para não fazer o arredondamento, que talvez tenha, eu não
31 tenho os dados, que esse quebrado que não foi arredondado não se perca na história, porque lhe
32 parece que se vão sempre zerando os anos, isso pode se perder na história. Evidentemente as
33 unidades são centrais, mas celebra também alguns novos órgãos que a Reitoria tem criado e
34 demandado funcionários, e esses setores são de suma importância. Destaca, por exemplo, a
35 Diretoria Executiva de Direitos Humanos, que imagina que demande funcionários, imagina que
36 tenha demandas novas. Tem trabalhado com ela de maneira muito próxima, e elogia esse tipo
37 de trabalho. Acha que se as unidades de ensino são de fato o coração da Universidade, elas
38 precisam de funcionários capacitados, ligados à Reitoria; não acha que devem trabalhar nessa
39 dicotomia entre unidades e Reitoria e, pelo menos em relação à Diretoria Executiva de Direitos
40 Humanos, pode testemunhar a importância que representa para o trabalho em unidade. O

1 Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO parabeniza a Administração Central, o professor
2 Fernando Sarti, tanto pela proposta como pela retomada da recomposição do quadro de
3 funcionários e o acolhimento da proposta dos diretores. Entendendo a dificuldade por que as
4 unidades de ensino passam, também apoia a proposta do professor Torsoni do arredondamento
5 para mais. Em relação ao Cotil, já conversou com o professor Fernando Sarti, mas gostaria que
6 ficasse registrado que o Cotil deixou, por muitos anos, de apresentar uma demanda mais clara
7 para a Universidade em relação ao seu quadro de funcionários e, com isso, tendo uma estrutura
8 de 1.500 alunos, que funciona os três períodos, manhã, tarde e noite, mais o sábado, são 84
9 docentes e apenas 22 funcionários, sendo que desses apenas 10 são da parte administrativa. Do
10 total de 22, quatro já estão em abono permanência e três muito próximos da aposentadoria
11 compulsória. Então o quadro é bastante delicado, a relação de alunos/funcionários está próxima
12 dos 69 alunos para cada funcionário. Em algumas situações, há apenas um funcionário em
13 postos estratégicos e em outros postos nenhum servidor. Então é necessário ter um olhar
14 diferenciado para o Cotil por essas situações que foram deixadas de ser olhada ao longo do
15 tempo, tanto que na questão de contingenciamento de recursos para preenchimento de vagas, o
16 Cotil tinha zero, o que reforça esse fato de que não foi demandada ao longo do tempo a
17 recomposição dos funcionários. Então é uma situação que estão tratando desde que assumiram
18 a gestão, em 2018, mas ainda não foi possível resolver e muito pouco avançaram nesse sentido
19 em razão da pandemia. Então fica o registro para a Administração Central de não perder isso
20 de vista. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO parabeniza a Reitoria e o professor
21 Fernando Sarti pela proposta. Estão aqui em uma situação muito delicada; concorda quando
22 colocam que está sendo feito um esforço, mas as unidades têm características diferentes, e
23 quando falam que vão repor quase 400 vagas em 1.200 perdidas, mais ou menos, estão falando
24 em cerca de 30%, mas algumas unidades não chegaram a isso por causa das suas diferentes
25 perdas. Além disso, depende do ano que consideram; por exemplo, a FOP só em 2016 perdeu
26 11 funcionários sem nenhuma reposição. Concorde que precisam escolher uma data como
27 referência, mas infelizmente a FOP está sendo muito penalizada pelo fato de ser a referência o
28 ano de 2016, e a sua perda de 17 iria para 28. Portanto, faz coro à proposta do professor Márcio,
29 que minimizaria um pouco mais a perda, e solicita que ela seja atendida, se possível. A
30 Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA elogia o esforço dessa iniciativa de estudar as
31 contratações e apoia a proposta do professor Márcio Torsoni com relação ao arredondamento.
32 O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que já foi diretor de unidade, sabe
33 da dificuldade em trabalhar com poucos colaboradores, mas quando fazem essa divisão entre
34 órgãos centrais, Saúde e unidades, às vezes pensam na Administração Central como uma coisa
35 burocrática que só preenche papel, mas está muito longe disso. A PRG, que está dentro dessa
36 estrutura, por exemplo, contempla o SAE e o Sappe, e estão querendo aumentar bastante o
37 atendimento dos alunos, tanto de graduação quanto de pós-graduação. No Sappe já foram
38 contratadas algumas psicólogas e uma psiquiatra, e gostariam de contratar mais. O DLE, que
39 cuida do Ciclo Básico, está em situação crítica, não há pessoal para tocar as salas de aulas, então
40 precisam de gente também. A moradia estudantil também tem muitos poucos funcionários. O

1 CEL, Cecom, o TILS, que faz a tradução em libras, só tinha dois funcionários para a
2 Universidade toda, tanto graduação, pós-graduação, congresso, jornadas, colégios técnicos, e
3 agora contrataram mais duas pessoas. Então, é verdade que as faculdades e os institutos
4 precisam muito, mas se não tiverem um órgão central forte que dê apoio para as faculdades e
5 os institutos, não conseguem fazer a Universidade funcionar. Então lembra que precisam
6 também ter essa sensibilidade de que os órgãos centrais são extremamente importantes. O
7 Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS reforça a fala do professor Ivan,
8 pois quando se referem a órgão central, às vezes acham que estão falando só de Reitoria, e não
9 é bem o caso. Estão falando do Centro de Computação, que precisa e está sistematizando muita
10 coisa para a Universidade; estão falando de DGRH, que passou por um desmonte na última
11 gestão, quando muitos funcionários saíram; estão falando de DGA, que centraliza toda a compra
12 e pagamento da Universidade; estão falando da DAC; do SAE, que só tem uma psicóloga para
13 atender os alunos com espectro autista, que se não está enganado, pelo último dado que viu,
14 chegava a 57 alunos; da Diretoria Executiva de Direitos Humanos, fundada recentemente
15 fundada e já têm uma estrutura muito boa trabalhando em diversas frentes na Universidade.
16 Então, não podem fazer essa discussão entre órgão central, unidades e área da Saúde, pois cada
17 um tem a sua necessidade, seu viés. Não fez nenhum movimento de pedir mais vagas para o
18 órgão central, porque acha que isso cabe à própria Reitoria fazer. Inclusive existem vagas já
19 apontadas para crescimento do órgão central, mas não podem propor tirar de um e colocar para
20 o outro só porque a unidade de ensino é a atividade-fim da Universidade. O Conselheiro
21 FERNANDO SARTI agradece por todos os comentários, críticas, sugestões, elas são muito
22 importantes para o processo. Vai recuperar os critérios que nortearam o grupo que fez essa
23 proposta: primeiro, como tem sido o procedimento, muita transparência, sempre trazendo
24 números, o que traz muita legitimidade para as tomadas de decisão. Ao mesmo tempo, o critério
25 foi manter o equilíbrio da estrutura hoje; trataram esses três grandes grupos, podem ter certeza
26 de que abriram todos eles, assim como abriram as unidades de ensino, para ter uma ideia de
27 cada um dos órgãos da Universidade. Não caberia uma apresentação aqui, com esse nível de
28 detalhamento órgão a órgão, mas a ideia foi manter o equilíbrio, tanto do ponto de vista dos três
29 grandes grupos, manter o equilíbrio da estrutura atual, em termos de nível médio e nível
30 superior. Vão atribuir proporcionalmente, no quadro, em termos de valores, mantendo a
31 estrutura atual, que é de 43% a 51%, lembrando que a Universidade não tem contratado mais
32 no nível fundamental. Então, partindo desse pressuposto do meio a meio, se uma unidade tem
33 duas vagas, vão atribuir recurso de um nível superior e um nível médio. Se a unidade quiser
34 usar essa vaga de nível superior para contratar três funcionários de nível médio, cabe a ela essa
35 decisão. Mas, ainda na linha que os norteou, devem lembrar que estão com represamento muito
36 grande na Universidade, seja pela questão da crise, seja pela questão da lei complementar. Não
37 estavam tendo um nível de contratação, de reposição, necessária para rodar a Universidade,
38 então tiveram esse duplo desafio, de um lado lidar com esse represamento, e apareceram muitas
39 demandas na CVND este ano, havia um represamento muito grande e foram obrigados, para
40 que a Universidade continuasse funcionando, a adotar critérios que chamaram, na época, de

1 critérios emergenciais. Aceitaram todas as demandas que vieram de Tecnologia de Informação,
2 assim como todas as demandas da área da Saúde, porque entendiam aquele momento crítico
3 por que o país e a Universidade passavam; e também o critério quando envolviam a questão da
4 retomada das atividades presenciais, mas isso era pouco, não dava para trabalhar em cima de
5 critérios apenas emergenciais, por isso CGU e PRDU se reuniram, apoiadas por outros órgãos,
6 para fazer essa proposta, de curto/médio prazo, para que continuem repondo, ainda que de
7 forma que todos entendem que não é a ideal. Então lidar com represamento e, ao mesmo tempo,
8 colocar um fluxo normal e sobretudo ter critérios. Ressalta que acabaram, pelo menos nesta
9 gestão, enquanto ele estiver à frente da PRDU, as atribuições de vagas dentro do Gabinete. Vai
10 trazer sempre para o Conselho Universitário, vai trazer sempre uma discussão com os diretores,
11 trazer para a bancada de servidores para que discutam esses critérios, ainda que tenham
12 diferenças importantes. E não adianta, se estivessem repondo as 1.200 vagas para chegar no
13 nível de 2016, podem ter certeza que ainda assim haveria insatisfação. Estão tentando manter
14 esse equilíbrio, e parece-lhe fundamental deixar esses critérios muito claros. Acha excelente a
15 ideia colocada pelo professor Marco Antonio de se pensar também no longo prazo, de já terem
16 a Ação 4, assim como criaram para os docentes. Acha que isso tem de ser balizado, inclusive
17 em cima de vários outros critérios. Respondendo aos professores Renê e Ricardo sobre a
18 questão do cronograma, iniciando o processo de contratação, já vão atribuir esses recursos no
19 quadro, mas devem lembrar que não estão com as vagas nos concursos. Pelo menos no nível
20 médio, estão basicamente esgotados, mas a DGRH já tomou a frente e está iniciando novos
21 concursos para que possam ter esse preenchimento. Agrava o fato de ser ano eleitoral, mas as
22 providências estão sendo tomadas, estão adotando regras para pensar essa política de curto e
23 médio prazo. Em relação à área de TIC, mencionada pelo professor Renê, esse quadro tem sido
24 realmente uma dificuldade na Unicamp. A intenção é tentar, o máximo possível, estabelecer
25 parcerias para cobrir essa brecha, sempre com a preocupação de internalizar esses
26 conhecimentos. Sobre a proposta do professor Márcio Torsoni, a questão é que houve uma
27 proposta dos diretores, que passaram o fim de semana avaliando, fazendo as contas dos valores
28 para incluir aqui, e se sentiria realmente muito mais confortável que ela tivesse vindo junto
29 dessa contraproposta dos diretores. Por alguma razão que desconhece, isso veio como uma
30 proposta complementar à proposta que o professor Anderson encaminhou, mas sem prejuízo de
31 que analise, inclusive verifica que existe certo consenso. Respondendo à conselheira Gabriela,
32 diz que ela tem razão, estão repondo de forma insuficiente, como todos sabem. É muito
33 favorável às ações afirmativas, acha que precisam incorporá-las; por exemplo, a Educorp deve
34 tratar disso, é um processo cultural, de informação fundamental. A questão da área estratégica
35 passa por olhar as ações estratégicas que esta gestão está colocando. Então, por exemplo, quem
36 acompanha a COP, a Copei, sabe que possuem uma preocupação muito grande com a retomada
37 dos investimentos em infraestrutura. Para isso, precisam, evidentemente, tratar dessa questão
38 dentro da Depi, talvez reforçando o pessoal na Depi; precisam tratar da questão de manutenção
39 reforçando o pessoal na Prefeitura; a questão toda de pensar como será dada a ocupação do
40 Hids. Isso é uma questão também estratégica, como é estratégico o fato de estarem pensando

1 uma centralização de compras na área da Saúde, como vai ser o papel da DGA aí dentro, talvez
2 reforçar essa equipe. Portanto, as áreas estratégicas estão longe de ser apenas controladoria e
3 escritório de produtos controlados. Considera também a Educorp uma área estratégica, e como
4 bem definiu o professor Ivan, o papel que tem a PRG em uma proposta de universidade, que é
5 um consenso contar com uma política de inclusão, com políticas de permanência dos alunos na
6 Universidade, e isso demanda demais do SAE, do Sappe e outros órgãos. Isso é a política, esse
7 é o papel de quem está na gestão central. Não tem como dizer *a priori*, hoje, quantas vagas
8 serão destinadas exatamente à DGA, à DGRH; tem discutido isso com esses órgãos centrais.
9 Haviam tratado da importância de muitas vezes centralizar alguma dessas vagas nos órgãos
10 centrais, a partir de onde são transferidos. Só para se ter uma ideia, na primeira reunião que
11 tiveram na DGRH e na sequência transferiram via DGA mais de 20 funcionários para as outras
12 unidades da Universidade. Sempre foi assim na DGRH, na DGA, inclusive é muito positivo
13 porque ali se ganha uma formação, se entende os fluxos e processos da Universidade, processos
14 que estão ganhando um grau maior de informatização, o que é ótimo, e explica também o fato
15 de poderem trabalhar muitas vezes com um número reduzido de servidores. Então, deseja que
16 a ideia de área estratégica seja uma ideia pensada de uma forma um pouco mais ampla. Está
17 consultando a questão do “Cursão”, mencionada pelo professor Ricardo, mas acha que, como
18 pegaram os dados do censo da Universidade, isso tenha se dividido entre Imecc e IFGW
19 proporcionalmente, mas pode confirmar posteriormente qual foi o critério. Sobre a proposta do
20 professor Torsoni, não vê nenhum problema, sua equipe já lhe mandou o que representaria se
21 fossem fazer apenas o arredondamento. A proposta é, certamente, apenas para as unidades de
22 ensino, mas dentro do espírito de manter um equilíbrio, isso representaria mais quatro, 16 mais
23 quatro vagas, que seriam por esse critério de arredondamento. Com isso a proposta iria para
24 R\$45,2 milhões, um acréscimo, portanto, de R\$2 milhões. A SENHORA PRESIDENTE
25 pergunta quanto isso representa em porcentagem. O Conselheiro FERNANDO SARTI
26 responde que sai de 1,37% para 1,4%, mas é uma decisão soberana do Conselho Universitário.
27 O que solicita é a ideia de trabalharem o tempo todo com equilíbrio. A área da Saúde merece
28 também ser pensada de forma estratégica na Universidade, assim como a área da gestão central
29 e a área de ensino. Entende que os diretores das unidades de ensino estejam preocupados,
30 entende a dificuldade com essa perda significativa nos quadros, mas a ideia seria acompanhar
31 para manter o equilíbrio para que também houvesse proporcionalidade para as demais. Gostaria
32 de uma análise um pouco mais aprofundada, que teria sido possível se essa proposta tivesse
33 chegado na sexta-feira ou mesmo no sábado. O Consu está acima da COP, então se este
34 Conselho entender que deve encaminhar esse gasto, se a maioria do Conselho entende a
35 importância e a necessidade de contemplar as unidades de ensino, não vai se opor. O
36 Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que pela sua conta seriam 15 vagas,
37 incluindo os colégios e a Cocen. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a equipe da PRDU
38 chamou a atenção que no arredondamento seriam 16, não seriam 15. Isso para as unidades de
39 ensino; se fosse estendido isso para os órgãos centrais, seriam mais quatro. Podem ficar só nas
40 16 vagas das unidades de ensino, mas isso desequilibraria essa distribuição com que se

1 preocuparam o tempo inteiro. Inclusive em cima da proposta dos diretores também ampliaram
2 um pouco as vagas nos órgãos centrais, até para compatibilizar. A SENHORA PRESIDENTE
3 diz que ao votar a inclusão ou não da proposta de mais uma vaga na aproximação, vão colocar
4 um orçamento a mais, então podem pensar em uma ponderação entre a proposta que o professor
5 Torsoni colocou e a proposta apresentada pela Reitoria, que contempla a proposta dos diretores,
6 depois que os diretores fizeram. Pode haver uma proposta intermediária e alguma a mais a
7 estudar. Isso tem uma repercussão importante na folha salarial, porque é uma folha mensal e
8 anual. Mas se trata de uma decisão do Conselho. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
9 diz que tem acordo com a proposta de ampliar e incluir a proporcionalidade para a
10 Administração Central e área da Saúde. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI
11 MARTINS diz que sua proposta vai ao encontro do que mencionou o conselheiro José Luis. Se
12 somarem as 28 mais as 16 propostas agora pelos diretores, são 44 vagas a mais para as unidades
13 de ensino, o que vai mexer bastante na proporcionalidade. Colocaria a proporcionalidade
14 porque na área da Saúde são 88, não mexeu, pelo que viu na tabela, da proporção anterior para
15 agora, e mesmo na Administração Central acha que precisam aumentar um pouco. O
16 Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que fica um pouco
17 constrangido de votar dessa maneira, porque os diretores fizeram um acordo e esse acordo foi
18 feito juntamente com a autoridade financeira. Devem votar o que está na pauta, mas o Consu é
19 soberano para modificar o que for necessário. No entanto, não está à vontade de fazer isso sem
20 considerar um estudo para outras áreas, para o orçamento da Universidade, para a divisão, para
21 a justiça desse arredondamento. É completamente favorável a suprir as necessidades, como foi
22 apresentado aqui pelo professor Márcio, mas propõe um encaminhamento diferente: s o
23 professor Márcio concordar e a Mesa aceitar, que solicitassem um estudo extraordinário à
24 PRDU para ver como isso impactaria o orçamento e como poderiam trabalhar com isso, para
25 depois poder votar com segurança. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA
26 diz que vai na mesma direção do professor João Frederico; também não se sente à vontade para
27 votar uma proposta que tem um impacto grande, mas especialmente em função do problema do
28 princípio da discussão. Confia completamente no encaminhamento feito pela Administração
29 Superior junto com os diretores das unidades, que conversaram uma proposta, decidiram que
30 essa seria a proposta apresentada. Uma coisa é chegar aqui e ajustar alguns números, outra coisa
31 é ter uma outra proposta, que vai ter um impacto que não foi longamente discutido, inclusive
32 com a própria Administração. Então, quando há pequenos ajustes necessários, não há problema,
33 já votaram assuntos que foram ajustados aqui, mas desse jeito é outra história, tem um outro
34 tipo de impacto, e não se sente absolutamente esclarecida. Se os colegas já estão esclarecidos,
35 ela particularmente não se sente. Quem já se decidiu a apoiar, talvez não conheça a proposta;
36 precisaria haver uma apresentação mais detalhada disso. O Conselheiro RICARDO MIRANDA
37 MARTINS pergunta ao professor Fernando Sarti se a referência de 2016 que está sendo usada
38 é o dia 1º de janeiro ou 31 de dezembro. O Conselheiro FERNANDO SARTI responde que é
39 final de 2016. O professor Paulo Ronqui mencionou que o IA tinha 87 vagas no início de 2016,
40 mas a equipe da PRDU o informou que nesse número está incluído o nível fundamental, porém

1 não estão repondo o fundamental, por isso a diferença no número. O Conselheiro RICARDO
2 MIRANDA MARTINS diz que essa era justamente a sua próxima pergunta. O Imecc tem o
3 mesmo problema, havia pessoal de nível fundamental nessa época, e isso explica aquela
4 incongruência de números que havia comentado. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
5 defende a proposta e a proporcionalidade com as outras áreas para não haver distorção em
6 relação aos critérios estabelecidos pela PRDU, que contemplaram bastante a comunidade. Não
7 se trata de uma grande elevação na despesa, e o que aprovariam aqui seria a autorização para
8 fazer isso, elevar essas vagas sem precisar voltar aqui novamente nessa discussão. Então
9 autorizaria essa aproximação, equipararia à proporção das outras áreas e a PRDU já estaria
10 autorizada para fazer isso. É óbvio que não vai ser gasto isso esse ano, porque em 02 de julho
11 não vão chamar mais ninguém. Não estariam alterando os critérios e acha que é possível, visto
12 que a redução é de 1.200 funcionários. Passaram pela lei complementar 173, que proibiu a
13 contratação, por um período muito difícil para as unidades, há muitos prédios que não têm nem
14 funcionário mais para atender. Então acha que é importante aprovar isso. O Conselheiro
15 FERNANDO SARTI observa que o equilíbrio é manter o mesmo critério adotado para as
16 demais. Isso significaria 16 vagas para as unidades de ensino e mais quatro para os órgãos
17 centrais. Já lhe passaram a lista de quais seriam as unidades contempladas, mas precisam ouvir
18 também os demais diretores que não estariam beneficiados. As que compõem a lista das 16 são
19 FCA, FE, FEA, FECFAU, Feec, FEF, FEM, IA, IE, IEL, IFGW, IFCH, IQ, Cocen e Cotuca.
20 Se fosse manter o critério, seriam mais quatro vagas também para macro órgãos de que estão
21 tratando, portanto seriam 20 vagas, e o valor atualizado seria R\$45,2 milhões. O Conselheiro
22 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS pergunta ao professor Fernando se na área
23 da Saúde não haverá nenhum acréscimo. O Conselheiro FERNANDO SARTI responde que
24 essa é uma questão que ficaria em aberto para acertar depois. O Conselheiro MATHEUS DA
25 SILVA MARCHETI MARTINS diz que serão 44 vagas para as unidades de ensino pesquisa,
26 mas para a área da Saúde não houve nenhum movimento. O Conselheiro FERNANDO SARTI
27 diz que o conselheiro Matheus tem razão, só que vão precisar analisar com mais calma, a partir
28 da proposta das 16 vagas a mais, para manter o equilíbrio de quantos seriam na Saúde e na
29 Administração Central, e trazerem isso em uma próxima reunião, já com o estudo realizado etc.
30 Essa é uma proposta. Entende a pressa, mas dificilmente as unidades conseguirão contratar
31 nessa vaga a mais agora nesse período de dois meses. Se acharem que devem colocar hoje em
32 votação a proposta das 16 a mais, não tem problema, mas ficariam devendo as novas
33 contratações no sentido de manter o equilíbrio, como o conselheiro Matheus está colocando. O
34 Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que isso foi discutido na reunião dos
35 diretores, e colocou lá, assim como o diretor do IFCH, a preocupação com essa perda, que para
36 algumas unidades é de 0,9. E isso vai se perder no tempo, então em uma próxima vez que
37 utilizarem esse algoritmo, perdendo mais 0,9 uma unidade perderá praticamente dois
38 funcionários. Realmente não foi consenso de que deveria trazer isso para cá, mas é uma
39 proposta que está fazendo que não prejudica nenhuma das unidades, todas continuam com o
40 número que foi determinado, só corrige esse quebrado depois da vírgula. Com os dados que

1 tinha, não conseguia fazer essa conta para a área da Saúde e Administração Central. Só tinha
2 esse dado que estava na tabela, mas acredita que a relação de proporcionalidade entre essas
3 áreas deveria ser mantida. O impacto olhando só os números que calculou é um impacto muito
4 pequeno, em torno de 0,05%. O Conselheiro FERNANDO SARTI concorda que o impacto não
5 é absurdo, e as quatro vagas seriam uma para área da Saúde e três para órgãos centrais. O
6 Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que na discussão dos diretores, no *e-*
7 *mail* de encaminhamento consta, no item 3, a recomendação de se pensar no arredondamento
8 para cima. Enviou em cópia para a Reitoria e também foi compartilhado no grupo dos diretores.
9 É importante frisar que toda ação tem consequência. Realmente, o pedido do grupo dos diretores
10 era que a ação para ser estudada com mais importância era a vaga a mais, que agradece à
11 Reitoria por ter considerado, e entende a proposta do professor Márcio de que o arredondamento
12 para cima tem sentido. O que não acha salutar aqui é começarem a discutir agora quantas vagas
13 vão para determinada área, porque não querem trabalhar com divisionismo, mas com todos se
14 ajudando e se somando. Então, se a área da Saúde tem essa necessidade de vagas a mais, acha
15 que tem de ser feito um estudo em particular para ela; pode ser que em algum momento vejam
16 que precisam contratar mais 30, mas vai ser discutido separadamente. Essa ação sendo discutida
17 neste momento é linear. Se todo o critério sendo aplicado aqui está sendo linear, então essa
18 correção de mais quatro vagas, como uma para a Saúde, acha que é o máximo que podem ir.
19 Então há duas opções: ou votam como está, ou votam a proposta feita pelo professor Sarti, que
20 é 16 mais quatro, e qualquer outra coisa será objeto de um estudo adicional. O Conselheiro
21 FERNANDO SARTI diz que o que mais fazem é estudar a área da Saúde, mas o que está
22 propondo é exatamente usar o critério de arredondamento, pelo qual seriam mais quatro vagas
23 fora das unidades de ensino, sendo três de órgãos centrais e uma da Saúde. O valor se elevaria
24 de R\$42,96 milhões para R\$45,2 milhões. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
25 MEDEIROS solicita um esclarecimento: não entendeu por que o arredondamento para as
26 unidades é de uma vaga e para a Administração Central é de mais três. Ela está em um bloco,
27 então pergunta se o arredondamento também não seria mais um. Mas já adianta que votará
28 favoravelmente ao arredondamento. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que se verificou
29 qual foi a perda no período 2016/2021, quando deu inferior a 0,5 arredondou para baixo e
30 quando deu superior, para cima. Na verdade, haviam arredondado todos para baixo, e era essa
31 a reclamação do professor Márcio. Então se arredondou agora da seguinte forma: quem estava
32 com, por exemplo, 4,6 foi para 5, quem estava com 4,4 ficou em 4. Isso valeu para os órgãos
33 centrais também, só que eles estão em unidades, o que apresentaram ali foi o grande grupo,
34 contendo DGA, DGRH, e provavelmente elas estavam já no nível que arredondamento veio
35 para baixo, portanto só se atribuíram três. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
36 MEDEIROS diz que então é simplesmente que não possuem a visão dos detalhamentos da
37 Administração, isso não foi fornecido como foi fornecido para as unidades. O Conselheiro
38 FERNANDO SARTI concorda, porque para as unidades de ensino, criaram aquele critério C
39 também, que foi ranquear todas pelos três critérios de tamanho. Não havendo mais observações,
40 a SENHORA PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada com 55 votos

1 favoráveis e 01 abstenção, com a inclusão de 20 vagas na Ação 3A, sendo 16 vagas distribuídas
2 entre unidades e órgãos, 03 para a Administração Superior e 01 para a Área da Saúde, conforme
3 discriminado: FCA 01 vaga; FE 01 vaga; FEA 01 vaga; FECFAU 01 vaga; Feec 01 vaga; FEF
4 01 vaga; FEM 01 vaga; FOP 01 vaga; IA 01 vaga; IE 01 vaga; IEL 01 vaga; IFGW 01 vaga;
5 IFCH 01 vaga; IQ 01 vaga; Cocen 01 vaga; Cotuca 01 vaga; Administração Central 03 vagas e
6 Área da Saúde 01 vaga. Passa ao item 07 – Dossiê nº 01-D-35411/2021 –, que trata da Primeira
7 Revisão do Orçamento 2022, com Demonstrativo Receita/Despesa. Solicita ao professor
8 Fernando Sarti que apresente a revisão orçamentária e na sequência o professor Antonio do HC
9 apresente os itens 01 e 02 da Ordem do Dia Suplementar, porque os assuntos estão relacionados
10 com o orçamento: item 01 – Dossiê nº 01-D-20467/2022 –, que trata de suplementação
11 excepcional de recursos ao Hospital de Clínicas, no valor de R\$1.841.376,16, para cobertura
12 do *déficit* orçamentário do mês de maio/2022; item 2 – Dossiê nº 01-D-20610/2022 –, que trata
13 de suplementação excepcional de recursos ao Hospital de Clínicas para cobertura do déficit
14 orçamentário dos meses de junho a agosto de 2022, no valor total de R\$14.662.131,00, dividido
15 em três parcelas mensais: junho (R\$5.558.239,83), julho (R\$5.844.159,07) e agosto
16 (R\$3.259.732,10). O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que vai iniciar, como sempre faz,
17 elogiando esse instrumento que a Universidade criou das revisões orçamentárias, que os permite
18 ir avaliando ao longo do ano o comportamento tanto das receitas quanto das despesas, e ir
19 acertando os rumos a partir dessas novas informações. Todos sabem que fazer previsão para
20 um ano em um país com tantos riscos e tantas incertezas não é uma tarefa trivial, portanto a
21 revisão orçamentária é um instrumento fundamental para a distribuição orçamentária quanto à
22 execução orçamentária. Vai rapidamente apresentar alguns indicadores, depois vai solicitar
23 para o senhor Thiago, da Aeplan, detalhar um pouco mais. Mantiveram até agora os valores que
24 foram colocados pela Secretaria da Fazenda, porque ainda não houve por parte dela nenhuma
25 sinalização de mudança nessa dotação orçamentária para a Universidade. A previsão de
26 recursos na distribuição orçamentária de dezembro era de uma arrecadação para a Universidade
27 de R\$3,137 bilhões. O que vão observar é um crescimento significativo da previsão de receita
28 própria: a previsão inicial era de R\$71 milhões, mas ela já está em R\$175 milhões. Isso é fácil
29 de explicar pela elevação da taxa de juros que todos têm acompanhado. Por outro lado, as
30 despesas também tiveram um aumento significativo, basicamente associado a algumas
31 mudanças nas rubricas do orçamento, em particular as despesas do Grupo X. Mas continuam
32 trabalhando com expectativa de saldo positivo para 2022, um superávit de R\$44 milhões. Essa
33 é uma expectativa que os deixa relativamente confortáveis, partindo do pressuposto de que a
34 receita é conservadora, para se tomar como referência o comportamento da receita nos
35 primeiros quatro meses do ano. Tiveram um crescimento de 15% nominais dessa arrecadação,
36 o que é bastante significativo. Obviamente que o cenário, tanto doméstico quanto externo, não
37 é nada favorável. Todos acompanharam também pela imprensa a questão das mudanças na
38 questão tributária, sobretudo em cima dos combustíveis, da energia elétrica, que são fonte
39 importante de arrecadação de ICMS para o Estado de São Paulo e, portanto, para a
40 Universidade. Mas, mesmo com todas essas incertezas no cenário, a previsão é de que fecharão

1 ainda com superávit, mesmo fazendo um cálculo de receita bastante conservador. Por outro
2 lado, consultando os indicadores da Fundação Seade, que é um órgão importante do governo
3 do estado que faz previsões do PIB paulista, um dos indicadores importantes para pensar a
4 arrecadação, o PIB indica para São Paulo um crescimento previsto para este ano de apenas
5 1,3%. Então, na verdade, quando olham para esse aumento de arrecadação, sabem que se deve,
6 primeiro, fundamentalmente a esses preços administrados, energia e combustível, e à questão
7 inflacionária. A questão inflacionária no primeiro momento é uma boa notícia para a
8 arrecadação, mas lá na frente ela cobra seu preço na despesa. Solicita que o senhor Thiago
9 detalhe um pouco mais esses indicadores. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que
10 tiveram o primeiro trimestre executado e de abril até dezembro mantiveram as projeções
11 iniciais, principalmente nas despesas, visto que já trabalhavam com uma universidade
12 funcionando 100% presencial. Como o professor Fernando já mencionou, apresentam um
13 superávit de praticamente R\$44 milhões; nas despesas aprovadas para o exercício de 2022,
14 quando trazem de volta para esta proposta o Grupo X, aqueles R\$200 milhões que foram
15 aprovados de despesas de anos anteriores, acabam tendo uma otimização de recursos da reserva
16 de R\$152 milhões, o que faz com que as despesas estejam 4% acima das receitas do Tesouro
17 do Estado. As receitas apresentam um crescimento de 3%, praticamente R\$100 milhões, fruto
18 de um acerto no ICMS. Estão mantendo a arrecadação de ICMS em R\$142,9 bilhões, que é a
19 arrecadação do estado que está na LOA e que foi trazida na proposta de distribuição
20 orçamentária da Unicamp. Ainda não viram nenhuma sinalização da Secretaria da Fazenda de
21 alteração dessa previsão, apesar de ela já parecer estar muito aquém do que vai se realizar. Essa
22 arrecadação de ICMS de R\$142,9 bilhões apresenta uma arrecadação para a Unicamp de
23 R\$3,137 bilhões, com uma redução de R\$5 milhões que apenas é um acerto da diferença de
24 2021 – o que foi previsto para dezembro de 2021 não se realizou, então fazem o acerto em
25 janeiro de 2022. Agora em maio parece que estão começando a querer aumentar essa previsão,
26 mas terão mais clareza disso na segunda revisão orçamentária, quando provavelmente será
27 apresentada uma nova previsão de receita. A linha mais grossa do gráfico e que dá um pico no
28 mês de março é exatamente a arrecadação mensal. Em abril ela desce um pouco, mas continua
29 bem acima das previsões. Mas como o professor Fernando já falou, mantiveram de forma
30 conservadora essa arrecadação que no mensal imaginam que vai ser um valor bem maior.
31 Trazendo isso para valores reais, até porque grande parte do crescimento hoje é inflação, de
32 fato, o crescimento da economia de PIB está bem aquém do que seria desejado, em 2022 no
33 anual já se prevê uma grande queda, mas essa queda não deve ser realizada, pois a arrecadação
34 deve ser maior. Quando olham na coluna menor do gráfico os valores que efetivamente devem
35 ser arrecadados no primeiro trimestre, percebem que já estão arrecadando mais em valores reais
36 do que no primeiro trimestre de 2021, o que mostra que essa arrecadação tende a subir. Vendo
37 em valores reais, mas mantendo o padrão mensal, as duas linhas em azul são as arrecadações
38 de 2021 e 2022. A de 2021 é a linha acima, e nos primeiros três meses estão mantendo um
39 patamar na linha azul mais escuro, de arrecadação igual a 2022, só que as previsões estão se
40 mantendo abaixo a partir de maio, o que mostra que provavelmente essa linha vai se realizar

1 acima e vão ter um ganho de arrecadação. Terão mais certeza de qual vai ser o tamanho desse
2 novo patamar na segunda revisão, e trarão, possivelmente, com uma mudança já da Secretaria
3 da Fazenda do Estado. Caso eles não tenham alterado ainda esse número, verão a melhor forma
4 de atualizar esses dados na segunda revisão. Entrando nas receitas próprias, elas apresentam,
5 como o professor Fernando já falou, um aumento significativo de R\$105 milhões, basicamente
6 pelas aplicações financeiras, que sofrem bastante impacto. Na verdade, ela tem três razões que
7 impactam: aumento de taxa de juros, taxa Selic; aumento da arrecadação, que aumenta a reserva
8 estratégica em um saldo financeiro maior, gerando maiores recursos; e também uma explicação
9 desse volume tão grande de mudança é que essa aplicação financeira que entra na LOA é
10 decidida, mais ou menos, entre maio e junho, então estão fazendo um acerto de praticamente
11 um ano de crescimento de taxa de juros. As outras receitas permanecem praticamente as
12 mesmas. Deixa claro que as doações já constituíram uma receita significativa, hoje não são
13 mais. Em relação às despesas, elas apresentam um crescimento maior, de 7,9% frente à proposta
14 inicial, e grande parte disso vem do reajuste salarial. Olhando os grandes grupos das despesas,
15 verificam mudanças significativas em dois grupos: I – Grupo Pessoal e VIII – Projetos
16 Especiais, onde aparece uma grande redução, causada principalmente porque nesse grupo
17 permanece a reserva de contingência, que guarda recursos também para serem utilizados no
18 reajuste salarial. Portanto, houve transferência de despesas do Grupo VIII para o Grupo I. No
19 grupo de Pessoal, saíram de um valor de R\$2,264 bilhões para R\$2,674 bilhões,
20 aproximadamente, em razão do reajuste salarial de 20,67%. Também estão aplicando o valor
21 do reajuste salarial no programa de desenvolvimento de carreiras, assim não impactam todos
22 os estudos que passaram pela PRDU, no Consu, de processos de progressão e contratação. Além
23 disso, apresentam um aumento de praticamente R\$1 milhão para pagar plantões para atender as
24 disciplinas das clínicas da FOP, usando os recursos do programa de retomada, portanto não é
25 um aumento de despesa, é mais um remanejamento. Além disso, foi destinado um recurso de
26 R\$2,7 milhões para a cobertura das horas extras que foram realizadas nos hospitais no primeiro
27 trimestre deste ano. Como não havia previsão orçamentária para elas, é um recurso que
28 normalmente sai do custeio dos hospitais mas que neste momento não está sendo possível ser
29 pago, então trazem na revisão para já deixar transparente essa despesa. Os outros grupos de
30 despesa da Universidade, despesas de utilidade pública, transportes, despesas contratuais, estão
31 seguindo apenas os reajustes já previstos em contratos. A movimentação é muito mais de
32 reajustes contratuais e transferências de recursos entre os diversos grupos de despesa. O mesmo
33 acontece nos programas de apoio, nas manutenções das atividades, que são o custeio da
34 unidade. Um impacto maior, apresentado nos projetos especiais, é uma redução forte, de
35 R\$174,323 milhões, nas reservas de contingência, que estavam sendo previstas para reajuste
36 salarial e quedas de arrecadação. Reduzem parte desses recursos, mas estão deixando uma
37 reserva de R\$10 milhões caso apareça alguma mudança, alguma necessidade de recursos
38 excepcionais na Universidade; para não precisarem ficar trazendo à COP cada item pequeno,
39 cada despesa pontual, estão deixando essa reserva. Como novidade, estão fazendo três
40 suplementações de recursos, aumentando as despesas: estão fazendo um aumento de R\$5

1 milhões nos recursos do PATC, o programa de atualização tecnológica, com dois itens
2 principais, sendo R\$3 milhões para nuvem e R\$2 milhões para um sistema integrado em um
3 projeto piloto de gestão de editais. É um pouco até o que o professor Fernando já falou neste
4 Conselho Universitário, a ideia de trazer empresas para fazer um projeto, internalizarem esse
5 conhecimento e conseguir seguir para frente mesmo com a dificuldade de contratação de
6 pessoal de TI. Outra suplementação é de R\$5 milhões para o apoio aos novos programas, que
7 tiveram um aumento de demanda em razão do retorno à Universidade ao trabalho presencial e
8 também para atendimento do programa de curricularização da extensão. Um recurso que vem
9 sendo solicitado pelas pró-reitorias, portanto já estão disponibilizando aqui para conseguir levar
10 essa curricularização no segundo semestre. A terceira novidade é o recurso de R\$200 mil para
11 o Programa *Campus* Tranquilo, que é um programa que existe há alguns anos mas que parou
12 de receber recursos; durante a pandemia teve todos os recursos contingenciados e agora estão
13 voltando com esses recursos para atender às necessidades da Secretaria de Vivência nos *Campi*.
14 A SVC não possui outros recursos, todos os projetos e as novas ações dela sairão desses
15 recursos. No Grupo IX, as receitas próprias apresentam um aumento, muito em razão das
16 doações recebidas em anos anteriores, isso deve causar um impacto agora, e também porque
17 pegaram os recursos do GGBS e fizeram um acerto contábil, um acerto de fontes de recurso,
18 trouxeram essas receitas para o orçamento e estão inserindo esses recursos novos que entraram
19 aqui na receita própria. No Grupo X, os saldos tiveram uma pequena redução, não foi nenhum
20 contingenciamento, cancelamento de despesas. Algumas despesas que estavam sendo
21 consideradas aqui mas nunca tinham sido suplementadas, orçamentadas de fato, e havendo a
22 licitação da obra, esses recursos foram suplementados e eles aparecem no Grupo VIII desta
23 revisão. É só uma transferência de recursos entre as diferentes linhas de despesas. Portanto, a
24 movimentação que ocorreu nesta primeira revisão é um aumento nas despesas de cerca de
25 R\$100 milhões e um aumento nas despesas de R\$251 milhões do previsto inicialmente.
26 Estavam com uma proposta orçamentária em equilíbrio e chegam aqui com menos R\$152
27 milhões, mas esclarece que eles são os recursos que estavam sendo orçamentados dentro do
28 Grupo X. Possuem R\$197 milhões de despesas de anos anteriores, e fazendo a diferença está
29 dando R\$44 milhões de superávit. Esses R\$197 milhões serão tratados em um item mais para
30 frente, dentro do Plano Plurianual de Investimentos; essas despesas a mais já estão dentro do
31 PPI. Apresenta o saldo de 31 de março, que é de R\$1,3 bilhões na receita no saldo financeiro
32 da Universidade. Fica à disposição para maiores explicações. O Conselheiro FERNANDO
33 SARTI observa que peça orçamentária não é algo trivial, e reforça que entre receitas e despesas
34 previstas para o exercício 2022 possuem ainda um superávit previsto da ordem de R\$40
35 milhões. Se incluem aqueles recursos já comprometidos, embora ainda não sejam empenhados
36 nem executados, que constituem o Grupo X, é que aparece aquele valor negativo. O Conselheiro
37 JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que o professor Fernando Sarti citou o crescimento previsto
38 para o Estado de São Paulo este ano pela Fundação Seade, de 1,3%. Ano passado São Paulo
39 cresceu 5,7% pelos critérios da Fundação Seade, e o Brasil cresceu 4,6%. Esse ano também vai
40 ser superado esse crescimento, visto que a arrecadação do Estado é de 21,64% na receita

1 corrente líquida, já descontadas emendas federais de bancada e de deputados individualmente;
2 inclusive se assustou quando viu o número, são R\$209 bilhões. O governador está distribuindo
3 recursos, então se há necessidade de financiamento da Saúde, e sabem que o Instituto de
4 Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço precisa de financiamento, esta é a hora.
5 Foi publicada ontem no Diário Oficial uma emenda para a Unicamp de R\$2 milhões. No
6 município, que acompanha há muito tempo, é o maior erro da Secretaria da Fazenda o mês de
7 maio, que é repassado hoje. A previsão era repassar R\$1,3 bilhões para os municípios, mas
8 estão repassando hoje R\$1,6 bilhões. E, no mês, é 12,5% de diferença da previsão da Secretaria
9 da Fazenda para o repasse efetivo dentro do mês de maio, nas cinco semanas, do dia 03 até
10 hoje. Então, não sabe se é só inflação, mas a economia está girando, de alguma maneira tem
11 surtido algum efeito, na arrecadação pelo menos. E sabendo que o ICMS para combustível está
12 congelado desde novembro do ano passado em uma tabela fixa feita pelo Confaz que
13 provavelmente vai ser prorrogada. Então, a projeção do Fórum das Seis, em vez de R\$142
14 bilhões, é R\$153 bilhões, e os 21% de reajuste agora em maio representariam no fim do ano
15 um repasse de R\$14,575 bilhões para as universidades, e geraria 81% de comprometimento,
16 que é bem baixo, mesmo pagando novamente sobre os 20,67% agora. Então há recurso para
17 pagar o reajuste que está na pauta de reivindicação e também definir uma política salarial,
18 porque a inflação está no dia a dia de todos. Às vezes fica preocupado porque as três
19 universidades hoje estão com reservas de mais R\$7 bilhões em caixa, este ano haverá eleição e
20 no ano que vem assume novo governador, o que pode trazer alguma implicação. Por isso é
21 importante estarem atentos a essa questão da autonomia da Universidade e ao fato de ter muito
22 dinheiro em caixa, porque todos os governadores tentaram tirar dinheiro da Universidade, foi
23 sempre uma luta manter os recursos aqui dentro para investimento em pesquisa, ensino,
24 extensão. Então pensa que poderiam valorizar mais a questão salarial de docentes e servidores
25 técnico-administrativos nesta data-base, abrir o diálogo e negociar uma política salarial, um
26 reajuste ainda em maio. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI parabeniza mais
27 uma vez a PRDU e a Aeplan pelo trabalho, que é muito importante para que possam fazer o
28 acompanhamento. Os últimos dados da economia, como todos sabem, mostram um problema
29 grande da inflação, bem maior do que seria de esperar e do que se esperava pouco tempo atrás.
30 A novidade, que talvez não seja tão disseminada, é que os últimos números de nível de atividade
31 têm vindo muito maiores, inclusive, do que o previsto há pouco tempo. Há discussões sobre
32 isso, quais são as razões, mas previsões de crescimento para o Brasil entre 0 e 0,5% para este
33 ano já estão sendo revistas para cima de 1,5%. Não é espetacular, mas é uma revisão importante
34 agora, neste momento. E, como disse, existem discussões entre os economistas sobre as razões
35 dessa melhora de perspectiva para o crescimento econômico neste momento: auxílio
36 emergencial, liberação de recursos, isso que o senhor José Luis contou está acontecendo em
37 todos os níveis, mas o que interessa à Universidade é que provavelmente no curto prazo não há
38 nenhuma ameaça a esse cenário pintado aqui na revisão orçamentária, ao que ele tem de
39 positivo. Acha até que será cumprido com tranquilidade, inclusive porque há uma enorme
40 contribuição das receitas financeiras para os resultados. A taxa de juros provavelmente chegará

1 a um nível mais alto do que se esperava e se manterá lá em cima por mais tempo. Se isso vai
2 ajudar a controlar a inflação ou não é outra discussão, também há enorme controvérsia dos
3 economistas, provavelmente não, na sua opinião. Evidentemente o orçamento de cada família
4 é afetado pela inflação e pela taxa de juros negativamente, mas a Universidade é sócia da
5 inflação e da taxa de juros para melhorar suas contas. Sua preocupação é com algumas notícias
6 e propostas que estão na pauta, e não é pauta para o ano que vem, para o semestre que vem,
7 mas para agora, provavelmente nesta semana: uma mudança importante no cálculo do ICMS
8 sobre os setores de combustíveis, energia elétrica, serviço de telecomunicações e transporte
9 público, que são, na verdade, a causa do aumento da arrecadação, principalmente combustível
10 e energia elétrica. O setor de telecomunicações sempre foi historicamente muito importante,
11 mas esse não tem o aumento tão significativo nos últimos tempos. Basicamente, o que está
12 representando um crescimento tão robusto da arrecadação de ICMS é o preço da energia e o
13 preço dos combustíveis, e a proposta que já foi aprovada com 404 votos favoráveis na Câmara
14 limita a alíquota em 17%. Como disse o senhor José Luis, isso não vai mexer no preço dos
15 combustíveis. A motivação política disso é supostamente fazer alguma coisa para controlar o
16 preço do combustível, mas está congelado em R\$0,66 centavos o ICMS por litro de
17 combustível, que dá 10% do litro de combustível, então bem menos que 17%. Mas ela ameaça,
18 inclusive na energia elétrica, as receitas da Universidade de uma maneira mais permanente.
19 Como disse o senhor José Luis também, sempre há um receio sobre mudança no *status* da
20 autonomia, e acha que com uma reforma tributária que acaba com o ICMS é uma ameaça que
21 pode ser muito concreta e muito imediata a esse quadro. Portanto, devem ter atenção a isso e
22 um pouco de prudência. O próximo item da pauta, sobre o qual não se manifestará mas ao qual
23 é totalmente favorável, ajudaram a construir na COP também, é o plano plurianual, um
24 planejamento de longo prazo para não desperdiçarem o bom momento da conjuntura com
25 questões que se esvaem ao longo do tempo. Portanto, acha que o cenário é bom, deve continuar
26 assim, não exatamente pelas boas razões, mas acha que devem ter essa prudência. O
27 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que as falas do senhor José Luis e do professor André
28 vão na mesma direção, mas uma coisa é olhar para esse crescimento nominal, puxado
29 basicamente pela inflação, e outra é olhar para o cenário atual e comparar com as expectativas
30 para frente. Precisam ser responsáveis aqui ao máximo, não podem projetar esse quadrimestre
31 para frente, então a revisão de orçamentária vem com esse intuito muito realista, apontando
32 para uma receita que é aquela sinalizada ainda pela Secretaria. Esclarece que enquanto a
33 Secretaria da Fazenda não muda a dotação orçamentária informada na LOA, que é o que a
34 Universidade utiliza para elaborar a sua PDO, ainda que os fluxos financeiros entrem mês a
35 mês, não estão autorizados a projetar nenhum gasto maior. Ainda que percebam que as receitas,
36 fazendo projeções, deverão ser maiores do que aquela que foi projetada para secretaria,
37 prudentemente só devem alterar a dotação orçamentária quando o estado sinaliza. É assim que
38 funciona. Então devem continuar trabalhando com R\$143 bilhões e não com R\$154 bilhões.
39 Eles vão mudar em algum momento e então vão trazer na revisão orçamentária, por isso
40 inclusive começou sua fala elogiando o instrumento que a Unicamp tem de permitir esses

1 ajustes. Não havendo mais observações, a SENHORA PRESIDENTE submete à votação a
2 matéria, que é aprovada com 53 votos favoráveis e 01 abstenção. Em seguida, convida o
3 professor Antônio Gonçalves para apresentar a proposta sobre a suplementação de recursos ao
4 HC nos itens 01 e 02 da Ordem do Dia Suplementar. O Conselheiro ANTONIO GONÇALVES
5 DE OLIVEIRA FILHO diz que hoje é sua última reunião do Consu como superintendente do
6 Hospital do qual esteve à frente durante esses quatro anos. Achou que na última reunião não
7 teria de fazer isso, mas infelizmente está aqui novamente para mostrar as dificuldades do HC,
8 pedir um apoio, como sempre foi dado pelas instâncias universitárias. O HC, como todos sabem,
9 é o maior campo da prática de ensino, pesquisa e assistência em saúde, com uma área física de
10 70 mil metros. E uma coisa interessante é que em 2019, antes da pandemia, estavam com 411
11 leitos funcionando; agora, em maio, chegaram a 442 leitos ativos, um aumento de, mais ou
12 menos, 7,5%, e com o pronto-socorro de porta aberta. Esses 31 leitos a mais foram uma resposta
13 à sociedade que a Universidade deu, porque não seria possível sem ajuda da Universidade e dos
14 recursos que foram buscar. O atendimento à população requer um esforço grande, e sofrem
15 pressão. No pronto-socorro de pediatria, na fase do ano que tem toda a demanda em razão dos
16 vírus, das bronquiolites, tiveram de restringir o atendimento no pronto-socorro por 48 horas,
17 porque as enfermarias estavam superlotadas, e isso saiu em todas as redes de televisão, jornais,
18 uma vereadora exigiu providências sobre leitos de enfermaria e pediatria. E, em meio a pressão
19 no SUS que o governo recebe, o estado decidiu abrir 31 novos leitos aqui no HC e no Hospital
20 de Sumaré. A pressão é de todos os lados, é sobre a Universidade, porque o HC é da Unicamp,
21 então é a Unicamp sempre que está em jogo e é uma coisa difícil, uma pressão externa muito
22 poderosa e muito violenta por parte da sociedade. Como já mencionou, a composição do
23 orçamento do HC são os recursos orçamentários da Universidade, mais os extraorçamentários
24 que possuem de contrato com o SUS para fazer atendimento, convênios que estabelecem com
25 a SES para fazer atendimento, como a Farmácia de Alto Custo e a UTI Pediátrica, além de
26 recursos de emendas parlamentares que captam e doações. Esses recursos vêm do Fundo
27 Nacional de Saúde, que enviam o teto financeiro contratado mais o que produzem Faec, isso é
28 enviado para o Fundo Estadual de Saúde, que já fazem alguns descontos de judicialização, e se
29 não atingirem as metas eles descontam também, e depois vem para a Universidade, antes era
30 através do CAAAS, agora este mês começou a ser totalmente gerenciado pela Deas, que vai
31 centralizar todos os recursos da área da Saúde. Ela fará a distribuição dos recursos para toda a
32 área da Saúde, fazendo os descontos, e repassa direto para o HC. Quando há convênio com a
33 secretaria, o recurso vem direto para o HC. Em relação a receitas e gastos, em 2017 o recurso
34 orçamentário de custeio era de mais ou menos R\$1,1 milhão por mês, uma média anual de R\$13
35 milhões. E o convênio SUS com a média de R\$140 milhões até 2019; na pandemia, de 2020 a
36 2022, os recursos Faec, que são aqueles recursos extrateto, diminuíram porque não conseguiram
37 realizar transplantes, implantes cocleares e outros procedimentos. E o recurso aqui maximizado
38 no gráfico também teve uma queda. Mas o mais violento nessa composição é a evolução do
39 recurso que recebem do SUS: até 2010 receberam o teto, de mais ou menos R\$6 milhões, e o
40 último reajuste da tabela para o Brasil inteiro foi em janeiro de 2011. O HC passou a receber

1 R\$7 milhões por mês, e tiveram então um incentivo à contratualização com as redes
2 especializadas de urgência e outros programas, e foram para, basicamente, R\$9 milhões, além
3 dos recursos, mês a mês, da produção Faec. Quando normalizados por total anual, o gráfico
4 mostra que desde 2013, que foi o último aumento que tiveram com contratualização, até 2022
5 é uma reta praticamente horizontal, com pequenas variações. Só que a variação de custos
6 médicos hospitalares, a chamada inflação médica, sobre a qual são calculados os planos de
7 saúde e tudo o mais, geralmente gira em torno de 10% a 15% acima da inflação medida pelo
8 IPCA. Portanto, o contexto de recurso constante com despesas sendo aumentadas sempre é
9 catastrófico. Em relação à dotação orçamentária, englobando todas as despesas da
10 Universidade, em valores nominais, percebem que há uma certa queda. Parabeniza a Reitoria
11 pelos trabalhos de recomposição docente, recomposição Paepe, de recomposição de
12 gratificações, plano de carreira, mas o que veem no quadro é que de 2013 até abril de 2022,
13 houve uma queda no número de profissionais ativos dentro do HC. Em 2014, como o senhor
14 Adilton comentou, ocorreu uma reposição para dar conta da decisão da jornada de 30 horas da
15 área da Saúde. Entretanto, ao longo dos anos esses números não foram sendo repostos, como
16 no caso das aposentadorias, e então tiveram de ir contratando profissionais Funcamp para que
17 a assistência não parasse. Portanto, o gasto com a folha está ascendente e o recurso estável, e
18 com isso o saldo líquido para custeio com recursos SUS vem diminuindo, o recurso que sobra
19 para compra de medicamentos, próteses para fazer assistência vem diminuindo, tanto que em
20 março tiveram R\$1,6 milhão. O gasto de folha com o recurso SUS, que era 67%, 68%, chegou
21 a 90,3%. Hoje estão com 140 trabalhadores Funcamp a mais que em 2013, para cobrir
22 assistência, e 237 trabalhadores a menos do que 2013, antes das 30 horas. Para manter
23 assistência, tiveram de contratar emergencialmente 132 profissionais de enfermagem Funcamp
24 no final do ano passado. Esse gasto com a folha oscila bastante, e em março de 2021, na gestão
25 passada ainda, houve uma pressão grande da cidade para a abertura de leitos. Estavam com
26 leitos fechados porque não havia recursos e ocorreu uma pressão externa da prefeitura
27 municipal, que a Reitoria bancou, foi feita a contratação. Estava caindo o número novamente,
28 teriam de fechar leito, e a nova gestão também, em razão da grande demanda social, fez novas
29 contratações. Então, são cerca de R\$2,5 milhões de gastos com profissionais além do que já
30 possuíam. Outro enorme gasto é com ações trabalhistas. Outros comprometimentos com
31 recursos SUS no HC são com os almoxarifados, com transporte fretado, que em agosto 2020
32 foi repassado para o HC, além de taxa administrativa Funcamp, a partir de 2017, então são mais
33 de R\$6 milhões que saem do recurso extraorçamentário. Outras despesas, como judicialização,
34 CVDA, manutenção, em cinco anos sofreram um adicional de cerca de R\$47 milhões. Para
35 tentar ajudar, buscaram captar emendas; nos anos que está como superintendente, foi muitas vezes
36 a Brasília, a São Paulo, e conseguiram captar quase R\$50 milhões em emendas parlamentares
37 para dar conta do custeio. E, além de tudo, durante a pandemia houve um grande trabalho junto
38 à Secretaria Estadual de Saúde, junto ao Ministério da Saúde, para habilitações e busca de
39 recursos. Tanto que, entre 2020 e 2022, obtiveram R\$40 milhões adicionais para recursos: em
40 2020, foram R\$13 milhões; em 2021, R\$22 milhões; e em 2022 apenas R\$3,5 milhões. Foram

1 também atrás de doações, e criaram a associação Amigos do HC, que conseguiu em doações
2 em espécie, equipamentos, álcool, R\$10,7 milhões. E a sociedade compareceu com R\$14
3 milhões para a área da Saúde. Tentaram manter este ano, promover a busca ativa de doações,
4 mas da meta de R\$33 milhões, conseguiram arrecadar apenas R\$27 mil. Em relação a outros
5 recursos adicionais, para sustentar a UTI pediátrica possuem um convênio específico com a
6 secretaria, que é além do teto, R\$34 milhões para quatro anos, e Farmácia de Alto Custo R\$11
7 milhões. Apesar de todo esse esforço, de todo o trabalho, devido à grande demanda, à inflação,
8 como mostrou, o fluxo orçamentário de 2022 infelizmente prevê um déficit de R\$40 milhões.
9 Em 2020, apesar da pandemia, não precisaram de suplementações, mas no ano passado já veio
10 ao Consu pedir um auxílio e agora novamente. Destaca que foi contratada a empresa de
11 consultoria, já houve uma primeira reunião; há também propostas de modular o RH Funcamp,
12 que consome demais a folha; a contratação de profissionais Paepe é excelente, assim como a
13 reposição automática de enfermagem, que foi uma solicitação atendida, porque o Hospital
14 trabalha 24 horas por dia, precisa ter gente do lado do paciente sempre. Além disso, estão
15 buscando mais subvenção, habilitação junto ao Ministério da Saúde para UTI coronariana, e
16 novos projetos de subvenção. Como já falou na COP, grandes emoções despertam grandes
17 paixões, e é o que tem vivido nesses quatro anos complicados, mas que traz uma paixão cada
18 vez maior por esta Universidade, que é plural, pelo nível de discussões, pelo nível de propostas,
19 e pela importância que ela tem no cenário brasileiro e mundial. Está à disposição, diz que é um
20 prazer enorme sempre estar aqui com os colegas do Consu e que, mesmo saindo da
21 superintendência, pretende ajudar e servir no que for possível. A Conselheira EVANIR LOPES
22 TEIXEIRA diz que é uma pena o professor Antonio não poder ter uma segunda gestão, atuando
23 no Caism, pois como técnica de enfermagem gostaria de tê-lo dentro do Caism. O professor
24 Antônio é um homem muito humano e isso é bom para a enfermagem, para o paciente, até
25 mesmo para Unicamp. Precisam de homens como ele. A Conselheira CLÁUDIA MARIA
26 BAUZER MEDEIROS diz que gostou da frase: “Grandes emoções despertam grandes
27 paixões”. Na verdade, diria o contrário: que grandes paixões, que no seu caso é a área da Saúde,
28 despertam grandes emoções. Até hoje tem sido extremamente bem atendida, tanto no HC como
29 no Cecom, no qual está fazendo um tratamento longo de curativos, quase diários, há dois meses,
30 porque levou um tombo dando aula e a ferida resultante vai demorar para ficar boa. Todos
31 sabem da importância da área da Saúde, tanto para ensino e pesquisa, quanto para o
32 atendimento, que é sempre um atendimento primoroso a todos, com muito carinho. Também a
33 penaliza a situação da área da Saúde, que está sempre pedindo suplementação, mas votará
34 favoravelmente. Pergunta se não existiria alguma forma de já embutir algumas dessas
35 suplementações no orçamento, para não terem que sempre estar correndo atrás de algum
36 prejuízo, de alguma situação imprevista. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que é lógico
37 que essa seria uma das formas de aumentar o recurso orçamentário para a área da Saúde, mas
38 são muitas variáveis envolvidas. Citando algumas que o professor Antonio apresentou: a
39 incerteza em relação ao reajuste do SUS, convênio que está sendo renegociado, a questão das
40 emendas parlamentares, que chegaram a superar R\$10 milhões na pandemia, que de repente se

1 reduziram brutalmente. Está falando só do HC, fora o complexo da Saúde. As próprias doações,
2 como mostrou o professor Antônio, através dos Amigos do HC; a questão da inflação da Saúde,
3 que não há como prever, pois trabalham com índice de inflação no orçamento, mas o índice na
4 área da Saúde tem sido muito superior e não é de hoje. Sem falar dos aportes da Secretaria
5 Estadual de Saúde. Então são tantas variáveis que seria impossível tentar estabelecer um critério
6 para os recursos a serem atribuídos à Saúde. Como possuem o instrumento da revisão
7 orçamentária, o critério tem sido, a cada uma dessas revisões, fazer a suplementação do HC
8 conforme a situação e a evolução dessas variáveis de custo e de receita. O Conselheiro
9 ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO agradece a professora Cláudia pelos
10 comentários, mas realmente depende muito desse recurso que não tem reajuste, e o trabalho que
11 fazem é também de buscar mais recursos da secretaria. Concorde com o professor Sarti que as
12 variáveis são muitas, então é imprevisível quanto vão precisar. Às vezes em março já
13 conseguem ter uma ideia, mas essa proposta da PRDU de ir escalonando é bem-vinda. A
14 SENHORA PRESIDENTE diz que vai precisar encerrar a reunião antes das 18h, pois terá um
15 outro compromisso. Há ainda uma lista de inscritos e fará a seguinte proposta de
16 encaminhamento: fazer a votação da suplementação do HC e, após, discutir o item 08, referente
17 ao reajuste da Bolsa Estágio, e depois encerrar a reunião. Os demais itens ficam para a próxima
18 terça-feira, às 9h, quando continuarão esta reunião do Consu; pergunta se os conselheiros estão
19 de acordo, obtendo concordância. O Conselheiro JOSÉ LUÍS PIO ROMERA diz que vai votar
20 favoravelmente à suplementação. Foi membro da COP ano passado e várias vezes sugeriu que
21 se aprovasse em bloco para o ano inteiro. O pessoal ficou o ano passado inteiro, toda reunião
22 da COP apresentando pedaços das projeções, então acha que seria melhor aprovar já para o ano
23 inteiro. Notou que a proporção Funcamp/Unicamp está acima do TAC que o sindicato tem, que
24 é 30% a 70%, ela está em 36,7%. Portanto, precisam contratar concursados e procurar deixar
25 mais recurso para custeio do convênio. É óbvio que o governo federal, pelo que está
26 entendendo, este ano não vai reajustar a tabela SUS, então é uma luta que precisam travar
27 também para que isso aconteça. A SENHORA PRESIDENTE diz que essa questão da
28 desproporção e esse aumento importante em relação a pagamento de pessoal com recursos do
29 SUS é uma parte do que estão trabalhando para reduzir. O que agravou muito foi a pandemia,
30 houve uma grande dificuldade por mais de dois anos para a contratação Paepe e agora há a
31 questão das eleições, que também traz impedimentos. Observa que na emergência precisam de
32 profissionais rapidamente, por isso muitas vezes as contratações são feitas por meio da
33 Funcamp, enquanto é aberto o concurso e os candidatos são convocados. Então esse recurso
34 tem sido utilizado mais do que deveria, e realmente a proporção está acima, mas estão
35 trabalhando para que seja reduzida e que ele volte para custeio, como é a sua finalidade. A
36 Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES diz que o senhor José Luis contemplou boa
37 parte do que iria colocar; chama a atenção também, além da alta contratação de funcionários
38 Funcamp, para as contratações temporárias e as horas extras. São questões que adoecem os
39 trabalhadores, aumentam muito a sobrecarga de trabalho e fazem com que caia a qualidade do
40 serviço prestado. Então são questões às quais a Administração Central precisa prestar mais

1 atenção e buscar corrigir, ainda que com propostas de médio e longo prazo, para que não fiquem
2 o tempo todo suplementando verba e não tratem o problema na raiz, que muitas vezes está nessa
3 questão de RH. Faz coro com a senhora Evanir no agradecimento ao doutor Antonio pela
4 gestão. Sabem que todo gestor carrega consigo uma responsabilidade muito grande e que é
5 muito difícil agradar a todos, mas do ponto de vista do trabalhador e do sindicato, foi um gestor
6 que teve um diálogo muito bom. Em todas as reuniões, todas as solicitações que o sindicato fez,
7 ele no mínimo as ouviu, e isso foi muito bom. Coincidiu de sair no boletim do sindicato de hoje
8 o avanço na pauta dos locais de descanso do pessoal dos plantões noturnos, que agora são
9 chamados de salas de descompressão. Ainda que fosse lei, era uma questão que estava bastante
10 atrasada, continua atrasada no Caism, mas no HC avançou graças a esse diálogo que o doutor
11 Antonio estabeleceu com os trabalhadores e outras negociações, a viabilização dessa pauta com
12 o Departamento de Enfermagem também, na pessoa da senhora Eliete. Então agradece o doutor
13 Antonio pela gestão e por essa questão da pauta do pessoal do noturno, que foi praticamente
14 resolvida durante a sua gestão. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que o
15 documento da pauta coloca que o que teve mais impacto na crise financeira e que gerou esse
16 período de suplementação foi a folha Funcamp, algo que já havia falado aqui em item anterior
17 e o doutor Antonio complementou. Na Tabela 4, consta o faturamento bruto SUS; sabem muito
18 bem que a tabela SUS não paga um valor que corresponde à realidade do procedimento e que
19 ela não sofre correção há anos. Observam na média por ano que os valores são semelhantes, e
20 isso é um problema externo e que não é simples de resolver. Logo abaixo, no campo dos
21 descontos do faturamento SUS, o Conselho Universitário já tomou uma providência
22 recentemente, inclusive observaram bastante resistência quando aquele item estava sendo
23 discutido, que é trazer o CAAAS para a Deas. Então, providências são tomadas, e observam
24 que em relação ao faturamento líquido, a argumentação está pautada em questão trabalhista,
25 dissídio. O quadro Funcamp no HC é enorme, ele não deveria ser tão grande assim, mas o
26 salário do profissional Funcamp é bem mais baixo. Se compararem o salário de um enfermeiro
27 ou de um técnico de enfermagem Funcamp com o salário que a USP, Unicamp, Unesp pagam,
28 ou a Prefeitura de Campinas paga, entenderão a diferença que está mencionando. Direito
29 trabalhista precisa ser cumprido, não há o que fazer. Sobre a questão do estrangulamento na
30 questão da verba de custeio, obviamente que se o recurso não aumenta, o gasto com pessoal,
31 que não deveria estar tão grande assim, pelo tamanho do quadro, gera essa consequência
32 mesmo, precisa haver a suplementação. Então, todas as vezes que chegou pedido de
33 suplementação de recurso para a área da Saúde, se o orçamento era deficitário, aprovaram,
34 aumentam um pouco o déficit. Agora a realidade é outra, o orçamento é superavitário, e vão
35 continuar votando favoravelmente. Em relação ao desconto SUS, acha que ao levarem o
36 CAAAS para a Deas, caminham para apontar uma solução para esse problema. O doutor
37 Antonio apresentou várias outras iniciativas, e acha que a questão do enorme quadro Funcamp
38 precisa ser resolvida, para que haja um equilíbrio com a questão da sobra de recurso para fazer
39 custeio. Sabem que a inflação na área da Saúde é muito mais alta, que a tabela SUS não é
40 reajustada, mas acredita que isso caminha para um equilíbrio. Tem um carinho enorme pelo

1 HC, onde trabalhou durante a pandemia inteira; manda ao doutor Antonio um abraço e diz que
2 foi um prazer conviver com ele nesse tempo. A SENHORA PRESIDENTE observa que o
3 dissídio dos trabalhadores Funcamp continuou acontecendo, eles tiveram os reajustes salariais,
4 enquanto os dos trabalhadores Unicamp não ocorreram. Então a folha também cresceu não só
5 pelo aumento de contratações, mas também pelos reajustes salariais que ocorreram nesse
6 período. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO dia que já havia se manifestado na
7 COP no sentido de fazerem essa suplementação, como têm feito, e pensa que, da mesma forma
8 como o professor Sarti mencionou, são inúmeros fatores que apontam para essa “sub
9 subvenção” ao Hospital, e pensa que acabam tendo de continuar dessa forma. Porque se
10 implementam aquilo que seria uma previsão, com base nesses últimos anos, podem correr o
11 risco de acabar deixando de lado a luta, seja pela revisão da tabela do SUS, seja pelo
12 requerimento à Secretaria do Estado da Saúde que faça a sua parte também. Portanto, acha que
13 a Universidade não pode abrir mão dessa batalha para que o HC seja também subvencionado
14 pelos órgãos do Estado de São Paulo e pelos órgãos federais. E, eventualmente, pelas emendas
15 parlamentares, que não são o melhor método, mas em algum momento elas podem salvar. O
16 HC é um patrimônio da Universidade, é muito importante, é a principal porta de entrada na
17 relação com a sociedade de Campinas e região. Saúda o professor Antonio, foi um período
18 muito difícil, que acompanharam com muito estímulo, com o espírito de que as dificuldades
19 seriam superadas, e acha que foram superadas, então o parabeniza e deseja um belo futuro nos
20 próximos desafios. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO elogia e agradece a forma como
21 a atual equipe tem acolhido as demandas da área da Saúde e as tem discutido de uma forma
22 bastante adequada. Com destaque para o professor Fernando Sarti, para a professora Maria
23 Luiza e para o senhor Reitor. Também reconhece e é testemunha de que o Consu tem dado uma
24 atenção importantíssima, compreendendo a situação do Hospital de Clínicas. Estão discutindo
25 aqui o período dos últimos quatro anos, que inclui a pandemia, dos quais em três anos o HC
26 necessitou de suplementação. Neste momento, as justificativas colocadas são as justificativas
27 atuais. Foi superintendente do Caism por dois mandatos, foi superintendente do HC por um
28 mandato, portanto acompanhou essas unidades de saúde por algum tempo, e na década de 1990
29 havia justificativas da década de 1990, assim como entre 2001 e 2010 as explicações eram
30 relativas a esse período. O professor Ivan Toro foi superintendente do HC entre 2002 a 2005,
31 então ele vivenciou os problemas naquele momento, e hoje possuem os problemas atuais.
32 Internamente, a Universidade tem feito o máximo para poder atender às necessidades e tem
33 respondido de acordo com as suas possibilidades. É mais fácil atender às necessidades da área
34 da Saúde quando a situação econômica é favorável, e mais difícil quando a situação econômica
35 é desfavorável. O fato é que, apesar de internamente a Universidade e a comunidade
36 universitária fazerem o possível, externamente a impressão é de que a Universidade não faz
37 tanto, ainda que a área da Saúde seja o principal, como já foi comentado aqui, braço de
38 comunicação com a sociedade. Na apresentação do professor Antonio, ele comentou que em
39 um determinado momento a sociedade pressionou o HC para abrir 54 leitos que estavam
40 fechados. Essa pressão, na época, foi porque se identificou que no momento em que estavam

1 faltando leitos, o HC tinha leitos fechados. O prefeito de Campinas ligou para o Reitor e
2 questionou a Universidade por manter leitos fechados. Esse fato gerou uma impressão de pouca
3 competência da Universidade, que reverberou no Ministério Público, na Secretaria de Saúde e
4 até no gabinete do Rodrigo Garcia. Sua análise pessoal desse fato é que houve um
5 enfraquecimento da proposta de construção do Hospital Metropolitano, que praticamente
6 desapareceu das pautas políticas. No momento, como já foi dito várias vezes hoje, o governo
7 do Estado de São Paulo tem mais de R\$50 bilhões para investir no ano político eleitoral e o
8 item Hospital Metropolitano da região de Campinas praticamente foi descartado. Então, a
9 Universidade está fazendo o possível; externamente, há uma impressão que não corresponde
10 exatamente ao sentimento que possuem aqui dentro. Acha que precisam fazer uma revisão de
11 alguns aspectos orçamentários, da forma de a Universidade funcionar, e a professora Claudia
12 Medeiros chamou a atenção para isso. É fato que os outros conselhos universitários, da Unesp,
13 da USP, pouco discutem o hospital universitário porque eles não estão vinculados às
14 universidades. Porém, os outros hospitais também precisam de suplementação, todos precisam.
15 Só que o HC de Botucatu, o HC de Ribeirão Preto, o HC de São Paulo vão na Secretaria de
16 Saúde, que é quem tem obrigação de suplementar o que for necessário, e não o Conselho
17 Universitário. Essas são questões importantes que precisam ser discutidas. Fica chateado cada
18 vez que há uma discussão no Conselho Universitário que gera um duelo entre área da Saúde e
19 unidades de ensino e pesquisa. Gostaria muito que houvesse uma separação orçamentária, seja
20 nos momentos de fartura, seja nos momentos de crise, para que uma situação não influenciasse
21 na outra. É diretor de uma unidade de ensino e pesquisa e causa-lhe incômodo a impressão, às
22 vezes interna, de que a área da Saúde eventualmente ou em momentos precisa de recursos
23 adicionais para atender a sua demanda. Este momento é muito positivo, mas nem sempre é
24 assim; nem sempre há um Fernando Sarti na PRDU, nem sempre há uma Administração Central
25 tão acolhedora e sensível à área da Saúde, por isso precisam construir um modelo em que aquilo
26 que é estritamente acadêmico dentro da Universidade tenha uma discussão mais independente
27 daquilo que é prestação de serviço assistencial nos hospitais. Acha que há muito tempo o
28 modelo de financiamento da área da Saúde precisaria ter sido revisto. O Conselheiro JOÃO
29 FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que tem trabalhado em um grupo de
30 pesquisa que estuda o rompimento de barragens. Começou com o rompimento de barragem de
31 rejeitos em Brumadinho, e uma das pessoas que participam desse grupo pesquisa é a professora
32 Verônica, do Imecc, que tem trabalhado em “prever o imprevisível”. Sugere que isso seja
33 aplicado ao HC no seguinte sentido: olhar para os últimos anos e ver de quanto foi o reajuste
34 que foi feito por uma plêiade de motivos, e com esse passado tentar fazer com que consigam
35 melhorar. Então fica uma sugestão para o professor Fernando Sarti de contratar os serviços
36 acadêmicos da conselheira Verônica para que ela diga qual a expectativa que terão para as
37 próximas suplementações. A SENHORA PRESIDENTE agradece ao professor Antonio, seu
38 amigo pessoal, com o qual esteve durante períodos difíceis dentro do Hospital. Mas ele nunca
39 os desamparou, sempre esteve ao lado dos profissionais, ao lado da área da Saúde, ao lado do
40 Hospital. Registra o seu agradecimento pessoal, enquanto sua amiga, e deixa também o

1 agradecimento do professor Antonio José e a admiração que sentem por ele. Estende o
2 agradecimento dos pró-reitores aqui presentes e de toda a Administração. O professor Antonio
3 será um dos vice-diretores da Funcamp, e como ele se despede hoje do Consu deixa aqui, de
4 coração, seus agradecimentos e sua admiração por ele. A Conselheira CLÁUDIA MARIA
5 BAUZER MEDEIROS diz que a professora Teresa Atvars comentou com ela que continua
6 recebendo uma série de mensagens de problemas com o Tribunal de Contas, porque ela era da
7 gestão anterior, assim como ocorre com outros de gestões anteriores, e os problemas são sempre
8 na área da Saúde, provavelmente ligados ao que o professor Zeferino comentou. A SENHORA
9 PRESIDENTE lembra que a área da Saúde é realmente uma área muito sensível, onde existem
10 questões multifatoriais e situações passíveis de receber queixas. Por outro lado, a ouvidoria do
11 HC e a Reitoria recebem muitos elogios também da área da Saúde, tanto do Caism, do
12 Hemocentro, do Gastrocentro, Cecom e HC. Há um lado muito importante que são todas as
13 benfeitorias que realizam, as emergências que atendem, e também receberam muitos elogios
14 por todo o atendimento que realizaram durante a pandemia, quando ficaram à frente de um
15 período muito difícil no país. Não havendo mais observações, submete à votação a
16 suplementação excepcional de recursos para o HC, no valor de R\$1.841.376,16, e a
17 suplementação excepcional de recursos ao HC para cobertura do déficit orçamentário dos meses
18 de junho a agosto de 2022, em um valor total de R\$14.662.131,00, divididos em três parcelas,
19 que são aprovadas com 48 votos favoráveis, 01 voto contrário e 01 abstenção. Passa ao item 08
20 – Dossiê nº 01-D-10341/2022 –, que trata da proposta de reajuste do valor de bolsas de estágio
21 oferecidas pela Universidade. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a proposta de
22 reajuste é da ordem de 39%, visto que há 14 anos a Universidade não reajusta a bolsa estágio.
23 Foi feita uma pesquisa de mercado comparando com bolsas em outras instituições públicas,
24 com a prefeitura e outras que estão descritas na documentação, e em termos de 30 horas do
25 nível superior, o valor iria para R\$1.250, e para o nível médio R\$850. Com isso acreditam que
26 o valor da bolsa se torna mais competitivo, porque realmente estão tendo muita dificuldade em
27 captar estagiários para as unidades de ensino e para os órgãos centrais. O senhor THIAGO
28 BALDINI DA SILVA diz que as unidades que têm estagiários contratados receberão durante o
29 mês de junho a suplementação de recursos para arcar com essas despesas até o final do
30 exercício. Juntando essas unidades, o gasto é de R\$260 mil, aproximadamente, e para as outras
31 unidades que têm direito à bolsa de estagiários e não têm estagiários, entendem que elas têm
32 recurso para 2022 e acertarão esse reajuste em 2023 nos outros órgãos e unidades de ensino. O
33 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO manifesta-se favoravelmente à
34 aprovação deste item porque todas as pessoas que participam da administração atualmente já
35 vivenciaram essa situação de tentar conseguir estagiário, sobretudo em algumas áreas críticas
36 como, por exemplo, áreas de TI ou algumas outras áreas. Por exemplo, na ProEC há pessoas da
37 área de Arquitetura, os candidatos ao estágio vêm e quando sabem do valor da bolsa de estágio
38 simplesmente desaparecem. Então acha que esse reajuste torna a Universidade um pouco mais
39 competitiva, e certamente vai facilitar a captação de estagiários, que, de maneira geral,
40 aprendem muito na Universidade. Não havendo mais observações, a SENHORA

1 PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada com 47 votos favoráveis e 01
2 abstenção. Lembra que a reunião continua na próxima terça-feira, 9h. Nada mais havendo a
3 tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária
4 Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à
5 aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 31 de maio de 2022.

1 **ATA DA CONTINUAÇÃO DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO**
2 **ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL**
3 **DE CAMPINAS.** Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às nove
4 horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de
5 Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ
6 DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton
7 Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Amauri Aparecido Aguiar, Anderson de Rezende Rocha,
8 André Martins Biancarelli, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da
9 Silva, Arnaldo César da Silva Walter, Benilton de Sá Carvalho, Cláudia Regina Cavaglieri,
10 Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio José Servato, Cristiane Maria Megid, Dirce Djanira
11 Pacheco e Zan, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elisabeth Cardozo, Ellen Alves
12 Menezes, Erika Christiane Marocco Duran, Evanir Lopes Teixeira, Everardo Magalhães
13 Carneiro, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando
14 Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Gabriela Barros
15 Gonçalves, Gildo Giroto Junior, Helena Ansani Nogueira, Heloise de Oliveira Pastore Jensen,
16 Ivan Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João
17 Marcos Travassos Romano, João Paulo Borin, José Alexandre Diniz, José Luis Pio Romera,
18 José Roberto Ribeiro, Lício Augusto Velloso, Luciano Allegretti Mercadante, Luísa Andréia
19 Gachet, Luiz Carlos Dias, Luiz Carlos Zeferino, Marcelo Alves da Silva Mori, Márcio Alberto
20 Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Maria Luiza Moretti,
21 Mário Fernando de Góes, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena
22 Tibúrcio Cicone, Mirna Lúcia Gigante, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Paulo
23 Adriano Ronqui, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira,
24 Ricardo Miranda Martins, Rodrigo Ramos Catharino, Vanessa Petrilli Bavaresco e Wagner de
25 Melo Romão. Como convidados especiais, compareceu o professor Miguel Juan Bacic; a
26 doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Cleber de Lima Palmieri, Fernandy
27 Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago
28 Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Paulo Régis Caron
29 Ruffino, sendo substituído pelo conselheiro Ricardo Miranda Martins; Maria Helena Baena de
30 Moraes Lopes, sendo substituída pela conselheira Erika Christiane Marocco Duran; André
31 Victor Lucci Freitas, sendo substituído pelo conselheiro Everaldo Magalhães Carneiro; Odilon
32 José Roble, sendo substituído pelo conselheiro João Paulo Borin; Marco Aurélio Zezzi Arruda;
33 Claudia Maria Bauzer Medeiros, sendo substituída pelo conselheiro Mário Fernando de Góes;
34 conselheira Mariângela Ribeiro Resende, sendo substituída pela conselheira Fátima Regina
35 Rodrigues Évora; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Cláudia Regina
36 Cavaglieri; Andréa Marcondes de Freitas, sendo substituída pelo conselheiro Gildo Giroto
37 Junior; Verónica Andrea González-López, sendo substituída pelo conselheiro Marco Antonio
38 Garcia de Carvalho; Marisa Masumi Beppu, sendo substituída pelo conselheiro Luciano
39 Allegretti Mercadante; Francisco Hideo Aoki, sendo substituído pela conselheira Luísa Andréia
40 Gachet; Rosmari Aparecida Ribeiro, sendo substituída pelo conselheiro Amauri Aparecido

1 Aguiar; Karolyne Stefanny de Souza; Gustavo Costa do Nascimento, sendo substituído pelo
2 conselheiro Matheus Alves Albino; Ignácio Maria Poveda Velasco; e Eliana da Silva Souza.
3 Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Continuação da Centésima
4 Septuagésima Sexta Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de
5 Campinas, realizada de forma híbrida, sendo que a participação dos conselheiros que não estão
6 presentes na sala do Consu se dará via plataforma Zoom. Como se trata de continuação da
7 sessão de número 176, não serão aceitas novas inscrições para o Expediente, mantendo-se
8 aquelas feitas no dia 31 de maio. Da reunião passada restaram três itens para discussão e votação
9 da Ordem do Dia, os itens 09, 10 e 14. Passa ao item 09 – Dossiê nº 01-D-12349/2022 –, que
10 trata da proposta de criação do Plano Plurianual de Investimentos e de critérios para utilização
11 e destinação das reservas financeiras da Universidade. Passa a palavra ao professor Fernando
12 Sarti, para que faça uma apresentação. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que se trata da
13 proposição para criação do Plano Plurianual de Investimentos a partir das reservas financeiras,
14 e primeiramente vai trazer algumas informações sobre as reservas financeiras da Universidade.
15 Agradece a parceria com a Aeplan e com todos os membros da COP, que ajudaram muito na
16 elaboração deste Plano Plurianual, com idas e vindas, muitas críticas e sugestões que fizeram
17 com que chegassem a um bom termo na elaboração que vai apresentar. Informa que em 31 de
18 março de 2022 a Universidade tinha reservas no valor de R\$1.296.666,000 milhão, que estão
19 aplicadas em um fundo específico do Banco do Brasil, banco público, um fundo chamado
20 Tulipa, que teve uma rentabilidade neste último semestre por volta de 5,12%, que significa,
21 mais ou menos, 100% CDI. Criaram uma comissão que inclui, além da própria PRDU, também
22 a Aeplan, a DEA, a DGA e o Gabinete, para tratar desse fundo e dos critérios de aplicação. Mas
23 o que interessa ao Consu é a destinação do fundo: a ideia é que, olhando para essa reserva em
24 torno de R\$1,3 bilhão, assumam quatro critérios. O primeiro critério é o que chamam de reserva
25 financeira de segurança, baseada em uma posição bastante preventiva, olhando para um passado
26 bem próximo em que a Universidade teve problemas no seu financiamento. Não só a
27 Universidade, mas o estado como um todo, dado o fato de que são financiados basicamente
28 pelo ICMS. Com isso, a proposta é manter uma reserva financeira de segurança de
29 aproximadamente três folhas de pagamento. A folha de pagamento, depois dos 20,67% de
30 reajuste, está em torno de R\$220 milhões, o que significa alguma coisa em torno de R\$650
31 milhões reservados para situações emergenciais. O segundo critério seria o de continuidade e
32 de eficiência administrativa, no sentido de honrar todos aqueles compromissos que já foram
33 assumidos e que já constam no Grupo X da proposta de distribuição orçamentária. São aqueles
34 recursos que já foram comprometidos com unidades de ensino, com os órgãos da Universidade,
35 mas que ainda não puderam ser empenhados nem executados. São da ordem, hoje, de
36 aproximadamente R\$200 milhões. O terceiro critério para o uso das reservas é assistência e
37 permanência estudantil. A Universidade recebeu do governo do estado os recursos provenientes
38 da venda da folha de pagamento. Isso representou uma entrada de R\$27 milhões em dezembro
39 de 2021, e haverá mais um aporte de R\$37 milhões em dezembro de 2022. Isso vai totalizar
40 R\$65 milhões aproximadamente, recursos que serão integralmente destinados à questão da

1 moradia estudantil. O quarto critério é o que estão tratando hoje, que é o planejamento
2 estratégico. Todos sabem da carência dos investimentos em infraestrutura da Universidade; há
3 várias obras paralisadas, obras a serem iniciadas com a máxima urgência. Inclusive houve um
4 esforço que a Universidade fez de realizar uma parceria com a instituição que tem a maior
5 *expertise* em obras no Brasil, que é a Caixa Econômica Federal. Já celebraram o contrato para
6 que a Caixa acompanhe junto com a Depi seis obras, em uma experiência para dois anos, e a
7 ideia é expandir essa parceria para outras obras da Universidade. A proposta é de que esses
8 recursos componham um fundo para os investimentos de longo prazo, que são aqueles
9 investimentos que, pela sua própria natureza, não cabem dentro do orçamento da Universidade.
10 Ou que quando distribuídos na PDO acabam recebendo valores menores que os necessários e
11 muitas vezes são contingenciados ou interrompidos. Com este fundo, acreditam que será
12 possível começar e terminar as grandes obras, que demandam não apenas um volume maior de
13 recursos, como um prazo de maturação maior. Portanto, o fundo teria basicamente essa
14 destinação de retomar as grandes obras na Unicamp, incluindo as obras de infraestrutura. Não
15 vão votar aqui essas obras ainda, elas passarão pelos trâmites normais da Universidade, como
16 acontece hoje: passam pela Depi, pela Copei, e trarão sempre para o Conselho Universitário
17 para votação. O que votarão hoje é a destinação e a criação desse fundo, mas apenas para pensar
18 em algumas grandes obras que já chegaram, como o teatro do IA, que é uma obra inacabada, já
19 foram destinados recursos para o novo projeto executivo que precisa ainda ser licitado para a
20 retomada dessa obra. Há também uma demanda antiga que é o ginásio, o prédio novo da FCA
21 em Limeira. Existe ainda uma demanda importante de eficiência energética que já foi, inclusive,
22 aprovada na Copei. Além de outras demandas, como o prédio anexo do Cotuca. Temos uma
23 proposta importante da prefeitura para extensão do seu plano de manutenção. E temos também
24 da área do CTIC, talvez um dos investimentos mais estratégicos da Universidade, que seriam
25 os investimentos em Tecnologia de Informação, sobretudo o *backbone* e os investimentos em
26 nuvem computacional. Sem prejuízo de outros projetos que receberão, passando para que a
27 Depi e a Copei façam as devidas análises. Teriam já recursos de aproximadamente R\$400
28 milhões que poderão ser alocados dentro de um prazo de dois, três, quatro ou mais anos para
29 essas obras. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a ordem que os critérios
30 aparecem na pauta é a ordem pela qual vão começar a acompanhar. Primeiro a segurança
31 financeira, com as três folhas salariais, depois a manutenção de todas as obras e investimentos
32 já aprovados, em seguida o valor fixo para a moradia e o PPI fazendo essa variável. Então, caso
33 haja qualquer aumento de arrecadação ou contração, conseguem ir ajustando dentro do PPI
34 esses valores. Estarão aprovando um critério e depois vão apresentar, acompanhando com a
35 COP, a evolução desses valores com o aumento da folha salarial, aumento ou diminuição dos
36 saldos das unidades. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que considera acertada
37 a criação de um Plano Plurianual de Investimentos e fundamental o estabelecimento dos
38 critérios para utilização e destinação das reservas. Acha que com esses pontos todos têm acordo.
39 É extremamente importante que o critério da reserva financeira de segurança esteja mesmo em
40 primeiro lugar. Lembra a questão do modelo de financiamento da Universidade, que foi

1 extremamente comentado no período de 2015 a 2019: há uma quota-parte que é fixa e a
2 arrecadação de ICMS sofre várias influências. Esperam que nos padrões normais a economia
3 esteja aquecida ou no mínimo que ela se mantenha, não que ela tenha declínio, e viram muito
4 isso no período de 2015 a 2019. O Gráfico 1 mostra o que falaram à exaustão nesse período em
5 que as despesas da Universidade superaram as receitas, e portanto houve a necessidade da
6 utilização da reserva estratégica. A Universidade, no período de 2015 a 2019, sem aquele saldo
7 para cobertura de déficit, teria uma situação muito complicada; ela atravessou bem o período
8 de 2015 a 2019 fazendo uso de reserva estratégica. Então acha que o modelo de financiamento
9 da Universidade com quota-parte fixa, porcentagem fixa do ICMS, que tem variações, e antes
10 de fazer o repasse tem a questão do desconto, é um elemento muito importante. Outra questão
11 é que possuem 12 repasses e 13 folhas, então um valor a mais sempre é necessário, porque
12 sabem que a economia tem variações, sofre várias influências que podem afetar as receitas da
13 Universidade, e acha que esse é um ponto bastante importante. Este item foi aprovado por
14 unanimidade na COP e na CAD, então vai votar favoravelmente à aprovação; só está fazendo
15 esse comentário no sentido de valorizar o estabelecimento do critério de manutenção nesse
16 volume da reserva estratégica de segurança, que é fundamental para a sobrevivência da
17 Universidade por conta do modelo de financiamento. O Conselheiro RENATO FALCÃO
18 DANTAS diz que essas grandes obras, no passado, ficavam fora das listas. Pergunta se haverá
19 duas listas, aquelas que já se formaram com as obras de médio porte e outra com as de grande
20 porte, e se terão acesso a essas listas das grandes obras, para terem uma previsão. Aproveita
21 para agradecer a Reitoria por ter ouvido as unidades de Limeira, que apresentaram as suas
22 grandes demandas e obtiveram uma resposta que é a montagem desse fundo, que possibilita
23 realizar as grandes obras que são muito prejudicadas porque elas não se encaixam no orçamento
24 de um ano só. Então declara o seu voto a favor do fundo e pede apoio também dos conselheiros.
25 O Conselheiro FERNANDO SARTI responde que as listas atuais da Depi, que na verdade se
26 desdobram em cinco, as do AVCB, as emergenciais, as obras novas etc., são geralmente
27 recursos que vêm do orçamento. São destinados recursos a elas já dentro da PDO, até porque
28 envolvem volumes menores. Nada impede, como a análise que vai ser realizada *a priori* pela
29 própria Depi, que se abra uma sexta lista onde se contemplem essas grandes obras. O que muda
30 é qual vai ser o fundo de financiamento dessas grandes obras: em vez de ser o orçamento, passa
31 a ser esse fundo que estão criando hoje. O fundamental é que a definição de prioridades das
32 obras vai ser tratada normalmente no fluxo administrativo da Universidade, a começar pela
33 Depi. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que o
34 critério está muito claro, é totalmente favorável inclusive à ordem colocada de prioridades, mas
35 se preocupa um pouco com essa capacidade de gestão dos recursos. Historicamente não
36 conseguem construir mais do que R\$30 milhões por ano. Em relação aos projetos grandes, e no
37 caso a comunidade do IA seja talvez o maior recurso da lista, preocupava-o um pouco esse
38 direcionamento da prioridade. Uma vez que foi esclarecido aqui que vai ser criada uma lista
39 diferenciada, sua questão fica resolvida. Mas, de fato, fica pensando se há algum mecanismo
40 nesses recursos que ultrapassem três a cinco anos, como está escrito no Plano Plurianual, porque

1 imagina que alguns deles, o IA talvez não, mas o ginásio, por exemplo, ultrapasse um pouco
2 desse tempo. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a pergunta do professor Fernando
3 Hashimoto é bastante pertinente, e ela se desdobra em duas outras. Em relação à execução dos
4 recursos, o fundo vai ser exatamente para isso. Se estão falando de uma obra que demanda cinco
5 anos, vão assegurar esses recursos para cinco anos, com a vantagem de não ter de contingenciar
6 recursos e terminar com aquela ideia de obras que ficam paralisadas na Universidade ou obras
7 que chegam a demorar mais de 10 anos para serem concluídas. Então a primeira questão é o
8 fluxo financeiro. A segunda, que também lhe parece importante, é a capacidade de execução
9 desses recursos. Para isso já estão em tratativas nas licitações com a Depi, com a própria
10 prefeitura para a contratação de novos profissionais, sobretudo na área de Engenharia, para que
11 a Unicamp crie capacitação de recursos humanos para a execução dessas obras. Então, tanto do
12 ponto de vista do recurso financeiro quanto dos recursos humanos, está sendo feita uma força-
13 tarefa para dar conta desses investimentos de maior monta, que seriam contemplados dentro do
14 PPI. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que está entendendo
15 que vão votar a criação de um plano plurianual e, na sequência, os critérios de utilização desse
16 fundo. Talvez pudessem esclarecer um pouco o que se planeja em termos de continuidade desse
17 fundo para as reservas do ano que vem. Pelo que entendeu, até agora não está sendo colocado
18 o valor para iniciar este fundo, ele será variável dependendo da reserva de cada ano, excluída a
19 reserva de segurança, que seria o primeiro critério fundamental. O que está querendo dizer é
20 que não está se batendo o martelo hoje sobre um valor fixo. Então a cada ano será verificada a
21 reserva, excluída a parte de segurança financeira, e esse valor constituirá um fundo que será
22 usado em longo prazo. Dessa forma, pergunta se precisariam votar todos os anos uma
23 porcentagem do valor da reserva completa da Unicamp. O outro ponto é relacionado aos
24 critérios fundamentais. De maneira muito particular, acha que os critérios fundamentais, com
25 exceção da reserva financeira de segurança, deveriam passar pelo planejamento estratégico da
26 Unicamp. Qualquer grande obra deveria seguir o planejamento estratégico, que é também
27 plurianual, mas entende que a Unicamp tem um passivo que precisa ser ainda cumprido. Neste
28 momento, parecem-lhe apropriadas também a continuidade e eficiência administrativa,
29 assistência e permanência estudantil, mas talvez a médio prazo ou a curto prazo, quando essas
30 demandas forem satisfeitas, esses dois critérios pudessem sair da definição de um plano
31 plurianual. E ainda nesse item dos critérios fundamentais, foi comentado que será utilizado o
32 recurso da folha de pagamento comprada pelo Banco do Brasil para moradia, e não ficou claro
33 para ele se será efetivamente moradia ou se será, como está no Quadro 2, assistência e
34 permanência estudantil, que tem o caráter muito mais amplo. O Conselheiro FERNANDO
35 SARTI diz que o professor Marco Antonio tem razão: o senhor Thiago deixou claro em sua fala
36 que não estão aprovando valores fixos. A partir de uma reserva que pode crescer ou pode se
37 reduzir, a depender da conjuntura econômica, estabeleceram critérios. O primeiro é o que define
38 o valor de três folhas salariais como reserva de emergência. Se reajustarem a folha ano que
39 vem, obviamente isso vai alterar os recursos que são destinados dentro das reservas financeiras.
40 Então não são valores absolutos, estão criando os critérios, que são quatro, na ordem que foi

1 anunciado aqui: a reserva de segurança, o compromisso administrativo com os recursos já
2 compromissados, a ideia da assistência e permanência estudantil e o planejamento estratégico,
3 que é o Plano Plurianual de Investimentos. Com relação aos critérios fundamentais do
4 planejamento estratégico, já deixou claro que continuarão respeitando todos os trâmites da
5 Universidade. Esses investimentos certamente passarão pela Depi, pela Copei e serão votados
6 aqui no Conselho Universitário; o que altera será o recurso que vai ser destinado para essa
7 finalidade, pois vão utilizar uma parte dessas reservas para financiar esses investimentos de
8 grande monta. Com relação à moradia, ela faz parte da política de assistência e permanência
9 estudantil e, aliás, é um eixo importante da assistência e permanência estudantil. Ela está aqui
10 como investimento porque estão falando do espaço físico da moradia: reforma, ampliação.
11 Consta no documento bolsa porque sabem que durante uma reforma, ou mesmo na ampliação
12 da demanda, talvez seja necessário temporariamente cobrirem essa demanda com oferta de
13 bolsas estudantis, mas estão tratando aqui de investimentos de moradia. A Conselheira ELLEN
14 ALVES MENEZES diz que vai se atentar ao ponto mais caro para os estudantes, que é o da
15 permanência e moradia estudantil. É muito positivo que esse recurso esteja sendo destinado
16 para a moradia, onde morou por um tempo e viu de perto que a situação é grave. Os problemas
17 de caixa d'água, problemas com larvas na água que os moradores consomem, alagamento
18 dentro das casas, problemas de estrutura graves, blocos caindo. Há um bloco todo interditado
19 porque não existem condições de morar nele, pois está a um passo de cair. E ao mesmo tempo,
20 há uma demanda ainda maior por moradia, porque felizmente implementaram as cotas e isso
21 muda o perfil da Universidade, gerando um aumento no número de estudantes que precisam
22 das políticas de permanência estudantil. Nesse sentido, precisam de reforma e ampliação
23 urgentes na moradia. Entretanto, possui algumas preocupações com o que o professor Sarti
24 acabou de comentar sobre a realocação de alguns estudantes que vai ser necessária por motivos
25 de obras. É compreensível, mas se preocupa com o valor o que vai ser destinado a esses
26 estudantes, sabendo que hoje o valor do auxílio externo é de cerca de R\$500, que não cobre um
27 aluguel em Barão Geraldo, onde dividir um quarto custa acima de R\$600. Sua outra
28 preocupação é que a discussão desse valor destinado à moradia deveria ser feita junto aos
29 estudantes, principalmente junto aos moradores da moradia, que são quem de fato consegue
30 falar dos problemas concretos lá presentes. Nesse sentido, propõe que sejam feitas reuniões
31 com o DCE, com a APG e com os representantes discentes da moradia para discutir como
32 adequar o recurso à demanda, porque sabem que são muitas demandas dentro de um mesmo
33 projeto, e são demandas muito específicas. Portanto, seria muito importante escutar o que os
34 moradores têm a dizer. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que devem separar as duas
35 coisas: estão tratando aqui da questão de investimento, sendo uma parte dele para a moradia.
36 Para realizar esses investimentos, seja expansão, modernização, reforma, eventualmente terão
37 de utilizar o mecanismo de ampliação da concessão de bolsas. Do ponto de vista da política
38 mais ampla de assistência e permanência estudantil, lembra que a PDO alocou R\$101 milhões
39 em recursos, um valor recorde nesta Universidade. Podem dizer que não é suficiente, talvez não
40 seja, mas sabem da crise por que passa o país, sabem das perturbações que a pandemia trouxe

1 para a sociedade, para a Universidade. A política de permanência estudantil continua dentro da
2 PDO; podem discutir se um pouco mais de R\$500 de bolsa moradia é suficiente ou não,
3 lembrando que ela teve um aumento, tanto quantitativo quanto no valor para 2022. E
4 logicamente entendem como é o funcionamento: quanto mais alocarem essas bolsas,
5 automaticamente haverá um certo reajuste dos aluguéis em Barão Geraldo, que é um lugar caro
6 para se morar. Estão à disposição para criar uma comissão que converse sobre essas bolsas.
7 Mas lembra que não é só o problema da bolsa moradia, há a questão das bolsas Capes e CNPq,
8 que também não estão tendo reajuste. É uma dificuldade mesmo o financiamento estudantil,
9 mas têm tentado, dentro do orçamento da Universidade, minimizar este problema. O
10 MAGNÍFICO REITOR diz que, em relação à construção, a ideia é expandir primeiro para então
11 utilizar o novo local para deslocar uma parte e fazer reforma. Não necessariamente serão
12 retirados os moradores e concedidas bolsa moradia para alugar outro espaço; a intenção não é
13 deslocar as pessoas para morar em outros locais. Isso depende de um planejamento, e a questão
14 do espaço da moradia ainda não está resolvido juridicamente, é isso o que os impede hoje de
15 tomar uma ação mais rápida em relação ao tema. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS
16 BIANCARELLI diz que é uma satisfação ver este tema chegar ao Consu. Cumprimenta a
17 PRDU, a Aeplan e a COP pelo trabalho que foi feito. Houve duas versões do projeto, inclusive
18 foi retirado de pauta da primeira reunião da COP para esclarecimentos. Na primeira parte do
19 Consu, na semana passada, manifestou, em relação à revisão orçamentária, uma certa prudência
20 em relação aos bons tempos, e acha que essa é a contrapartida de não tomar a conjuntura como
21 uma coisa permanente. Sobre isso, manifestou a preocupação com propostas de tabelamento e
22 redução do ICMS, e ontem à noite tiveram uma surpresa; não sabe qual a viabilidade disso, mas
23 certamente aumentam os riscos de redução da arrecadação do ICMS. Voltando à proposta em
24 pauta, tirando a questão da moradia, que é tratada à parte, ela cuida de tomar esse momento
25 favorável e pensar no futuro, que provavelmente será não tão favorável. Primeiro em relação à
26 prudência da folha, uma fixação de três folhas como margem de segurança é bastante prudente.
27 Além disso, a conjuntura permite-lhes preservar a capacidade de planejamento de gastar com
28 grandes obras. A lógica do setor público, e isso não só no Brasil, é de que gastos com
29 investimentos, gastos de grande monta que por natureza não são absolutamente urgentes, são
30 os primeiros sacrificados em conjunturas um pouco mais difíceis. Então separar do orçamento
31 e deixar reservado o montante que dê previsibilidade, segurança para gastos que ultrapassam o
32 exercício orçamentário é algo que considera fundamental, e o que votarão aqui hoje é um
33 instrumento de previsão disso. E depois, evidentemente, os critérios a escolha das obras etc.
34 precisa ser objeto de todas as outras rotinas que já estão em funcionamento na Universidade.
35 Ressalta a importância disso como uma medida de transportar e preservar o bom momento
36 financeiro, para além de todas as outras recomposições e reconquistas que estão tendo aqui,
37 pensando tanto na segurança financeira quanto na preservação das obras, da capacidade de fazer
38 obras na Universidade, que como tudo no Brasil nos últimos anos, foi uma questão deixada de
39 lado. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que participou da discussão na COP e
40 votou favoravelmente. Pensa que tem de haver, de fato, um investimento na moradia estudantil.

1 Acha que é um investimento importante que a Universidade vai fazer, é óbvio que com a
2 participação dos estudantes na discussão. As vagas na moradia estudantil devem mesmo ser
3 ampliadas, assim como deve ter prosseguimento a obra do teatro do Instituto de Artes e outros
4 investimentos que a Universidade não conseguiu concretizar. É importante que esse
5 planejamento seja feito e que essas questões sejam resolvidas, então vai votar favoravelmente.
6 Sua maior preocupação hoje está no futuro do modelo de universidade. No dia 05, dia em que
7 o Lula esteve em Campinas, estava no almoço oferecido ao ex-presidente na casa do professor
8 Rogério Cerqueira Leite, e lá encontrou o professor Belluzzo. Externou a ele a preocupação que
9 possui, e que tem manifestado aqui no Conselho Universitário, de como garantir que o modelo
10 atual das universidades estaduais paulistas aconteça no futuro. Não sabe se estão acompanhando
11 todo o debate em torno do financiamento da universidade, mas na semana passada a “Folha de
12 São Paulo” fez um editorial defendendo a cobrança de mensalidade das universidades públicas
13 no Brasil, que é uma discussão de financiamento totalmente distorcida. Sabem que não terão
14 universidades desses modelos das três estaduais paulistas se não garantirem esse modelo de
15 autonomia que conquistaram na greve de 1988 e no decreto de 1989. Propuseram essa discussão
16 neste momento no país, deveriam estar preocupados em construir uma comissão de notáveis
17 para defender esse modelo de universidade com as candidaturas ao governo do estado. Ontem
18 mesmo, no “Roda Viva”, o Haddad defendeu a autonomia da Unicamp, USP e Unesp e colocou
19 no seu programa de governo a inclusão da autonomia na Constituição do Estado para que ela
20 não seja mais um decreto, seja uma política de estado. Isso porque hoje a universidade tem
21 autonomia financeira, didática e científica, mas não tem autonomia orçamentária, então ela
22 depende do estado para que esses recursos sejam executados. Sua preocupação neste momento
23 é mais de conseguir manter a autonomia da Universidade no modelo que possuem hoje do que
24 como vão gerir esses recursos, porque dependendo para que lado vai este país, pode acontecer
25 o que está acontecendo com as universidades federais hoje: por exemplo, não há recurso para a
26 manutenção de poda de mato na Universidade Federal de São Carlos, e isso também acontece
27 em outras federais. O modelo de país que está sendo construído pelo governo federal atual é
28 um modelo em que universidade pública não existe, com financiamento público. É importante
29 discutir esse tipo de investimento, mas sabendo que essa discussão só existe porque possuem
30 autonomia da universidade, porque se entrar um governo que decida revogar o decreto, como o
31 Dória tentou em 2020 retirar R\$500 milhões, esse dinheiro vai embora da universidade no dia
32 seguinte. Então, neste momento do país, sua preocupação principal é garantir que a autonomia
33 permaneça. Não sabem se ela vai permanecer no futuro breve, se não se juntarem para defendê-
34 la. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a preocupação do senhor José Luis é a
35 preocupação de todo o Conselho Universitário com relação à autonomia. O professor Belluzzo,
36 por ele citado, foi um protagonista fundamental na obtenção da autonomia. Como não possuem
37 controle sobre essa variável, além evidentemente das ações políticas, e elas têm sido realizadas
38 pelo Cruesp, não apenas por esta Reitoria, cabe a eles sinalizar o tempo inteiro para a sociedade
39 a responsabilidade da Universidade com esses recursos, ao mesmo tempo a responsabilidade
40 fiscal e também a responsabilidade social. Acha que é uma sinalização que dão à sociedade

1 pensar a infraestrutura como fundamental para a qualidade de trabalho. Às vezes as pessoas não
2 entendem essa ponte; investimentos de infraestrutura ajudam em todas as atividades, de ensino,
3 de pesquisa e de extensão. E acha que a sociedade entende quando fazem esse uso adequado
4 dos recursos. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA parabeniza todos que
5 idealizaram essa proposta, acha que é muito importante olhar para a frente. É claro que existem
6 ajustes que podem ser feitos depois, o professor Marco Antonio apontou alguns aqui
7 interessantes, de como vai ser a política de atualização do fundo. Entendem que isso é
8 importante, mas o que estão colocando aqui é que é fundamental deixarem de fazer apenas
9 ações reativas. A criação desse fundo, por exemplo, passa a ser uma ação ativa da Universidade
10 se preparando para os novos tempos. Possui alguns questionamentos relativos à parte
11 estratégica: muitas vezes veem um político tomando posse e colocando em risco possíveis
12 reservas que a Fapesp tem, que as universidades possam vir a ter, então pergunta se existe
13 alguma forma legal de criarem um fundo de investimento como esse e o protegerem legalmente.
14 Por exemplo, quando criam um fundo patrimonial, como foi criado na Universidade, ele tem
15 toda uma administração diferenciada, então se qualquer governo tentar tirar um recurso ali, não
16 vai ser possível. Pergunta se conseguiriam um modelo de governança, dentro da Universidade,
17 para um fundo como esse, que podem chamar justamente de PPI, com todos os arcabouços
18 legais para ficar protegido e garantir três folhas salariais e os investimentos de longo prazo. Não
19 tem ideia se legalmente isso seria possível, mas acredita que se fosse, poderia dar segurança
20 jurídica contra ações do governo nesse sentido ou de qualquer outro agente. Solicita apoio
21 também para o término da obra do prédio IC-4, que não é uma obra muito grande, mas é um
22 prédio que está sendo construído há cerca de 15 anos. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz
23 ao professor Anderson que a solicitação para o prédio do IC deve ser apresentada na Depi. Em
24 relação a criar uma blindagem para os recursos, isso envolve uma questão jurídica e normativa
25 um pouco mais difícil. Devem lembrar que a legislação existente hoje em torno do fundo
26 patrimonial, também conhecida como *endowment*, proíbe recursos públicos colocados lá
27 dentro. A Unicamp não poderia colocar recursos do orçamento dentro do seu próprio fundo,
28 então essa blindagem teria de se dar de outra maneira. Acredita que, ao realizar ações ativas
29 como essas, estão sinalizando para os agentes públicos, para as autoridades, que a Universidade
30 possui um planejamento sobre o uso dessas reservas. Elas não estão empenhadas ainda, mas há
31 um planejamento, que não é recurso livre, porque esse risco sempre vai existir. Chega uma
32 virada de ano, observa-se ali uma reserva, tiveram um ano de 2021 absolutamente excepcional,
33 em razão da restrição absoluta de gastos e da recuperação de receitas, e com isso o fundo se
34 reconstituiu. A partir daí, acha que é fundamental sinalizar para qual finalidade vão utilizar
35 essas reservas. Esse projeto também tem esse enfoque político, sinalizando para a comunidade
36 externa da Universidade qual é essa responsabilidade e essa destinação. Então não blindo
37 juridicamente, normativamente, mas acha que cria um reforço político. A Conselheira
38 MILENA TIBÚRCIO CICONE diz, retomando o que a conselheira Ellen colocou, que esse
39 planejamento da moradia é muito importante, algo que os estudantes têm debatido há bastante
40 tempo, com as antigas Reitorias. É importante essa iniciativa, principalmente porque estão

1 construindo uma Universidade cada vez mais democrática, cada vez mais aberta, e isso requer
2 que pensem cada vez mais seriamente também sobre o projeto de permanência. A moradia é a
3 parte central disso, e acha que se conseguirem avançar nesse projeto de reforma, de ampliação,
4 vão estar em um local muito superior para pensar a permanência dos estudantes nos próximos
5 anos. Solicita um compromisso de fazer algumas reuniões com as entidades gerais, o DCE e a
6 APG, também com os representantes discentes da moradia estudantil, para pensarem um pouco
7 isso. Esse tema de ter um local para alocar os estudantes, para não ter de necessariamente
8 depender das bolsas, é uma boa proposta, mas são temas que conseguem debater mais em outros
9 espaços para que possam dar um retorno melhor para os estudantes sobre o que está sendo
10 debatido em torno dessa verba, sobre como vai ser o processo da reforma e da ampliação. É um
11 tema que geralmente deixa os estudantes inseguros e com dúvidas, e se fizerem um
12 compromisso de ir em alguns espaços para debater isso com as representações estudantis, vão
13 conseguir chegar em um bom lugar. O MAGNÍFICO REITOR diz que tiveram algumas
14 reuniões com as pessoas do conselho da moradia, e ficaram de fazer outras reuniões. O
15 problema, no momento, é que existem algumas questões legais que precisam ser resolvidas para
16 que o projeto possa ser colocado de pé, então estão esperando essas coisas se esclarecerem. O
17 terreno em que foi construída a moradia era da Funcamp, que cedeu para a Unicamp, há
18 questões que estão pendentes e que precisam ser resolvidas antes de conseguir executar essa
19 iniciativa. Mas certamente serão feitas conversas com as pessoas da moradia. Em relação à
20 futura reunião, não tem nenhum problema; já fizeram duas, por ocasião de visita de
21 parlamentares aqui, e deixaram claro que o objetivo é usar o espaço livre para fazer uma nova
22 obra e então fazer a transferência de uma parte das pessoas, de forma que não seja necessário
23 deslocá-las da moradia. Mas para viabilizar isso dependem de algumas questões que não estão
24 completamente nas mãos da Universidade, estão procurando uma saída. A alocação do recurso
25 publicamente aprovada aqui cria uma segurança também de que, embora isso possa sofrer
26 algum atraso, a meta está estabelecida. O atraso é algo que tem a ver com a questão de obras
27 em geral, que é muito difícil. Estão tentando via Caixa, via outros caminhos se conseguem
28 acelerar e garantir uma continuidade maior das obras. Já entraram até em contato com pessoas
29 da área de construção habitacional de órgãos públicos, porque a moradia tem essa
30 particularidade de ser uma residência. Isso pode facilitar a construção, mas precisam resolver a
31 questão legal antes, para poder colocar recursos. Uma observação em relação ao que o professor
32 Anderson colocou: não podem transferir o orçamento da Unicamp para nenhum órgão não
33 público. A única área em que isso é possível, hoje, é de acordo com a lei de inovação. No NIT
34 – Núcleo de Inovação Tecnológica, há a possibilidade de transferir recursos da Universidade,
35 públicos, para um órgão que não necessariamente é administrado com autarquia. Mas fora disso
36 não há qualquer chance, então a defesa das reservas é algo do campo político mesmo, que
37 precisam garantir na esfera das relações com o governo do estado. O Conselheiro MARCO
38 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que a moradia estudantil é um tema de suma
39 importância para permanência estudantil aqui na Unicamp. Talvez não fique claro que estejam
40 votando a construção de uma nova moradia, foi isso o que fez parte da sua primeira fala. Então,

1 quando olha o Quadro 2, assistência e permanência estudantil, vê isso como um guarda-chuva
2 que contempla moradia estudantil, inclusive a construção de uma nova moradia, mas gostaria
3 de, especificamente sobre esse tema da construção de uma nova moradia, discutir mais: se isso
4 vai envolver compra da cessão do terreno que era da Fundação, vinculada ao Instituto de
5 Economia, se isso vai ser simplesmente para reforma. Deseja conhecer o modelo de moradia
6 que a Administração Central estaria propondo para poder dar sua opinião e tomar decisões com
7 maior base de conhecimento. Então o que vão votar na sequência aqui é efetivamente
8 assistência e permanência estudantil, que é um guarda-chuva muito mais amplo que diz respeito
9 ao sucesso do estudante aqui na Unicamp. O último ponto é sobre a dicotomia entre um plano
10 plurianual e um fundo de reserva plurianual. Essa dicotomia tem implicações importantes
11 porque entende que um plano plurianual, como mencionou na primeira parte de sua fala, deveria
12 estar completamente dentro do planejamento estratégico e, portanto, a segunda implicação disso
13 é que se definissem um plano plurianual, acha que deveriam também colocar um prazo de
14 execução desse plano, indicadores de resultados, quer dizer, metas e avaliação da execução do
15 plano. Mas, se definissem que é um fundo plurianual, acha que encaixa mais na proposta que
16 está sendo apresentada. Pode ser uma questão muito semântica, mas fica essa dicotomia, porque
17 de fato todos os projetos que esse fundo poderá abarcar, uma parte deles já se encontra na Depi
18 e a outra parte ainda está por vir, então entende que estão votando aqui a criação de um fundo
19 de reserva plurianual que será, enfim, objeto de uso ao longo dos vários anos adiante. Diferente
20 se fosse um plano onde se teria de fazer revisões e verificar se as metas estariam sendo
21 cumpridas. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que são realmente duas coisas distintas:
22 uma coisa é falar do investimento, outra coisa é falar do financiamento do investimento. O que
23 estão aprovando hoje é o financiamento dos investimentos de grande monta na Universidade, é
24 essa a ideia da construção do plano plurianual. Não estão aprovando aqui nenhuma obra ainda,
25 nenhum investimento, como deixou muito claro em sua fala inicial. Os projetos vão ser
26 submetidos à comunidade, só adiantou aqui algumas demandas que são históricas na
27 Universidade, como o teatro do IA, o novo prédio da FCA e tantas outras, como os
28 investimentos extremamente necessários em tecnologia de informação. Não estão aprovando
29 esses projetos, mas os recursos para financiar os investimentos de grande monta, a partir de
30 uma reserva que não vai ser integralmente destinada a essa finalidade. Uma parte fica de forma
31 preventiva, de segurança para as emergências da Universidade, outra parte honrará o que já foi
32 compromissado, que consta no Grupo X da PDO, cujos recursos hoje somam,
33 aproximadamente, R\$200 milhões. Os recursos que entraram da venda da folha para o Banco
34 do Brasil estão dentro das reservas, mas estão sendo tratados separadamente, já com uma
35 destinação de investimento físico para moradia, sem prejuízo da necessidade de que para se
36 realizar investimento, uma modernização, talvez seja necessário um aumento nas bolsas, que
37 vão discutir no seu devido momento. Hoje, como disse o professor Antonio José, possuem ainda
38 uma limitação, inclusive para iniciar a reforma dentro da própria moradia já existente, por uma
39 questão institucional, uma questão com o Ministério Público que está sendo devidamente
40 tratada. E se a partir daí entenderem a necessidade de uma ampliação da moradia, vão analisar

1 como fazer; o professor Marco Antonio se adiantou dizendo que vão comprar um terreno da
2 Funcamp, mas ainda nem sabem se vão fazer ou não. A ampliação pode ser feita no próprio
3 local, pode ser feita em outro terreno, isso vai ser devidamente analisado. Mas isso será trazido
4 ao Conselho Universitário e os conselheiros poderão opinar e fazer sua manifestação favorável
5 ou contrária a essa ampliação. Não estão aprovando isso hoje, estão apenas dizendo que parte
6 dos recursos que entraram para a reserva, que vieram da venda da folha de pagamento ao Banco
7 do Brasil, está já separada para investimento em moradia. O MAGNÍFICO REITOR diz que
8 existe uma certa metodologia que esta gestão vem aplicando desde que tomou posse. Procuram
9 discutir, no Conselho Universitário, uma orientação de como proceder com uma perspectiva de
10 prazo um pouco mais longo. Fizeram isso com muita antecedência nas promoções, na revisão
11 da desvinculação da livre-docência em relação à obtenção do título de professor associado, no
12 planejamento das progressões funcionais. Fizeram isso na análise da ampliação, contratação,
13 reposição parcial dos docentes, assim como na sessão passada em relação aos profissionais
14 Paepe, e estão fazendo em relação ao PPI. Consideram que é importante discutir com a
15 comunidade um certo horizonte de investimento, a partir dos recursos que possuem. Isso não
16 cria nenhum conflito com a necessidade de as decisões específicas e concretas serem tomadas
17 em instâncias que não o Conselho Universitário, mas ele orienta essa política e estabelece
18 compromissos da gestão apoiados de alguma forma pelo conjunto do Conselho Universitário.
19 Há um compromisso com a garantia da reforma da moradia atual e da possibilidade de ampliar
20 essa moradia. Isso é um compromisso que foi escolhido pela comunidade, porque estava no
21 programa de gestão. Obviamente as pessoas podem divergir disso, mas a Administração
22 defende essa política e está propondo recurso para isso. A reforma da moradia é essencial, e na
23 visão da Reitoria, a melhor forma de fazer isso é no terreno atual da moradia criar um novo
24 espaço de moradia que permita transitar uma parte da comunidade que vive atualmente na
25 moradia para reformar os prédios, ou enfrentar essa questão da manutenção dos prédios atuais
26 de uma outra forma. Entretanto, essa não é uma decisão a ser tomada aqui, é uma decisão
27 técnica, que envolve a análise das áreas de engenharia, e que hoje, se pudessem, já teriam
28 iniciado. Não podem porque existe uma questão jurídica em torno da moradia atual da Unicamp
29 que precisam resolver antes de poder tomar uma iniciativa. Há por parte do professor Marco
30 Antonio uma divergência, mas o compromisso da Reitoria é com a moradia estudantil, por isso
31 colocaram o assunto em pauta e desejam que ele seja aprovado pelo Conselho Universitário.
32 Os outros detalhes serão discutidos no futuro e o professor Marco Antonio terá todas as
33 oportunidades de divergir ou concordar com esses detalhes. O Conselheiro MARCO
34 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que ficou claro para ele que é uma sugestão da
35 Reitoria, mas não estão divergindo quanto a isso. Fez só uma observação quanto à discussão
36 sobre moradia. Possuem visões, nesse ponto, que coadunam com a importância da moradia. As
37 discussões, da forma como chegaram, talvez para ele tenham ressaltado um pouco, por isso o
38 seu comentário. O MAGNÍFICO REITOR observa que elas chegaram como investimento.
39 Investimento é construção ou reforma, não é bolsa. Isso é claro e está colocado na proposta.
40 Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 58 votos

1 favoráveis, 01 voto contrário e 04 abstenções. Passa ao item 10 – Proc. nº 01-P-13864/2018 –,
2 que trata de proposta de deliberação Consu que dispõe sobre a formalização de processos de
3 convênios, contratos e instrumentos similares a serem celebrados pela Universidade, sobre a
4 Comissão para Análise de Convênios e Contratos – Cacc e dá outras providências. Esse item
5 foi motivado por uma proposta do professor Marcelo Mori de simplificar alguns procedimentos
6 no trâmite de convênios, contratos e instrumentos similares. A PG e a SG apresentaram uma
7 proposta de simplificação, disponibilizada com certa antecedência, ela sofreu pelo próprio
8 professor Marcelo e outras pessoas sugestões de aprimoramento e está entrando em votação
9 aqui. Ela foi destacada porque há um detalhe que vai solicitar à doutora Ângela que esclareça,
10 talvez o professor Romano depois também comente, que exigiria uma pequena modificação em
11 relação ao documento que entrou na pauta. Vai passar a palavra a eles e depois passar a
12 presidência da reunião para a professora Maria Luiza, pois tem uma reunião agora na Divisão
13 Regional de Saúde, com o Secretário Estadual de Saúde e com os prefeitos da região para
14 discutir mutirões. Em razão da Covid, ficaram várias cirurgias eletivas represadas, então eles
15 estão fazendo um mutirão para atender essas cirurgias e as equipes do HC podem desempenhar
16 um papel nisso, por isso solicitaram a presença da Reitoria. À tarde terão a visita do Secretário
17 Estadual no HC, a professora Luiza acompanhará, então ele presidirá as reuniões na parte da
18 tarde. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que se trata de uma minuta a
19 respeito da formalização de processos de convênios e instrumentos similares que vem
20 consolidar normas atualmente em vigor sobre este tema, como a Deliberação Consu-A-12/2018,
21 a Resolução GR-45/2008 e outras, revogando essas normas. Ela constou do expediente do
22 Consu de março, para a ciência de todos os conselheiros e da comunidade, e seu objetivo é,
23 além de definir a tramitação e a documentação necessárias para os convênios, diferenciar alguns
24 tipos de convênio, tratando-os de forma mais simplificada, como, por exemplo, dispensando
25 esses casos de submissão à CAD ou Cepe. Por exemplo, os convênios cujos objetos sejam a
26 cooperação acadêmica internacional, a transferência de material, alguns tipos de parcerias
27 comerciais com o GGBS, memorandos de entendimento etc. Além dessa tramitação
28 simplificada, delega competência para outras autoridades assinarem convênios, que é o que está
29 disposto no artigo 9º. Então, por exemplo, o Pró-Reitor de Pesquisa poderá assinar esses termos
30 de transferência de material. Prevê a tramitação também de contratos assinados exclusivamente
31 pela Funcamp, no artigo 10; a tramitação especial de processos da Inova, no artigo 11; e o artigo
32 12 traz uma simplificação importante, que é dispensar da CAD, Cepe e Consu termos que
33 prevejam a alteração dos convênios já celebrados, por exemplo: prorrogação do prazo de
34 vigência, alteração de dados do preâmbulo etc. A PRP tem uma alteração a propor no artigo 7º,
35 a inclusão do parágrafo 4º. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz que
36 a PRP é completamente favorável a esta proposta de deliberação, e atenta para o seguinte: o
37 artigo 7º cita o termo de transferência de material, estabelece um fluxo simplificado para o
38 documento, que é muito bom para remessas e envios de materiais entre Unicamp e outras
39 instituições que obedeçam, atualmente, ao fluxo de convênios. Nesse sentido, a proposta é
40 muito bem-vinda. No entanto, atualmente o TTM, o Termo de Transferência de Material

1 utilizado exclusivamente para remessa de amostra de patrimônio genético brasileiro para o
2 exterior, estabelecida pela Lei da Biodiversidade, é controlado pela PRP e é simplesmente
3 assinado pelo Pró-Reitor de Pesquisa sem tramitar pelas unidades, pela PG, pela Administração
4 Central. Então, nesse caso específico que já é assinado pela PRP, a nova deliberação que
5 simplifica o trâmite para as remessas que obedecem ao fluxo completo traria um pequeno
6 complicador, estabelecendo um fluxo menos simples do que o atualmente usado no TTM
7 exclusivo para remessas de patrimônio genético brasileiro para o exterior. Discutiram com as
8 doutoras Ângela e Fernanda, e para que não haja dúvidas acharam melhor incluir no artigo 7º
9 um parágrafo quarto, que define que: “O simples termo de transferência de material (TTM ou
10 MTA) que utilizar o modelo padrão aprovado pela Resolução CGEN nº 27, de 25 de agosto
11 2021, fica dispensado da tramitação prevista na presente deliberação, podendo ser submetida
12 diretamente ao Pró-Reitor de Pesquisa para assinatura”. Ou seja, quando se tratar desse simples
13 termo de transferência, vai direto para a PRP, como vinha sendo até então. E se o termo vier de
14 um convênio mais complexo, entra no previsto nesta nova deliberação. O Conselheiro
15 MARCELO ALVES DA SILVA MORI agradece à Administração Central, à Secretaria Geral
16 em nome da doutora Ângela e à Procuradoria Geral em nome da doutora Fernanda, por receber
17 a proposta e prontamente apresentar essa contraproposta para discussão e, agora, para
18 aprovação no Consu. Sente que a proposta atendeu grande parte das demandas que foram
19 apresentadas pela representação docente, que uniu alguns dos gargalos apresentados por
20 diversos servidores docentes e não docentes. Acha que esse procedimento agora, ao ser
21 aprovado, vai ajudar bastante na tramitação, vai acelerar os processos de tramitação de
22 convênio. Vale destacar essa tramitação simplificada, a diferenciação de tipos de convênio, a
23 possibilidade de diferentes representantes da Instituição assinar os termos e também de
24 participação de representantes docentes na Cacc. A minuta, como tal, conta com o seu apoio,
25 mas ao ser aprovada precisam considerar alguns pontos para a implementação desses trâmites
26 de uma forma eficiente. Um dos principais gargalos apresentados tem a ver com o sistema de
27 tramitação, o Siad, que vai precisar ser reformulado, mesmo porque haverá outros modelos de
28 trâmite, e é muito importante que consigam trabalhar para que haja um aprimoramento de
29 sistema que permita que ele seja mais ágil e não tão engessado quanto é atualmente. Outra
30 questão em discussão com as doutoras Ângela e Fernanda é que uma das propostas iniciais era
31 que considerassem convênios que fossem apresentados na língua inglesa, mas a doutora
32 Fernanda apresentou a limitação jurídica em relação a isso. Entende, mas como vários dos
33 convênios internacionais vêm em língua inglesa, é muito importante que consigam dar o suporte
34 para o pesquisador, para que haja a tradução mais rapidamente possível. Não sabe como podem
35 fazer isso, se via escritório de apoio, através de parcerias, ou via Reitoria, ou nas unidades, com
36 a capacitação de servidores para que haja a tradução dessas minutas o mais rápido possível.
37 Considera bastante salutar a simplificação de termos de transferência de material, inclusive a
38 proposta do professor João Romano, porque a transferência de material entre as entidades
39 acadêmicas precisa acontecer de uma forma ágil para facilitar *Open Science*. A maneira como
40 ocorre agora realmente agiliza, mas precisam também considerar a possibilidade de pré-aprovar

1 termos MTAs que já são bastante convencionados e utilizados mundo afora. Existem exemplos,
2 existe um tipo de MTA, que é o Universal Biological Materials Transfer Agreement – BMTA,
3 mais direcionado para amostras biológicas, mas é convencionado por mais de 800 instituições,
4 inclusive a USP participa dessa convenção, e poderiam pré-aprovar esse termo, ou participar
5 desse convênio, para que consigam agilizar mais rapidamente, para não ter de ficar discutindo
6 esses termos a cada vez que eles aparecem na pauta. E, por fim, um detalhe, não sabe se é um
7 erro, no artigo 4º, parágrafo 8º, onde diz “autorizações previstas no inciso IX”, acha que o
8 correto seria inciso VIII. A SENHORA PRESIDENTE diz que o professor Marcelo tem razão,
9 principalmente os projetos multicêntricos chegam em inglês, e quem tem feito a tradução é o
10 próprio pesquisador, a própria equipe. Um aspecto que sempre a preocupou é quanto à validade
11 jurídica dessa tradução feita pela própria equipe. Pergunta à doutora Fernanda se ela pode
12 responder essa questão. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
13 esclarece que não precisam de tradução juramentada para os convênios, basta uma tradução
14 simples, então tem sido aceita na tramitação a tradução simples feita pela Universidade. A
15 SENHORA PRESIDENTE diz que no momento desconhece que a Universidade tenha algum
16 local para encaminhar os convênios para ser traduzidos, mas fica a sugestão de um apoio. Pelo
17 menos a revisão da tradução poderia ser feita em algum local, talvez no Espaço da Escrita,
18 porque precisariam ter uma equipe grande para fazer a tradução. O Conselheiro ANDERSON
19 DE REZENDE ROCHA diz que no Cepetro e na Funcamp há uma lista de revisores e
20 tradutores, e os custos não são tão altos. Por exemplo, para fazer uma revisão de uma tradução
21 de um convênio de 20 páginas, fica em torno de R\$1.500. O Conselheiro RICARDO
22 MIRANDA MARTINS diz que a sugestão para o problema que o professor Marcelo Mori
23 apontou é justamente o Espaço da Escrita. Nunca utilizou o trabalho deles para tradução, mas
24 para a revisão técnica eles são bastante eficientes. A proposta em pauta é muito boa, de fato
25 simplifica muitos procedimentos. Tem algumas sugestões em artigos muito específicos: no
26 artigo 2º, parágrafos 4º e 5º, há menção a “servidor da Unicamp”, e depois no 5º consta
27 especificamente “docente em RDIDP”. Acha que é preciso esclarecer melhor se “servidor” se
28 refere a servidor docente e também servidor não docente, e a questão de como lidar com a
29 participação de docentes que não são RDIDP nesses convênios. Por exemplo, no parágrafo 5º
30 é mencionado que deve ser aprovado exercício simultâneo de atividade e indica, inclusive, as
31 câmaras onde vai passar esse exercício simultâneo. Mas, entre os locais em que vai ser
32 aprovado, não comenta a CIDD e, em geral, a proposta de exercício passa pela CIDD. Pergunta
33 se foi algum lapso ou se, de fato, para a questão do convênio a CIDD não precisa analisar. Outra
34 dúvida é no artigo 18, que estabelece que todo convênio terá um executor e um executor
35 substituto, e esse executor substituto seria responsável por instruir o processo. O Imecc possui
36 muitos convênios, e na verdade o responsável é um docente, trabalhando junto a um grupo,
37 junto com a empresa, com outro instituto de pesquisa. Então, como não há uma equipe, é apenas
38 um docente, e o executor substituto seria responsável por instruir o processo, teriam de indicar
39 o funcionário que em geral apoia esse tipo de atividade como executor substituto, mas ele seria
40 executor substituto em vários convênios. Pergunta se não seria possível que a exigência desse

1 executor substituto só fosse necessária, por exemplo, para convênios que envolvem uma equipe
2 grande, um certo número de pessoas. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS
3 ROMANO diz que o Espaço da Escrita é vinculado à PRP e possui um trabalho muito bem
4 qualificado que está, na verdade, subutilizado. Trata-se de uma empresa terceirizada, financiada
5 pela PRP, então coloca esse serviço à disposição dos executores de convênio. A SENHORA
6 PRESIDENTE diz que, em relação à segunda pergunta do professor Ricardo, sobre convênios
7 menores que envolvem só um pesquisador e convênios, acha que não tem como, deverá haver
8 o substituto mesmo. Não há como ter só uma pessoa assinando o convênio. O Conselheiro
9 LÍCIO AUGUSTO VELLOSO diz que este é, sem dúvida, um grande avanço para a
10 Universidade. Parabeniza o professor Marcelo pela iniciativa, assim como toda a
11 Administração, toda a equipe envolvida, por ter feito esse trabalho rápido. Recorda-se do dia
12 em que o professor Marcelo trouxe o assunto para a pauta e, de fato, conseguiram caminhar
13 bem rápido. Pediu a palavra exatamente para se referir ao que está sendo discutido no momento,
14 que diz respeito aos convênios internacionais. O que muitas vezes atrapalha, ou causa lentidão
15 a esses processos, são essas traduções que precisam ser feitas, e ficou claro, de acordo com a
16 doutora Fernanda, que quando o documento vem de fora para a Unicamp, a tradução do próprio
17 pesquisador é suficiente. Entretanto, ainda existe o problema de quando o documento é da
18 Unicamp, e muitas vezes precisam de documentos oficiais na Unicamp informando o status do
19 pesquisador, informando a respeito de *facilities*, de tudo aquilo de que dispõem aqui para poder
20 mostrar para o órgão financiador internacional. Isso acontece, por exemplo, com a agência de
21 fomento do Reino Unido e, certamente com várias outras, que demandam documento oficial da
22 Universidade falando a respeito do *status* do pesquisador e de tudo aquilo que possuem aqui.
23 E, para isso, precisam de um documento em inglês, que não são documentos longos, são
24 relativamente curtos e simples, e que podem ser resolvidos talvez com essa solução que o
25 professor Romano propôs. Acha que precisam implementar isso para que, em breve, possam
26 dispor dele para trabalho. Outra questão é que essas mudanças da legislação certamente vão
27 facilitar muito, mas encontram muita dificuldade quando o que se troca entre as universidades,
28 entre os centros de pesquisa são, por exemplo, modelos experimentais. Sabe que existem
29 entraves de legislação que são nacionais, que estão além daquilo que a Unicamp pode fazer,
30 mas mesmo no aspecto de regulamentação interna, para trazer e enviar modelos experimentais,
31 isso tem sido um pouco complicado e, talvez, pudessem trabalhar um pouco mais nisso nesses
32 próximos anos. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que tem uma sugestão
33 na redação que foi proposta: o parágrafo 4º proposto pela PRP coloca em um determinado
34 momento que ficam dispensadas da tramitação prevista nessa resolução, mas o texto do inciso
35 do qual faz parte esse parágrafo já estabelece isso, já apresenta a lista dos processos que ficam
36 dispensados de submissão à CAD e outras instâncias. Não sabe se aquela repetição que aparece
37 no parágrafo quarto é necessária, se foi intencional, ou se foi uma redundância que poderia ser
38 suprimida. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que esse caso está sendo
39 mais dispensado do que os outros casos previstos no restante do artigo, fica ainda mais livre,
40 porque já vai diretamente para o pró-reitor. A Conselheira LUÍSA ANDRÉIA GACHET diz

1 que reconhece o mérito da proposta que o professor Marcelo encaminhou e também todo o
2 esforço que a Secretaria Geral tem feito, os servidores da Cacc, para desempenhar o trabalho e
3 levar adiante todos os convênios. Há uma quantidade enorme de convênios que circulam na
4 Universidade, e acredita que essas sugestões de facilitar a tramitação vão agilizar bastante as
5 aprovações dos convênios e dos termos aditivos. Portanto, parabeniza todos os envolvidos e
6 mais uma vez agradece a participação dos servidores. Especificamente no capítulo três, que
7 trata da constituição da Cacc, sugere que a composição pudesse ser um pouco mais aberta, um
8 pouco mais genérica, porque o parágrafo 3º estabelece “que os representantes referidos nos
9 incisos II a VII deverão ser integrantes da Carreira do Magistério Superior - MS”. Gostaria de
10 verificar a possibilidade de fazer uma abertura, primeiro que não fosse específico para docentes,
11 mas que pudessem também ser servidores. E, a partir do momento que fossem docentes, que
12 não deixasse especificamente a Carreira MS, pois a Universidade possui outras carreiras
13 docentes. Se houver algum motivo muito específico, solicita que a doutora Ângela compartilhe
14 com eles, para poderem entender. Mas, a princípio, seu desejo é que a composição da Cacc seja
15 mais aberta a servidores docentes e não docentes, e aos docentes de todas as carreiras. A
16 Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que a ideia é que a Cacc, a partir de agora,
17 altere seu estatuto e passe a ter competência decisória, então por isso foi proposta essa
18 composição. A Conselheira LUÍSA ANDRÉIA GACHET diz que há aqui no Consu
19 representantes docentes de outras carreiras que não da Carreira MS. E quando o inciso VII do
20 artigo 15 define “dois representantes docentes da carreira MS, indicados pelos representantes
21 docentes titulares do Consu”, gostaria que isso fosse aberto para docentes da Universidade, e
22 não especificamente docentes da Carreira MS. Outros docentes poderiam ser indicados, que
23 fossem de carreira MA, MTS, MST. A SENHORA PRESIDENTE diz que consultou a PG e a
24 sugestão foi deixar “carreira docente”, e não “carreira MS”. A conselheira LUÍSA ANDRÉIA
25 GACHET diz que isso já daria uma amplitude maior. Existem algumas representações que têm
26 uma certa dificuldade; a própria carreira dos pesquisadores, que conta com um número pequeno
27 de docentes para fazer uma representatividade, uma participação de diversas comissões.
28 Chegou até ela a sugestão de que houvesse a possibilidade de compor, além da carreira docente,
29 também a carreira de servidores. Se excluem essa possibilidade agora, fica difícil no futuro
30 fazer uma composição mais ampla. Poderiam colocar “preferencialmente da carreira docente”,
31 mas não excluir a participação de servidores. A SENHORA PRESIDENTE diz que o assunto
32 que a professora Luísa está trazendo é bastante importante, no entanto, estão discutindo outro
33 ponto, que é uma facilitação dos convênios, e não a composição da Cacc. Dessa forma, acha
34 que poderiam fazer hoje essa modificação em relação aos docentes indicados e, em um outro
35 momento, discutir se a composição da Cacc deve ser diferente ou não. O objetivo da discussão
36 hoje é como agilizar trâmites de convênio e agilizar a transferência de material biológico, em
37 especial que tenha a ver com patrimônio genético, para outros locais. Acha que estão perdendo
38 um pouco o foco da discussão; sua sugestão é manter a discussão que foi proposta para o Consu,
39 com esse pequeno ajuste e outros que foram sugeridos que aprimoraram essa decisão, e a
40 discussão sobre a composição seria feita em outro momento. Hoje é uma discussão bastante

1 prática, de como melhorar e agilizar a transferência de material, os convênios, a questão da
2 tradução dos projetos. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que
3 a questão levantada pelo professor Ricardo Miranda é importante, porque não viu claramente
4 descrita na proposta a possibilidade de que o diretor da unidade seja o executor substituto. Já
5 há alguns anos o diretor do Instituto de Química é o executor substituto eleito por ela, e isso
6 facilita bastante, então talvez pudesse ser adicionado nesse item a possibilidade de que seja o
7 diretor, mesmo que ele não faça parte do grupo que executa o projeto. Isso é interessante porque
8 facilita e ajuda bastante. Lembra também que muitas vezes estão envolvidas instituições
9 internacionais nos convênios, e frequentemente precisam traduzir o termo de convênio. Às
10 vezes ele é longo, quando não vem bicolunado, e há termos nos quais se confessa ignorante. Já
11 teve de fazer isso em um contrato com a União Europeia e não tinha, na época, ninguém que
12 fizesse a conferência da sua tradução, e ele foi adiante da maneira que estava. Lembra que,
13 muitas vezes, nesses convênios existe legado; eles não são convênios pequenos, e dão tanto
14 trabalho que nem podem ser pequenos. Então às vezes acabam fazendo construções, financiam
15 bolsas de estudo para alunos, e as construções dos equipamentos adquiridos acabam ficando
16 como legado para a Universidade, e pagam taxas de ressarcimento. O professor Anderson
17 informou que é possível usar a tradução que a Funcamp disponibiliza, mediante pagamento,
18 mas pergunta quem fica responsável por esse pagamento, porque R\$1.500 não é trivial, e é
19 importante que o trabalho seja feito por alguém que saiba o que está fazendo, porque ela,
20 honestamente, não sabia quando o fez. Fez o melhor que podia, mas não foi o melhor que
21 poderia ter sido. Se pudesse ser alguém especializado, especialmente nos termos de jargão da
22 economia, seria melhor. Existem taxas de ressarcimento, inclusive à própria Funcamp, se
23 houver a necessidade de tradução, e seria bom que se determinasse de onde esse pagamento vai
24 sair. Quanto à observação que a professora Luísa Gachet fez sobre a composição da Cacc,
25 gostaria que fosse mantida a docência da carreira MS, não fossem incluídas as demais carreiras,
26 e ainda menos que não fossem docentes, então preferiria votar exatamente o que a Reitoria
27 propôs. A SENHORA RESIDENTE diz que, em relação ao pagamento da tradução, talvez haja
28 alguma unidade que faça esse tipo de pagamento, mas desconhece isso como uma rotina na
29 Universidade. Na Funcamp também desconhece esse tipo de trabalho; pelo entendeu, no
30 Cepetro há alguns profissionais que podem fazer esse trabalho mediante um pagamento. Em
31 relação ao diretor ser o executor substituto dos convênios, acha que o executor substituto pode
32 ser escolhido, isso fica livre para cada área. Dependendo da área, pode ser o diretor, o diretor
33 associado, o representante da comissão de pesquisa ou um colega. Sua sugestão é que fique a
34 cargo das unidades mesmo. Deixará para o final a resolução de constar carreira MS constar ou
35 docente de qualquer carreira indicado pelo Consu. O Conselheiro BENILTON DE SÁ
36 CARVALHO diz que quando lê as disposições preliminares da minuta, entende que ela se
37 refere a qualquer atividade de cooperação, qualquer convênio e tudo o mais. O artigo 2,
38 parágrafo 7º, estabelece que “fica dispensada a inclusão de documentos previstos no inciso V
39 de instituição de ensino e/ou pesquisa internacional de notório conhecimento, desde que possua
40 em seu sítio eletrônico oficial informações sobre sua criação, constituição, gerência e

1 administração”. Pergunta se há possibilidade de algo assim também ser válido para instituições
2 nacionais. Recentemente teve um processo tramitando que demorou um bom tempo, e era algo
3 relativamente simples. Então pergunta se instituições como a USP, universidades federais, onde
4 consigam ter essas informações no sítio eletrônico, também não poderiam ser incluídas dentro
5 desse arcabouço. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que essa dispensa
6 foi prevista para essas instituições porque, como são internacionais, elas não têm exatamente
7 os mesmos documentos que possuem no Brasil, ou são de muito difícil acesso. No caso das
8 instituições nacionais, podem solicitar os documentos que precisam, eles são de fácil acesso,
9 por isso propõem que sejam mantidos, pois para a instrução do processo é importante. O
10 Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA concorda com as sugestões da professora
11 Heloise. Quanto às traduções, esclarece que no Instituto de Computação fazem da seguinte
12 forma: quando vem um convênio que necessita de tradução e o docente não tem condições de
13 traduzi-lo, por exemplo por questões de termos técnicos, como colocado pela professora
14 Heloise, avaliam em nível de conselho interdepartamental se é um investimento que vale ser
15 feito pelo AIU do Instituto e ser pago via serviços Funcamp. Então, por exemplo, um convênio
16 com a União Europeia é muito importante para o Instituto, e não havendo recursos em algum
17 fundo do pesquisador, verificam a possibilidade de investir aqueles R\$1.500. Portanto, é tratado
18 caso a caso, pois concorda com a professora Heloise que é muito difícil gastar isso sempre. O
19 que tipicamente acontece é que sobra para os próprios pesquisadores; ele mesmo já fez tradução
20 de convênio com a União Europeia e também não sabia os termos, e o que fez, na época, foi
21 traduzir e perguntou para algumas pessoas, inclusive procurou ajuda da PG e eles ajudaram.
22 Mas realmente acha que seria bom ter uma institucionalização desse tipo de ação. No mais,
23 acha que a proposta aqui colocada facilita bastante e agradece a todos os envolvidos. A
24 Conselheira CRISTIANE MARIA MEGID diz que sua intervenção é apenas para reforçar a
25 proposta da professora Luísa Gachet, que é a atual presidente da Cacc e por isso tem uma visão
26 bastante privilegiada para fazer a proposta em relação à retirada da especificação de “carreira
27 MS”, deixando apenas “docentes indicados pelo Consu”. Dessa forma, podem fazer a escolha
28 desse docente com base se naquele momento é mais apropriado que seja alguém da Carreira
29 MS ou de outras carreiras. A SENHORA PRESIDENTE diz que sua proposta de
30 encaminhamento é votar o item 10 como está, com acréscimo da sugestão da PRP de um
31 parágrafo 4º no artigo 7º, sem o inciso VII do artigo 15. Em segunda votação, votariam ou como
32 consta na proposta, ou com a supressão da Carreira MS, deixando apenas a expressão “carreira
33 docente”. Não havendo mais observações, submete à votação a proposta como ela foi
34 encaminhada, retirando o inciso VII do artigo 15, que é aprovada com 58 votos favoráveis e 02
35 abstenções. Em seguida, submete à votação o inciso VII do artigo 15 como está na proposta
36 contra a sugestão da professora Luísa Gachet. Os membros que são favoráveis à proposta
37 original devem dar voto favorável, e os que são favoráveis à proposta da professora Luísa
38 devem dar voto contrário. O resultado foi: 35 votos favoráveis, 19 votos contrários e 07
39 abstenções, portanto fica mantida a deliberação da forma como ela foi encaminhada na pauta,
40 com acréscimo da sugestão da PRP. Passa ao item 14 – Proc. nº 29-P-6935/2022 –, da Faculdade

1 de Engenharia Elétrica e de Computação, que trata de proposta de criação do curso de pós-
2 graduação *lato sensu* MBA em Negócios Exponenciais, sob a responsabilidade do Prof.
3 Leandro Tiago Manera, com carga horária de 585 horas e valor a ser pago por aluno de
4 R\$15.585,58. Foi destacado pelo conselheiro Matheus Martins. O Conselheiro MATHEUS DA
5 SILVA MARCHETI MARTINS parabeniza o professor Leandro, realmente a proposta do
6 curso é muito boa, mas encontrou duas inconsistências nos documentos, sobre as quais
7 solicitará esclarecimento. No item 18 da proposta, consta que “a seleção será feita por meio de
8 processo seletivo e poderão participar os alunos e funcionários portadores de diploma de curso
9 superior e com o vínculo da Unicamp”. Pergunta se esse vínculo com a Unicamp inclui os
10 funcionários Funcamp. Além disso, propõe que toda vez que houver a possibilidade de bolsas,
11 encaminhem para a Educorp para que ela faça esse direcionamento por meio de editais, pois ela
12 consegue abranger a Universidade toda. Outra dúvida é que o parecer da PRPG, no seu
13 parágrafo quarto, cita somente os alunos; ele não cita nem funcionários Unicamp nem qualquer
14 outro tipo de vínculo. Pergunta se isso foi um equívoco no momento de redigir ou se realmente
15 houve alteração da proposta original. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO responde que
16 é uma lacuna de redação mesmo. São alunos do curso que ficaram ali integrados. Aqui são
17 alunos Unicamp e aqueles outros segmentos que foram mencionados acima. E sobre a definição
18 de vínculo com a Unicamp, responde que é somente vínculo com a Unicamp, não inclui
19 Funcamp. Sobre a proposta dos editais, isso tem a ver também com a Escola de Extensão, então
20 acha que não entraria na questão da Educorp que o conselheiro Matheus mencionou. Os *lato*
21 *sensu* têm a tramitação e os procedimentos de funcionamento acoplados com os procedimentos
22 da Escola de Extensão, quando existe cobrança e quando há essas bolsas colocadas à disposição
23 dos alunos selecionados. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz
24 que existe a normativa 01/2012 da Conex que direciona uma quantidade de bolsas para
25 servidores da Universidade, e isso é gerido, hoje, pela Educorp. Pergunta se, fora essas bolsas,
26 há a garantia de algumas bolsas destinadas para os servidores da Universidade. A Conselheira
27 RACHEL MENEGUELLO responde que essas bolsas virão junto com a cobrança do próprio
28 curso. Não são bolsas com recursos de outra origem. O conselheiro MATHEUS DA SILVA
29 MARCHETI MARTINS diz que a norma Conex 01/2012 estabelece que até cinco bolsas são
30 destinadas para funcionários da Universidade com o desconto de 2/3. Pergunta se são coisas
31 diferentes. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO responde que são coisas diferentes. Na
32 verdade, a tramitação do *lato sensu* nem traz isso na sua composição. Talvez devam aperfeiçoar
33 nesse aspecto essa informação, mas são coisas diferentes. As bolsas que a Educorp tem para
34 conceder não são essas bolsas com esses recursos que tramitam no *lato sensu* quando ele tem
35 cobrança. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que acha que
36 vão precisar ajustar a outra norma, porque ela menciona qualquer curso Extecamp. O
37 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que acha que essa
38 normativa diz respeito apenas aos cursos da Extecamp, e os cursos *lato sensu* são da PRPG,
39 então não há confusão. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz
40 que não é confusão, é porque a professora Rachel comentou que eles tramitam via Extecamp.

1 A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que na verdade não é a tramitação, são os
2 procedimentos de cobrança. A PRPR e a Extecamp trabalham juntas nesse aspecto, porque a
3 PRPG não tem estrutura para tratar de cursos cobrados, nunca teve e nunca terá, ao passo que
4 a Escola de Extensão tem. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS
5 pergunta se então a operacionalização é feita pela Escola de Extensão, mas não são cursos da
6 Escola de Extensão. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO responde que os cursos *lato*
7 *sensu* são sempre acoplados à PRPG. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS
8 COELHO diz que isso é bem claro, são duas coisas distintas; o *lato sensu* tem uma característica
9 de curso pós-graduação, ele é todo tramitado como curso de pós-graduação nas comissões de
10 pós-graduação locais. E a Extecamp entra como uma unidade operacional no caso daqueles
11 cursos que têm cobrança, utilizando todo o mecanismo que ela já tem estabelecido para poder
12 fazer as cobranças, mas ela não entra nas decisões de composição, tudo é feito via pós-
13 graduação. Não havendo mais observações, a SENHORA PRESIDENTE submete à votação a
14 matéria, que é aprovada com 50 votos favoráveis, 06 votos contrários e 03 abstenções. Nada
15 mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes
16 assuntos: A – Comissão de Vagas Não Docentes – CVND – Indicação de Membros –
17 Deliberação Consu-A-18/2013 – 01) Proc. nº 01-P-3972/1999 – Indicação de membros para
18 compor a Comissão de Vagas Não Docentes, conforme Informações CVND-18/2022, 20/2022,
19 21/2022 e 22/2022, como segue: Representantes da Área da Saúde: Titular: Prof. Dr. Luis
20 Otávio Zanatta Sarian – Caism (mandato 07.06.22 a 06.06.23) e Suplente: Prof. Dr. Erich de
21 Paula – Hemocentro (mandato 07.06.22 a 06.06.23). Representantes da Área de Ciências
22 Exatas: Titular: Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia – IG (mandato 18.07.22 a 17.07.23) –
23 reconduzido e Suplente: Profa. Dra. Mônica Alonso Cotta – IFGW (mandato 18.07.22 a
24 17.07.23) – reconduzida. Representantes da Área Ciências Humanas, Sociais e Artes: Titular:
25 Prof. Dr. André Martins Biancarelli – IE (mandato 08.07.22 a 07.07.23) – reconduzido e
26 Suplente: Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira – FE (mandato 08.07.22 a 07.07.23).
27 Representantes da Área Ciências da Engenharia: Titular: Profa. Dra. Mirna Lúcia Gigante –
28 FEA (mandato 01.08.22 a 31.07.23) – reconduzida e Suplente: Prof. Dr. José Alexandre Diniz
29 – Feec (mandato 01.08.22 a 31.07.23) – reconduzido. B – Comissão de Atividades
30 Interdisciplinares – CAI/Consu – Indicação de Membros – Deliberação Consu-A-04/2001 – 02)
31 Proc. nº 01-P-9046/1987 – Indicação de três Diretores de Unidades para compor a Comissão
32 de Atividades Interdisciplinares, em substituição aos Profs. Drs. Alberto Luiz Serpa – FEM,
33 Orival Andries Junior – FEF e Edson Tomaz – FEQ, cujos mandatos se encerraram em
34 26.04.22, 18.05.22 e 22.05.22, respectivamente, conforme Ofícios CAI/Consu nºs 05/2022 e
35 07/2022, como segue: Representação Diretores de Unidades de Ensino e Pesquisa: Titular:
36 Profa. Dra. Andréia Galvão – IFCH, Titular: Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira – FE e
37 Suplente: Prof. Dr. Arnaldo César da Silva Walter – FEM e Suplente: Prof. Dr. Odilon José
38 Roble – FEF. C – Política de Inovação na Unicamp – Ações Estruturantes – Deliberação Consu-
39 A-37/2019 – 03) Dossiê nº 01-D-18930/2022 e Proc. nº 01-P-7907/2020 – Síntese dos
40 resultados das atividades do Grupo de Trabalho, criado pela Portaria GR-30/2020 em

1 atendimento ao item 4-d do Anexo I da Deliberação Consu-A-37/2019, designado para estudar
2 e analisar o espaço econômico-produtivo local e nacional, referente à Política de Inovação na
3 Unicamp. D – Relatórios Semestrais das Câmaras do Consu – 04) Relatórios Semestrais da
4 Câmara de Administração e da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, referentes ao período
5 de 1º.10.21 a 31.03.22, de acordo com o inciso IX do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do
6 Regimento Interno do Consu.. Para falar sobre a Política de Inovação da Unicamp, convida o
7 professor Bacic para fazer uma breve apresentação da síntese dos resultados das atividades do
8 grupo de trabalho. O Professor JUAN MIGUEL BACIC diz que no ano de 2019 o Consu
9 aprovou a Política de Inovação da Unicamp. Teve a ação da ADunicamp, através dos
10 professores Wagner Romão e Renato Dagnino, solicitando que nessa discussão da Política de
11 Inovação seja aberto um espaço para aplicar a política para empreendimentos solidários e
12 discutir o desenvolvimento técnico-científico e a adequação sociotécnica para as comunidades
13 não empresariais, por exemplo, cooperativas, associações, grupos populares. Em maio de 2020,
14 foi constituído um grupo de trabalho para tratar desse item, e esse GT entregou as conclusões
15 para o Gabinete em fevereiro de 2021. O GT foi composto, além dele, pelos professores
16 Carolina Trancoso Baltar, do IE; Guilherme José Máximo, da FEA; Humberto Miranda do
17 Nascimento do IE; Lais Silveira Fraga, da FCA; Rafael de Brito Dias, da FCA; Renato Peixoto
18 Dagnino, do IG; Romis Ribeiro de Faissol Attux, da Feec; e Vanilde Ferreira de Souza
19 Esquerdo, da Feagri. Então é um GT bem representativo e o documento por ele gerado está
20 atualmente em análise pela Procuradoria Geral, no que tange a alguns aspectos mais técnicos
21 da proposta. Então, como brevemente o documento será apresentado ao Consu, após uma
22 revisão que farão depois que tenham recebido as observações da PG, acharam já conveniente
23 antecipar alguns pontos da proposta. A proposta visa criar um observatório de tecnociência
24 solidária com o objetivo de desenvolver competência dentro da Universidade na área de
25 economia solidária, de aprender como podem aproximar a Universidade aos setores populares,
26 que são aqueles que pagam o ICMS que financia a Universidade. Acompanhou durante muito
27 tempo as atividades da Inova e pode dizer que a Unicamp foi muito competente no processo,
28 que durou décadas. Lembra que a criação da Inova foi precedida pelo Escritório de
29 Transferência de Tecnologia, então ela foi muito eficiente em desenvolver as competências de
30 criar uma estrutura em procedimentos que visam o desenvolvimento de relações com empresas.
31 Esse processo culminou com a criação da Inova, que é uma agência que é considerada um
32 modelo e fonte de inspiração para muitas outras universidades. O que nesse processo, ao longo
33 dessas décadas, ficou vazio e uma área vaga que tem de ser explorada é o desenvolvimento de
34 competências para estabelecer relações com setores do que poderiam chamar de economia
35 popular. Para tanto, existe uma área de conhecimento, que é a área de economia solidária, que
36 tem um arcabouço conceitual muito bem desenvolvido. Inclusive o Congresso Nacional está
37 criando a Lei de Economia Solidária e vai entrar na Constituição Brasileira. Então o
38 Observatório proposto vai coordenar esforços para que a Unicamp desenvolva competências e
39 atividades dentro dessa área. Seguindo, de certa maneira, o mesmo processo de aprendizado
40 que tiveram dentro da Unicamp junto com relações com as empresas; esse aprendizado, que

1 será facilitado com a atuação de docentes, funcionários, alunos dentro do Observatório, vai
2 permitir desenvolver novas áreas de pesquisa e contribuirá com a temática da extensão e com a
3 curricularização da extensão dentro da Universidade. Finalmente, como discutiram no começo
4 da Sessão de hoje o tema do orçamento da Universidade, cabe esclarecer que o observatório
5 não implica qualquer ônus financeiro para a Unicamp, porque imaginam que poderia atuar junto
6 à ProEC, operando com a infraestrutura e apoio dessa pró-reitoria. A SENHORA
7 PRESIDENTE agradece pela exposição sobre o Observatório, estendendo os agradecimentos a
8 todo o grupo de trabalho que analisou esse tema para apresentar aqui no Consu. Deseja que esse
9 projeto seja exitoso na Universidade. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS
10 COELHO diz que endossa o que foi falado pelo professor Bacic. Essa conversa já foi feita
11 anteriormente, tanto com a ProEC quanto com o Gabinete, e a ideia é realmente isso. No trâmite,
12 que deve vir no próximo Consu, o objetivo é que isso esteja ligado a uma estrutura da ProEC,
13 para que a partir daí possam operacionalizar esse Observatório. A SENHORA PRESIDENTE
14 passa a palavra aos inscritos no Expediente, solicitando que a professora Rachel possa falar
15 primeiro, pois ela terá de dar aula em breve, então ela gostaria de fazer as informações relativas
16 à PRPG como a primeira fala. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO informa, em relação
17 ao desligamento dos alunos de pós-graduação em função da não comprovação vacinal, que ao
18 final de todo o período definido para a comprovação, ao final da extensão desse período e após
19 aguardarem mais alguns casos que esperaram mais alguns dias, de alunos que recorreram da
20 questão, na semana passada, com a informação da DAC, a Universidade desligou 331 alunos
21 de pós-graduação, de todas as áreas, de todas as unidades, de todos os cursos. Estão bem
22 distribuídos pelas unidades, algumas com incidência maior que outras. Esses 331 alunos, se
23 estiverem adequados ao artigo 15 do Regimento Geral da Pós-Graduação, que são os alunos já
24 com qualificação realizada, podem retornar para a defesa de tese fazendo uma nova matrícula.
25 Ou, caso contrário, podem fazer um novo processo seletivo para ingressar no seu programa. A
26 Deliberação Cepe-A-21/2021 define que para qualquer matrícula dos alunos de pós-graduação
27 é necessário apresentar o comprovante de uma dose de vacina, pelo menos. Então, esse
28 reingresso perante o artigo 15, ou pelo processo seletivo, também requererá a vacinação em
29 alguma medida. Deixa claro que não gostam nada desse número e desse quadro, é muito
30 negativo para a PRPG, para a Unicamp, ter esse dado a informar. Mas acha que é uma política
31 bastante necessária, estão vendo como as coisas não se resolveram em definitivo, como a
32 pandemia ainda tem os seus traços no dia a dia de todos, então a equipe da Administração
33 considera esta medida acertada, e que faz sentido colocar os alunos frente a essa necessidade
34 que é pública e coletiva. Em seguida, informa que o edital da PRPG junto com a Deri, de
35 mobilidade internacional, terá seu resultado divulgado amanhã à tarde. Diz também que a Capes
36 informou que as bolsas emergenciais, que são as bolsas que eram cotas da pró-reitoria e foram
37 retiradas no passado recente, retornarão a partir de 1º de julho. Diz ainda que estão sempre
38 motivados pela questão das mudanças eventuais que a tecnologia trouxe por intermédio da
39 pandemia. Estão sempre discutindo isso na PRPG e no próximo Consu vão trazer uma proposta
40 de alteração regimental da pós-graduação, seja para as defesas de mestrado e doutorado, seja

1 para a definição e realização de disciplinas regulares e especiais, pensando nas possibilidades
2 de ensino remoto, até onde as disciplinas regulares vão aderir a isso, até onde as disciplinas
3 especiais também aderirão a isso. As unidades estão discutindo o tema, amanhã haverá reunião
4 da CCPG e essa discussão também continua nessa direção. Comentando a questão que apareceu
5 na Ordem do Dia sobre o plano plurianual, reforça a importância da permanência estudantil,
6 lembrando que os valores das bolsas de pós-graduação são realmente pífios, insuficientes. Uma
7 bolsa de mestrado, hoje, da Capes e do CNPq é de R\$1.500, e de doutorado é R\$2.200. A bolsa
8 da Fapesp é um pouco mais volumosa: a de mestrado é R\$2.495, desde março, e a de doutorado
9 no seu primeiro ano é de R\$3.460. A Universidade não tem como intervir nisso, e a Capes
10 frequentemente menciona que vai aumentar os valores. No entanto, mediante o corte que o
11 governo já fez de recursos para essas áreas e mediante as muitas mudanças que o governo faz,
12 como anunciou ontem, do uso de recursos públicos para uma série de outras direções, não lhe
13 parece pertinente acreditar que neste ano ainda haverá um aumento. Se vier, será ótimo, mas
14 não acredita nisso. Dessa forma, acha que a Universidade tem de mobilizar recursos que ela
15 tem em mãos para beneficiar algumas dessas políticas, seja no caso das bolsas PED, sobre as
16 quais vão apresentar algumas mudanças, seja no caso das bolsas que a própria Universidade
17 tem. Já solicitaram à Capes a revisão de uma deliberação que eles possuem, de não acúmulo de
18 bolsas, mas não obtiveram retorno. Não é fácil tratar com a agência quando ela não reflete as
19 necessidades que os cursos têm, mas deixa claro que a Administração está muito atenta a essa
20 questão da permanência. No caso da pós-graduação, vão tentar algumas medidas que talvez
21 beneficiem os alunos que se envolvam na parte dos estágios didáticos. Vão tentar utilizar os
22 recursos que estão voltados para isso também para questões como essas. O Conselheiro
23 EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO diz que falará sobre a aluna Mayara, do IB, que
24 faleceu. Ela ingressou no Instituto de Biologia em 2017, para cursar o Bacharelado em Ciências
25 Biológicas, tendo concluído o curso no segundo semestre de 2021. Atualmente estava cursando
26 a licenciatura e atuava como PED na disciplina BF583, sob a supervisão da professora Maria
27 Andréia Delbin. Mayara se vai e deixa um vazio, uma tristeza inexplicável. A Mayara os deixa
28 precocemente, aos 23 anos, mas deixa um legado no Instituto de Biologia de dedicação, da
29 excelente aluna que foi, de alegria por onde ela passou e de amizade por muitas amigas e amigos
30 que conquistou aqui. Não se verá mais pelo corredor do IB, mas sua alegria continuará sempre
31 presente nas lembranças em uma história contada em uma sala de aula, em uma risada que os
32 faça lembrar de coisas que viveram. Continuará presente pelo simples fato de terem a sorte e a
33 alegria de a Mayara ter passado em suas vidas. Na sexta-feira passada, fizeram uma homenagem
34 para ela no Instituto, os alunos plantaram uma árvore que ela gostava muito, que é um Chorão,
35 no bosque do Instituto, e isso vai ficar, então, para sempre. Faz uma sugestão, tendo em vista
36 que também perderam a professora Ana Espin, que também era uma pessoa muito querida no
37 Instituto de Biologia, de deixarem no telão da sala de reuniões uma homenagem, a cada Consu
38 que acontecer, com o nome das pessoas que faleceram na Universidade naquele período. Acha
39 que o maior patrimônio que a Universidade tem são os seus servidores, não docentes e docentes,
40 os seus alunos, e deveriam de alguma forma deixar uma mensagem na abertura do Consu, curta,

1 rápida, mas valorizando o papel dessas pessoas que passaram pela Universidade e auxiliaram
2 na sua constituição. A SENHORA PRESIDENTE solicita, em virtude da maneira tão trágica
3 que essa aluna faleceu, um minuto de silêncio em respeito às pessoas da Universidade que se
4 foram. Agradece ao professor Everardo pela sugestão da homenagem, que seguirá a partir do
5 próximo Consu. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que vai tratar da Semana
6 Brasileira de Enfermagem, que aconteceu de 12 a 20 de maio. Maio é o mês da Enfermagem:
7 dia 12 de maio é o Dia Internacional do Enfermeiro, e 20 de maio o Dia Internacional do
8 Técnico e do Auxiliar de Enfermagem. Nessa semana comemoraram também os 202 anos de
9 Florence Nightingale e os 208 anos de Ana Nery; a Florence em nível mundial e a Ana Nery
10 em nível nacional representam personagens históricas no campo da Enfermagem. E também os
11 96 anos da fundação da Associação Brasileira de Enfermagem, que é uma entidade de âmbito
12 nacional reconhecida como de utilidade pública e considerada a entidade-mãe da enfermagem
13 brasileira. A ABEn tem um papel importante na construção histórica e política da enfermagem,
14 e dela se originou a criação do Conselho Federal de Enfermagem, dos Conselhos Regionais de
15 Enfermagem nos estados, e da Federação Nacional dos Enfermeiros, por isso ela é considerada
16 a entidade-mãe. Comemoram 83 anos da Semana Brasileira de Enfermagem na forma como ela
17 tem sido feita e foi feita no ano de 2022, que teve como tema “A enfermagem no contexto da
18 pandemia pela Covid-19: que lições aprendemos”. Para dar conta desse tema, foram definidos
19 dois eixos temáticos: o primeiro tratou das modificações impactantes para a Enfermagem diante
20 do contexto pandêmico e, olhando para frente, o segundo eixo tratou de como a Enfermagem
21 enfrentará o contexto pós-pandêmico, embora a pandemia não tenha acabado, ela só tem uma
22 outra configuração que decorre do sucesso do Programa de Imunização Anticovid aqui do
23 Brasil. No dia 04 de maio, houve uma sessão solene no plenário da Câmara dos Deputados,
24 logo na sequência houve a votação de um projeto de lei que trata do piso nacional da
25 Enfermagem, que tem avançado bastante, já foi aprovado na Câmara e no Senado, só precisam
26 de algumas emendas constitucionais e aprovação de alguns projetos de lei que estão andando
27 bem para resolver vício de constitucionalidade. Então, no entendimento da categoria, aplausos
28 são bem-vindos, mas precisam trabalhar com ações concretas para a melhoria da qualidade do
29 trabalho da enfermagem brasileira. Faz parte da diretoria do Sindicato dos Enfermeiros do
30 Estado de São Paulo, e junto com as outras entidades representativas da enfermagem, têm
31 cumprido o seu papel. A SENHORA PRESIDENTE destaca a importância da Enfermagem e
32 de seus profissionais. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS
33 agradece à gestão por todo o esforço que ela tem feito na valorização da Carreira Paepe com a
34 retomada da progressão. Na sexta-feira ocorreu a entrega dos relatórios, e esta semana as
35 congregações estão fazendo as avaliações. Nesta sessão, aprovaram um aumento de recursos,
36 passando para R\$30 milhões destinados para a Carreira Paepe e a contratação de novos
37 servidores. Sabem que ainda não é o suficiente para tudo o que têm passado durante muitos
38 anos, tem muita coisa para ser revista. Algumas CSAs entraram em contato dizendo que não
39 tinham recursos suficientes para contemplar nem duas pessoas na avaliação vertical, então cabe
40 ainda fazer uma série de estudos sobre isso. Lembra que a Aeplan e a PRDU liberaram R\$500

1 a mais para as unidades tentarem contemplar mais uma pessoa, e liberaram a utilização da sobra
2 do recurso horizontal na vertical. Recebeu um documento dos CTUs, que passa a ler: “Vimos,
3 por meio deste, solicitar a suplementação de recursos destinado à Carreira Paepe nas unidades
4 de ensino, pesquisa e extensão e colégios técnicos. Os recursos disponibilizados para utilização
5 no processo de progressão da Carreira Paepe dessas unidades foram bem abaixo do esperado
6 em comparação aos recursos da carreira docente. Contemplando, novamente, somente uma
7 pequena parcela dos servidores das unidades de ensino, pesquisa e extensão e colégios técnicos,
8 e provocando a desmotivação da maioria. A Carreira Paepe está desvalorizada há anos, existem
9 servidores nas unidades que sequer tiveram a possibilidade de progressão e valorização de suas
10 carreiras. Vale lembrar que, segundo as teorias de motivação, funcionários motivados e
11 experientes trabalham melhor. Não necessitam buscar oportunidades fora da instituição e
12 alcançam melhores resultados em suas atividades envolvidas. Ultimamente as unidades de
13 pesquisa, extensão e colégios técnicos têm sofrido com várias exonerações e transferências por
14 não terem oportunidades de crescimento profissional internas. Portanto, devemos criar uma
15 política de retenção de talentos e valorizar os profissionais que já atuam na Universidade.
16 Diante do exposto, visando minimizar o descontentamento geral e aumentar a motivação das
17 equipes, solicitamos a revisão dos recursos disponíveis para a progressão da Carreira Paepe nas
18 unidades de ensino, pesquisa e extensão e colégios técnicos, conforme proposto a seguir.
19 Promoção de todos os servidores da progressão horizontal e vertical cujo mérito foi reconhecido
20 pelas comissões de avaliação e desempenho das unidades e colégios, assim como vem
21 ocorrendo nas carreiras docentes. Caso isso não seja possível, que seja garantida a promoção
22 de no mínimo um servidor em cada uma das listas classificatórias da progressão vertical
23 aprovadas pelas unidades e colégios técnicos, bem como todos os candidatos cujo mérito foi
24 reconhecido pelo processo de progressão horizontal, visando atender o parágrafo 1º do artigo
25 15 da Deliberação CAD-A-12/2021. Nós, coordenadores técnicos das unidades, ligados
26 diretamente à atividade-fim da universidade, entendemos as necessidades de recursos para
27 produzir melhores resultados, exprimimos aqui a nossa dificuldade como gestores para lidar
28 com a busca incessante para melhorar a *performance* das nossas unidades e manter a Unicamp
29 entre as melhores universidades do país. E, ao mesmo tempo, contornar uma situação de
30 desmotivação de pessoal e falta de política de retenção de talentos. Certos de vossa
31 compreensão, imbuídos nos princípios da administração pública, com especial destaque à
32 eficiência, aguardamos a devolução positiva para manter o bom andamento das atividades desta
33 unidade”. Entende que é uma proposta que precisa ser estudada, existem várias implicações
34 nisso; sugere que isso seja encaminhado para a pauta da CIDF do próximo dia 09, para que seja
35 estudado de alguma forma e não deixar sem uma resposta. Solicita à PRDU e à Aeplan que
36 divulguem um documento com uma nota explicativa de como se chega nas contas do recurso
37 liberado. Houve muitas consultas quanto a isso, muitas pessoas têm dificuldade de entender
38 como se faz. Assim como a tabela dos recursos de todas essas CSAs, isso não está publicizado
39 em lugar nenhum, então acha que seria interessante deixar isso disponível. Precisariam também
40 entender como funciona com as carreiras especiais, porque as progressões não passam nem no

1 Consu, nem na CAD, pelo menos não encontraram isso nas comissões, então pergunta como
2 funciona esse rito processual. E também gostariam de entender por que na carreira de
3 Procurador o recurso para a progressão sai da Carreira Paepe. O Conselheiro MATHEUS
4 ALVES ALBINO diz que o professor Antonio José precisaria ser mais ágil na condução das
5 reuniões, pois as inscrições ficam sem controle. Em seguida, agradece a nota assinada pelos
6 mais de 200 docentes em apoio ao encaminhamento da APG, do DCE e do STU na recepção
7 do ex-presidente Lula na Unicamp no mês de maio. Acha que isso mostra que aquela indignação
8 intelectual assinada pelo chefe do Departamento de Cirurgia da FCM é uma postura minoritária
9 na Universidade, e que a Unicamp sempre receberá muito bem todos os que acreditam na
10 democracia, na universidade pública, na ciência. Falou para o presidente Lula o que fala aqui
11 nas reuniões há três anos: não existe pesquisa sem valorização dos trabalhadores. Recebeu
12 vários relatos de bolsistas de pós-graduação que tiveram os programas de permanência
13 cancelados automaticamente pelo SAE. Em alguns dos programas de pós-graduação, existe
14 orientação para que os alunos cancelem os auxílios, mesmo os não financeiros, como a isenção
15 da taxa de alimentação e a moradia estudantil. No seu entendimento, as políticas de
16 permanência, sobretudo as que envolvem auxílios não financeiros, não deveriam caracterizar
17 acúmulo de bolsas porque isso inviabiliza que o bolsista receba qualquer auxílio de
18 permanência da Universidade. Então não adianta que tenha orçamento se nenhum pós-
19 graduando pode pleitear nenhum recurso do SAE. Ilustrando isso, uma família que tenha dois
20 mestrados Capes ou CNPq e uma criança pequena terá como renda familiar *per capita* 0,8
21 salários-mínimos. Se for uma doutoranda e um mestrando, por exemplo, a renda familiar *per*
22 *capita* nessa família é um salário-mínimo. Alguns podem argumentar que o pós-graduando
23 pode contar com o apoio da família; em alguns casos sim, mas acha que ninguém aqui fala,
24 quando os docentes ou funcionários pedem reajuste, que eles têm o apoio da família. Então acha
25 que deveriam tratar de uma forma bem séria o que está acontecendo. A professora Rachel já
26 está atenta aqui a isso, mas é importante que haja um informativo da PRPG para orientar os
27 programas de pós-graduação. Receberam retorno da Capes dizendo que a responsabilidade do
28 gerenciamento de bolsas, do cumprimento das normas é responsabilidade dos programas. O
29 diálogo com as agências está impossível, a culpa é sempre dos outros, mas acha que precisam
30 tomar alguma atitude. Solicita um levantamento também de quantos auxílios de pós-graduandos
31 bolsistas foram suspensos pelos SAE em 2022. Em outubro discutem se querem mudar ou não
32 a Capes e o CNPq, mas até lá a Unicamp tem de agir para proteger os seus pós-graduandos, tem
33 de haver bolsa PED, recurso especial do Faepex ou qualquer coisa que os ajude a se protegerem
34 desse desastre, mas não pode ficar desse jeito. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN
35 SILVEIRA expressa a solidariedade da Faculdade de Educação com o professor Everardo e
36 com o Instituto de Biologia pelo falecimento da Mayara. Ela também foi aluna da FE, e da
37 mesma forma decretaram na Faculdade luto oficial de três dias em sua homenagem, e também
38 para expressar a indignação pela forma como se deu a morte dela. Pede ao professor Everardo
39 que transmita à comunidade do IB o abraço e a solidariedade da FE. Também externa o apoio
40 ao documento dos CTUs, que são funcionários que têm uma sensibilidade muito grande em

1 relação ao que acontece com os demais nas unidades. Considera bastante significativo que tenha
2 sido uma iniciativa deles essa proposta, e reforça a solicitação de que, se possível, pelo menos
3 agora fosse contemplada a promoção de pelo menos um funcionário de cada categoria, para que
4 consigam avançar um pouco mais na distribuição igualitária dessas expectativas. Neste
5 momento isso já ajudaria, se não for possível o restante. Pede licença para ler uma moção
6 elaborada pela Faculdade de Educação, contrária à PEC 206/19, que propõe a cobrança de
7 mensalidade nos cursos superiores. Passa à leitura do texto, que depois colocará à disposição
8 do Conselho Universitário: “Na última terça-feira, 24/05, entrou em pauta na Comissão de
9 Constituição e Justiça da Câmara Federal a PEC 206, que altera o inciso IV do artigo 206 e
10 acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 207 da Constituição, que estabelece a gratuidade do ensino
11 público nos estabelecimentos oficiais. Com a redação sugerida, passaria a ser permitida a
12 cobrança da mensalidade do ensino superior público, com os recursos sendo direcionados para
13 o custeio das instituições. Uma comissão de avaliação de cada universidade ficaria responsável
14 por criar um cadastro de pessoas que comprovarem não dispor de condições suficientes para o
15 pagamento, às quais seria concedida a gratuidade. É o princípio de que ‘quem pode paga, quem
16 não pode não paga’. Um dos principais argumentos que sustentam a iniciativa é a tese do Banco
17 Mundial, incorporada pelo autor, o deputado general Peternelli, de que a maioria dos estudantes
18 que ingressam nas universidades públicas é oriunda de escolas particulares, de modo que o
19 financiamento público indiscriminado estaria beneficiando os jovens já economicamente
20 privilegiados em detrimento dos demais. Tal argumento, porém, é desatualizado e falacioso,
21 pois com a lei de cotas, que reserva pelo menos 50% das vagas para estudantes oriundos
22 integralmente do ensino público, associada ao avanço das políticas de ações afirmativas em
23 diversas universidades públicas, o percentual de ingressantes de baixa renda e de vindos de
24 escola pública aumentou consideravelmente, passando a ser a maioria dos estudantes em muitas
25 dessas instituições. Pesquisa da Andifes, realizada em 2018, mostra que 70,2% dos estudantes
26 das universidades federais têm renda mensal familiar *per capita* de até 1,5 salários-mínimos.
27 Desses, 64,7% são oriundos de escolas públicas. Segundo o professor Reinaldo Centoducatte,
28 presidente da Andifes: ‘Os dados desmistificam qualquer tipo de informação de que as
29 universidades hoje são majoritariamente da elite econômica, que poderia sustentar parte dos
30 gastos das instituições’. Além disso, a PEC prevê que os recursos obtidos com o pagamento de
31 mensalidades sejam geridos para o próprio custeio das instituições. Isso, em última instância,
32 põe em risco o financiamento público da educação superior, pois pode dar aos governos o
33 pretexto para reduzir recursos destinados às universidades ou, no limite, para se desobrigarem
34 desse investimento. É verdade que, por meio dos impostos, todos contribuem para o custeio das
35 universidades públicas e que, apesar dos recentes avanços, muitos ainda não tenham acesso a
36 elas. Mas se se quer, de fato, corrigir essa distorção e ampliar os recursos destinados ao
37 financiamento do ensino público, o caminho não é a cobrança de mensalidades que, além de
38 excluir os jovens de famílias menos favorecidas, representaria uma dupla taxação. Mais
39 coerente seria, como sugere o professor Renato Janine Ribeiro, presidente da SBPC, cobrar
40 mais impostos dos mais ricos e taxar as grandes fortunas e os dividendos das empresas,

1 canalizando mais recursos para a educação. Em suma, a PEC 206 representa um ataque direto
2 a um dos mais fundamentais direitos sociais fixados pela Constituição, que é o direito à
3 educação de qualidade para todos, e cujo a garantia é essencial para a superação das
4 desigualdades que persistem em nosso país. O texto acabou sendo retirado da pauta da CCJ
5 devido à ausência de seu relator, o deputado Kim Kataguiri, favorável à proposta, mas poderá
6 voltar em breve, o que exige vigilância e mobilização dos setores da sociedade civil
7 comprometidos com a defesa do ensino público e de qualidade para todas as pessoas”. Essa é a
8 moção que a Faculdade de Educação apresenta ao Consu, e se a Mesa achar conveniente, ela
9 poderia eventualmente sair daqui como uma posição do próprio Conselho Universitário. O
10 Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que tem um pedaço do
11 seu coração no trabalho extensionista da Universidade, por isso parabeniza a equipe da ProEC
12 pela seleção dos fóruns para o ano de 2022. Faz esse elogio de uma posição que lhe permite,
13 porque a proposta que fez não ficou entre as aprovadas. Entrou na lista da ProEC para ver quais
14 as propostas aprovadas e ficou absolutamente encantado; não viu proposta alguma que pudesse
15 ser substituída pela sua. Agradece, através do professor Fernando Coelho, o trabalho da
16 comissão que selecionou os fóruns. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO expressa a
17 solidariedade do Cofil à comunidade do IB pelo falecimento da aluna Mayara. Manifesta seu
18 apoio ao documento dos CTUs, cuja demanda considera muito justa, e portanto solicita que o
19 professor Fernando Sarti a analise com cuidado. Em agosto do ano passado, quando foi
20 discutida a retomada das carreiras, colocou também como proposta que fosse avaliada a
21 possibilidade de garantia de promoção de pelo menos um por cada nível e segmento, mas não
22 foi aprovada na oportunidade. Os CTUs trazem essa proposta também, e acha que, se isso for
23 possível, será uma grande sinalização de valorização daqueles que foram aprovados por mérito
24 nesse processo. A título de exemplo, no Colégio Técnico de Limeira, sem a possibilidade dos
25 R\$500 a serem suplementados, não teriam nenhum servidor promovido na vertical, e apenas
26 25% dos servidores promovidos na horizontal, em toda a equipe. Muito aquém, portanto, dos
27 40% projetados pela Universidade. Então, reitera a possibilidade de ao menos um por nível e
28 segmento, tanto na horizontal quanto na vertical, o que seria uma valorização e um
29 reconhecimento da Universidade com os servidores. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
30 diz que se inscreveu para falar sobre essa questão da carreira; quando houve esse debate que o
31 professor José Roberto mencionou, inclusive o sindicato apontou que os recursos eram
32 insuficientes. Elaborou uma emenda que foi a voto, que era de colocar no mínimo 1,5% do
33 orçamento, e não no máximo. Foi a voto e foi derrotado naquela ocasião, poucas pessoas
34 votaram pela troca por “no mínimo 1,5% do orçamento”, e ficou mantido “no máximo”. Essa
35 discussão da Carreira Paepe é um problema na Universidade já há muito tempo; o sindicato tem
36 proposta de plano de carreira e está propondo que a Administração forme um grupo, uma
37 comissão da Reitoria, paritária com o sindicato, para a construção de um novo plano de carreira.
38 Não querem que a carreira que está colocada, que está mais do que comprovado que traz
39 problema para as unidades, continue dessa maneira. O sindicato acredita que precisa ser
40 construído um novo plano de carreiras, discutido com os servidores. O Conselheiro MARCO

1 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que se soma à fala da professora Rachel quanto às
2 bolsas da pós-graduação, e nesse mesmo tópico lembra dos valores de bolsa na graduação. A
3 bolsa de iniciação científica está em R\$400; as bolsas do programa PET também são nessa
4 mesma faixa de valor. Soma-se à preocupação de que têm perdido bons alunos que desejam
5 fazer iniciação científica e participar também desse programa PET para outras oportunidades,
6 seja estágio ou emprego. Essas bolsas, realmente, estão completamente fora do contexto hoje,
7 e acha que seria muito bem-vinda uma ação da Administração Central. Um outro ponto é sobre
8 a possibilidade de a Administração Central pensar em um programa de incentivo ao pós-
9 doutorado no exterior, aos moldes, por exemplo, do que existia na Resolução GR-026/2012.
10 Era um programa voltado para unidades que tinham baixo número de docentes, maior
11 dificuldade em termos de carga didática e que facilitava, portanto, a ida de professores para o
12 exterior, possibilitava o afastamento, a contratação de substituto nessas situações. E, por último,
13 pergunta sobre a Política de Educação Digital da Unicamp. Acha que havia, ou há, um grupo
14 de trabalho de ensino híbrido que estava estudando esse tópico. A professora Rachel comentou
15 que algumas propostas, no âmbito da pós-graduação, serão trazidas para o Consu de agosto,
16 portanto não sabe se também o professor Ivan teria alguma novidade a respeito da graduação
17 nesse tópico da educação digital, do ensino híbrido, talvez uma discussão sobre o legado
18 positivo que o ensino híbrido tenha trazido para a Unicamp. Finaliza dizendo que há uma
19 pesquisa sobre a avaliação de competências digitais dos docentes do ensino superior brasileiro
20 em andamento. Vai encaminhar um pedido para que o EA² e o GGTE possam divulgar essa
21 pesquisa e, se possível, contar com a participação dos colegas docentes. O Conselheiro LUIZ
22 CARLOS ZEFERINO diz que se solidariza com o IB pelo falecimento da aluna Mayara.
23 Também manifesta apoio ao documento do conjunto dos CTUs sobre os assuntos relacionados
24 à progressão e promoção. Esta é a última reunião do Consu de que participa como diretor da
25 Faculdade de Ciências Médicas. O próximo diretor tomará posse no dia 04 de julho, e será o
26 professor Cláudio Coy, que hoje é o diretor associado. Ele venceu a consulta à comunidade e
27 está aguardando a apreciação pela Reitoria. Diz que foi um prazer imenso compartilhar esses
28 quatro anos aqui no Consu, evidentemente foi um período muito peculiar, com dois anos de
29 pandemia, que os obrigou a comportamentos e ações especiais nesse cenário totalmente
30 diferente e exótico. A Faculdade de Ciências Médicas atuou no Hospital de Clínicas com grande
31 parte dos seus docentes, muitos com mais de 60 anos. A professora Maria Luiza, por exemplo,
32 estava diariamente no Hospital de Clínicas, e o que mais marcou o seu mandato na FCM foi
33 fazer a gestão nesse período procurando manter as atividades, na medida do possível. Foi um
34 prazer ter convivido com todos os membros do Consu, e leva daqui importantes mensagens de
35 aprendizado. Manda um grande abraço a todos e agradece pela oportunidade. A SENHORA
36 PRESIDENTE agradece ao professor Zeferino pelo convívio que tiveram nesse período em que
37 ela veio para a Reitoria e ele estava na diretoria da FCM. Não foi só nesse momento que
38 estiveram juntos; durante a pandemia, suas ações, sua presença, a sua direção assertiva, firme
39 e sempre presente durante todos os momentos difíceis que atravessaram dentro da FCM.
40 Agradece tanto como sua colega da FCM de tantos anos, como uma amiga, como também agora

1 como Coordenadora Geral da Administração, que agradece por todo serviço prestado dentro da
2 FCM. Dirigir uma unidade desse tamanho e da complexidade que é a área da Saúde é um
3 trabalho árduo, tenso e que tomou conta de todas as horas livres de sua vida. Então deixa
4 registrado o agradecimento, admiração e respeito pelo seu trabalho. A Conselheira CRISTIANE
5 MARIA MEGID diz que se soma à manifestação dos CTUs, à moção da Faculdade de Educação
6 e à manifestação de pesar e indignação pela perda da aluna Mayara. Sua fala traz algumas
7 preocupações sobre o cenário atual da pandemia. Destaca, antes de tudo, a confiança na
8 seriedade das decisões que têm sido tomadas pela Administração Central desde 12 de março de
9 2020, em que precisaram suspender as atividades com decisões subsequentes que, com toda
10 certeza, foram centrais para a preservação de muitas vidas na comunidade. Depois tiveram
11 retorno que se mostrou bastante seguro, diante de uma série de medidas também da
12 Administração, mas com uma mudança vertiginosa nas últimas três semanas, que observam
13 pelos noticiários e também pelos indicadores que constam no Portal da Transparência da
14 Universidade. E vão também observando isso ao seu redor, com os colegas de trabalho
15 adoecendo, turmas de alunos sendo afastadas por contactantes, aumento também muito grande
16 de afastamento pelos contactantes. Esperavam que pudesse acontecer um cenário como esse,
17 mas é algo que os coloca em uma situação de preocupação grande. Diante desse cenário, dessas
18 preocupações, solicita informações que pautam a segurança da manutenção da comunidade em
19 trabalho presencial. Sabe que as internações são um índice importante, mas entende também
20 que o problema vai além disso, e espera que não cheguem a situações alarmantes. Mas que essas
21 análises da Administração sejam explicitadas para este momento específico que estão vivendo,
22 considerando que os dados que estão no portal da transparência, que vêm já um pouco
23 analisados pelo boletim do HC, são ainda de difícil acesso e compreensão pela maior parte da
24 comunidade. E devem considerar também que boa parte da comunidade já tomou há mais de
25 seis meses a última dose da vacina, que é o tempo que o Butantan, por exemplo, indica para a
26 proteção alta da vacina. Solicita que essas comunicações sejam reforçadas hoje, mas que
27 também periodicamente fossem reforçadas, incluindo também as orientações. Verificaram que
28 muitos alunos não sabiam fazer os registros no aplicativo Educa Saúde, prejudicando as
29 informações que vão coletando, e outras medidas como essa para a proteção da comunidade. O
30 Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS agradece ao Cecom por ter atendido às solicitações
31 de Limeira de fazer os exames médicos periódicos na própria cidade. Cobraram isso em
32 diversas reuniões e, finalmente, foram atendidos. Também agradece ao despacho do Gabinete
33 do Reitor sobre a ampliação do funcionamento do Cecom em Limeira. Como colocou essas
34 demandas diversas vezes, registra aqui que parece estar tudo tendo prosseguimento. O
35 Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que se soma no pesar pela perda da estudante
36 Mayara, na revolta também pela forma como ela aconteceu. Soma-se também à importância do
37 documento dos CTUs sobre progressões e promoções, e sobretudo ao documento apresentado
38 pelo professor Renê contra a cobrança de mensalidades. Esse é um debate que circula já há
39 algum tempo, mas devem reafirmar sua contrariedade. Também parabeniza o professor
40 Zeferino pela gestão na Faculdade de Ciências Médicas. Em seguida, manifesta sua satisfação

1 em ter trabalhado na Diretoria Executiva de Direitos Humanos nos últimos meses, desde
2 outubro; finalizou sua passagem por lá na última semana. Chama a atenção para o trabalho
3 essencial que essa diretoria e as comissões assessoras a ela ligadas realizam na Universidade.
4 Tiveram a oportunidade, na sexta-feira passada, de conversar sobre isso na reunião de equipe
5 da Reitoria, das pró-reitorias e diretorias, mas expressa publicamente neste espaço essa
6 importância. São sete comissões assessoras ligadas à Diretoria de Direitos Humanos: o
7 Observatório de Direitos Humanos, onde nasceu essa perspectiva, inclusive na gestão do
8 professor Marcelo nasceu o ODH, Observatório de Direitos Humanos; a Cader, que cuida das
9 relações étnico-raciais; a Comissão de Gênero e Sexualidade; a Comissão para Inclusão e
10 Participação dos Povos Indígenas, a Caiapi; a Cátedra Sérgio Vieira de Melo, que realiza um
11 trabalho importantíssimo junto às pessoas refugiadas na Universidade; a Comissão de
12 Acessibilidade; e a Comeja, Comissão Assessora de Mudança Ecológica e Justiça Ambiental.
13 Ressalta esse trabalho, sobretudo o trabalho das presidentas, as sete mulheres que presidem
14 essas comissões. É um trabalho sem gratificações, e é importante que promovam uma mudança
15 com relação a isso também. Informa que vai se ausentar das reuniões do Conselho Universitário
16 de julho a setembro, por questão da justiça eleitoral, já que é pré-candidato a deputado estadual.
17 O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ agradece ao professor Zeferino pela parceria por
18 todo esse tempo. Solidariza-se com o Instituto de Biologia pela morte trágica da aluna Mayara,
19 e diz que a Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação também apoia o documento dos
20 CTUs sobre a progressão Paepe. Acabou de receber uma mensagem do professor Rodrigo
21 Catharino, da FCF, que também diz apoiar esse documento. Pergunta ao professor Fernando
22 Sarti se é possível ter a divulgação antecipada das verbas utilizadas para a promoção Paepe.
23 Seria muito mais fácil para tratar melhor a distribuição dessa verba para as promoções. Sobre
24 o acúmulo de bolsas da Capes em relação às bolsas de auxílio aos estudantes, a que a professora
25 Rachel e o acadêmico Matheus Albino se referiram, talvez possam fazer uma atuação junto à
26 Capes para sensibilizá-la a não cortar essas bolsas. Outro assunto é sobre o Centros de Ciência
27 para Desenvolvimento, os CCDs, e Centros de Pesquisa de Engenharia (CPE) que a Fapesp
28 anunciou no dia 25 de maio. São três os Centros de Ciência para Desenvolvimento aqui na
29 Unicamp: o Centro de Doenças Tromboembólicas do Hemocentro, o Centro de Estudos de
30 Organização para o Conhecimento de Inovação, da FECFAU; e o Centro Paulista de Estudo de
31 Transição Energética da Feec, que também vai sediar dois Centros de Pesquisa em Engenharia:
32 o Centro de Pesquisa Smart Networks and Services for 2030 (Smartness), e o Centro de
33 Pesquisa em Engenharia para a Mobilidade Aérea do Futuro, que é sediado no ITA, mas tem a
34 participação da Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação. O Conselheiro PAULO
35 ADRIANO RONQUI diz que o IA também se solidariza com o IB sobre a perda precoce da
36 aluna Mayara. Assim como os outros diretores, também se manifesta favorável à solicitação
37 dos CTUs de contemplação de, pelo menos, o primeiro colocado de cada segmento na
38 progressão vertical, manifestada na carta hoje lida no Consu. Tem dois informes relacionados
39 ao IA: o primeiro, com muito entusiasmo, é o anúncio da retomada da obra do teatro laboratório
40 do IA, realizado pelo Reitor na congregação do IA ocorrida em 28 de abril no passado, e

1 reiterada no projeto do plano plurianual no Consu de hoje. Há dois caminhos possíveis para a
2 finalização do teatro, o primeiro através do plano plurianual aprovado hoje, que prevê a reserva
3 de fundo orçamentário para a finalização do teatro laboratório, cujo projeto se iniciou há 20
4 anos. E o segundo caminho é via projeto Lei Rouanet, na área do Patrimônio Cultural, que foi
5 aprovado na Secretaria Especial de Cultura do governo federal. Hoje as ações em andamento
6 com recursos orçamentários são a construção do telhado do teatro, atualização e execução do
7 projeto de drenagem no local e a atualização dos projetos executivos para a finalização do
8 espaço. Todas essas ações estão sendo realizadas pela Depi com auxílio do setor de
9 infraestrutura do IA. E para o Projeto de Lei de Incentivo, de maio a julho estão sendo realizados
10 duas ações: primeiro é a verificação de questão jurídica e administrativa, realizada por uma
11 comissão específica nomeada pela Reitoria com membros do IA, Depi, DGA e PG; e uma
12 segunda ação a verificação de possíveis adequações do projeto aprovado realizado
13 exclusivamente por membros do IA. Agradece o empenho da Reitoria, que desde o início da
14 gestão tem se debruçado para a finalização desta obra, além, é claro, de estarem sensíveis a
15 todas as outras demandas do IA. Todos sabem da importância desse centro cultural para a
16 comunidade, para atender às demandas históricas do IA, mas também da cidade e Região
17 Metropolitana de Campinas, dada a restrita quantidade de ações artísticas que são promovidas
18 na região, uma vez que são poucos espaços culturais com as dimensões que o teatro laboratório
19 terá. Espera que essa notícia impacte positivamente todos desta Casa, uma vez que saíram de
20 uma situação de possível demolição do teatro laboratório por conta de problemas estruturais,
21 que foram resolvidos, para a sua finalização hoje. O segundo informe é mais breve, mas
22 extremamente importante para a comunidade do IA: há poucos dias foi rescindido o contrato
23 com a empresa que estava realizando a obra do Paviartes, local onde são desenvolvidas as
24 atividades no Departamento de Artes Corporais e Departamento de Artes Cênicas. Para se ter
25 uma ideia, essa obra impacta nas atividades de aproximadamente 300 alunos de graduação e
26 120 alunos de pós-graduação, ou seja, cerca de 400 alunos da unidade, representando mais de
27 1/4 do IA. Essa obra era para ter sido inaugurada em abril passado, mas a empresa cumpriu
28 apenas 4% da obra, fato que gerou as rescisões. Agradece à Depi e à DGA pela celeridade na
29 rescisão desse contrato e conta com a mesma celeridade para a nova licitação da obra, uma vez
30 que impacta diretamente os docentes, discentes e funcionários dos dois departamentos. Hoje os
31 cursos de Dança e Teatro estão espalhados em locais cedidos por diferentes órgãos da
32 Universidade. E, apesar dos esforços de todos, infelizmente muitos desses locais não são
33 suficientes ou adequados para atividades formativas de forma plena dos alunos, docentes e
34 funcionários, e tem gerado um desconforto imenso em ambos os departamentos. O Conselheiro
35 FRANCISCO HAITER NETO diz que havia se inscrito na semana passada para perguntar
36 sobre a Lei Complementar Federal 191, que define a contagem de quinquênios para a área da
37 Saúde. Foram surpreendidos negativamente no dia 03 de junho por um parecer da DGRH que
38 define que somente os hospitais são classificados como área da Saúde e, mais uma vez, a FOP
39 está sendo preterida. Ontem, em conversa com a DRGH, foi informado de que poderiam pleitear
40 isso, uma vez que estão atendendo pacientes desde 31 de maio do ano passado. Então, já faz

1 um ano que estão atendendo e não está sendo contado o quinquênio, e ficará a cargo da PG
2 validar ou não a solicitação da FOP. Acha que o mais grave é que terão de provar que estão
3 atendendo pacientes; isso é um absurdo, uma vez que estão tendo aulas regulares da graduação,
4 como mencionou, em clínicas, atendendo pacientes desde o dia 31 de maio do ano passado. É
5 citada na Deliberação da DGRH a Deliberação Consu-A-40/2019, que instituiu a Deas, e já faz
6 mais de três anos que vêm solicitando que sejam incluídas na Deas as clínicas de Odontologia
7 da FOP. Esteve na Reitoria no dia 16 de maio, solicitou novamente essa inclusão, foi proposta
8 a criação de um GT, mas depois de 21 dias esse GT ainda não foi criado. Então solicita que ele
9 seja instituído para que possam fazer jus a essa condição, que acha que é uma condição
10 extremamente clara do atendimento da FOP à comunidade. A SENHORA PRESIDENTE diz
11 que sem dúvida os pedidos da FOP serão ouvidos. A Conselheira GABRIELA BARROS
12 GONÇALVES diz que já vem fazendo alguns apontamentos e reivindicações aqui, mas hoje
13 foi matéria do boletim do sindicato e deseja reforçar o tema no Expediente deste Consu.
14 Primeiramente cumprimenta a Administração Central pelas tratativas com a questão da
15 moradia; o sindicato e a bancada dos trabalhadores também a destacam como uma questão
16 muito importante que precisa ser prioridade para a Universidade. Sua manifestação aqui é para
17 destacar a questão dos fretados. Foi apresentada uma proposta para os trabalhadores de melhoria
18 no sistema do fretado, principalmente mexendo com a questão dos valores cobrados e da
19 distância coberta pelos trabalhadores que moram até 50 quilômetros, que passaria a até 70
20 quilômetros. Observa, até por questão de transparência, que essas propostas estão tramitando
21 de mesa em mesa pela Administração Central e não estão saindo do papel, não estão vindo para
22 o trabalhador, como de fato foi proposto. A primeira reunião foi em 28 de março, quando foram
23 apresentadas as principais melhorias, e até hoje não há respostas. O sindicato apontou no
24 boletim de hoje toda a linha do tempo dessas tramitações, e ficaram bastante surpresos quando
25 solicitaram a cópia completa do processo, que é o processo Sigad 01-P-7708/2022, que
26 inclusive poderia ser publicizado para que o trabalhador acompanhe quais são os trâmites que
27 esse processo está percorrendo. Em 2020, uma outra melhoria no sistema de fretados foi
28 reivindicada pelo STU, que foi a cobrança proporcional dos trabalhadores do período noturno.
29 Esse trabalhador não vem todos os dias, vem cerca de 50% do mês, e a cobrança proporcional
30 foi aprovada na gestão Knobel sem passar aqui pelo Consu. Foi definido pela DAP/DGRH e
31 encaminhado para a diretoria de pagamento. No entanto, essa proposta de agora que foi
32 apresentada no dia 28 de março está tramitando, passou pela PG, voltou para a Administração
33 Central e não saiu do papel, como destacou no início de sua fala. É complicado observar tanta
34 burocracia quanto sabem, por propostas anteriores, que é possível aprovar sem passar por este
35 Conselho. Ficam sem entender por que essa a proposta vai e vem e não resolve o problema do
36 trabalhador, portanto expressa aqui essa indignação. No processo que solicitaram, depararam-
37 se inclusive com retrocessos propostos, ainda pela gestão Knobel, em um documento da DEA,
38 recuperado pela PG. E além de propor retrocessos, não avançou no que foi proposto de
39 melhorias para o trabalhador. Então coloca aqui o descontentamento dos trabalhadores não só
40 com o cenário atual, que se coloca nessa pauta dos fretados, mas também com essas tratativas

1 que seguem muitas burocracias e poucas resoluções de fato. A Conselheira MILENA
2 TIBÚRCIO CICONE solicita à Reitoria algumas informações sobre o cenário da Covid dentro
3 da Universidade, pois estão um pouco preocupados. Sabem que no IFCH surgiram vários casos
4 de contágio, testes positivos, e chegaram relatos de outros cursos que voltaram a adotar, por um
5 período específico, o ensino remoto, por conta do aumento drástico dos casos. A SENHORA
6 PRESIDENTE passa a palavra aos pró-reitores. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
7 CONTRERA TORO solidariza-se com o Instituto de Biologia pelo falecimento de sua aluna,
8 um fato extremamente triste. Também parabeniza o professor Zeferino pelos quatro anos de
9 mandato e agradece por todo o trabalho que ele fez pela Faculdade de Ciências Médica.
10 Respondendo ao professor Marco Antonio sobre o ensino remoto, comunica que o EA² está
11 com várias atividades, neste semestre e no próximo, sobre avaliação do ensino remoto, sobre a
12 discussão que precisa ter do uso da tecnologia no ensino de graduação e de pós-graduação.
13 Fizeram também um edital de iniciação científica junto com a PRP para avaliar os efeitos do
14 ensino remoto nesses dois anos de pandemia, e esperam ter os resultados no segundo semestre.
15 Comenta também que estão muito preocupados com a permanência estudantil, com a evasão, e
16 estão realizando alguns trabalhos relacionados a esses dois temas. Nesse primeiro semestre, a
17 PRPG aumentou de 750 para 1.200 o número de PEDs, que foram de grande apoio ao ensino
18 de graduação. O valor de todas as bolsas da Universidade foi aumentado em pelo menos 10%,
19 assim como os números de bolsistas. Acham que isso é insuficiente, desejam que melhore, estão
20 discutindo novos tipos de bolsas, e manifesta que a posição da PRG é extremamente favorável
21 à ampliação da moradia. Esta é uma posição desta gestão, de melhorar a moradia e ampliá-la.
22 Informa que em alguns lugares da Universidade está acontecendo a suspensão de aulas
23 presenciais, mas essa não é a posição da PRG, que é a de que as aulas presenciais devem ser
24 mantidas. Os alunos contaminados, contactantes que estejam afastados, devem assistir às aulas
25 com o uso da tecnologia: ou de banco de aulas, ou principalmente com aulas sincrônicas com
26 uso do equipamento que compraram, chamado de robô. Acreditam que essa é a melhor maneira
27 de o aluno aprender. A pandemia não tem data para acabar, então acha que suspender as aulas
28 é precipitado e desnecessário. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO
29 expressa sua tristeza e solidariedade com o professor Everardo, com o IB, pelo falecimento da
30 aluna Mayara, particularmente nessas circunstâncias tristes, chocantes, e que não podem ser
31 nunca consideradas normais nem aceitáveis, mesmo que infelizmente se façam frequentes na
32 sociedade. Então deixa os seus sentimentos para toda a comunidade e para a família da Mayara.
33 Deixa um abraço também para o professor Zeferino e deseja boa sorte na continuação das
34 atividades da sua carreira. Informa que houve a cerimônia de 60 anos da Fapesp, onde esteve
35 presente juntamente com os professores Antonio José e Fernando Coelho, e foi uma cerimônia
36 muito interessante e elegante, durante a qual foram anunciados os Centros de Ciência para
37 Desenvolvimento, sendo três para a Unicamp. A Universidade também teve um Centro de
38 Pesquisa e Engenharia aprovado. O professor Diniz já disse o nome dos projetos, e em nome
39 da PRP cumprimenta os colegas: professor Luiz Carlos Pereira da Silva, da Feec, pelo centro
40 na área de transição energética; professora Gabriela Celani, da FECFAU, pelo centro na área

1 de urbanização; e professora Joyce Maria Annichino-Bizzacchi, da FCM e do Hemocentro, pelo
2 centro de doenças tromboembólicas. E houve o Centro de Pesquisa e Engenharia com sede
3 também na Faculdade de Engenharia Elétrica, coordenado pelo professor Christian Rothenberg,
4 o Smartness, em parceria com a Ericsson, na área de comunicações sem fio e redes inteligentes
5 para 2030. E como bem disse o professor Diniz, a Feec não é sede do centro em mobilidade
6 aérea em parceria com Embraer cedida no ITA, mas teve uma participação importante, inclusive
7 com a visita do ITA e do Embraer no dia seguinte. Esteve presente na Feec para conversar sobre
8 esse CPE. O segundo informe é que a Fapesp está promovendo duas Escolas Fapesp 60 anos
9 agendadas para o mês de agosto: uma na área de Ciências Exatas, Naturais e da Vida e outra na
10 área de Ciências Sociais e Artes. As inscrições vão até 10 de junho, e seria interessante os
11 diretores sugerirem aos colegas que entrem na página da Fapesp para verificar o programa de
12 ambas as escolas, que são programas muito interessantes, muito ricos. O terceiro aviso é que
13 receberam um total de 1.411 inscrições para o processo seletivo de iniciação científica de 2022.
14 Isso não é uma notícia tão boa, posto que foi o menor número nos últimos seis anos, mas não
15 foi um número muito menor do que outros: foram 1.584 em 2019; 1.436 em 2020, o primeiro
16 ano da pandemia; depois subiu para 1.595 em 2021 e agora desceu para 1.411. É difícil ter um
17 modelo nessa oscilação, mas é bem claro que o valor da bolsa de iniciação científica também
18 deve ter uma parcela de culpa nisso. Mas fica da parte da PRP um incentivo para os colegas,
19 para os representantes de alunos, que participar de uma iniciação científica é muito importante
20 para a formação acadêmica do aluno, seja depois, no futuro profissional que ele venha a ter, e
21 também muitos começam na iniciação científica uma carreira acadêmica de sucesso, como
22 muitos aqui. E, finalmente, comenta que a Fapesp está lançando três novas chamadas para
23 equipamentos multiusuários. A primeira para aquisição de equipamentos de uso científico, para
24 o qual a Fapesp reservou R\$260 milhões; a segunda para equipamentos de uso tecnológico e
25 inovação, no valor de R\$140 milhões; e uma terceira destinada a apoiar centro depositário de
26 informações, acervos documentais e/ou coleções historiográficas e biológicas, de R\$50
27 milhões. A segunda chamada, de aquisição de equipamentos tecnológicos, é voltada
28 preferencialmente a institutos de pesquisa, não o caso da Unicamp. E tanto as universidades
29 como os institutos de pesquisa poderão submeter e participar em apenas uma das duas primeiras
30 chamadas, ou a chamada para equipamentos de uso científico, ou a chamada para equipamento
31 de uso tecnológico e inovação. Então a PRP recomenda que as unidades apostem na primeira
32 chamada, que foi a reservada para as universidades, porque não será possível participar das
33 duas. A Pró-Reitoria de Pesquisa vai ter de decidir caso haja encaminhamento de propostas nas
34 duas chamadas. Pode haver uma proposta na chamada do científico e também uma proposta na
35 chamada de centros depositários de informações, acervos documentais etc. Mas, nesse caso,
36 para essa terceira chamada a proposta tem de ser cuidadosamente justificada. Qualquer dúvida
37 a PRP fica à disposição, ou também sugere o contato com o professor Watson Loh, do Instituto
38 de Química, que participou da elaboração desse edital e pode, eventualmente, atender os colegas
39 para tirar alguma dúvida. Mas é bastante importante a participação da Unicamp nessa chamada
40 de equipamentos multiusuários. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que vários pontos

1 foram tocados, pretende respondê-los na Cepe e CAD à tarde, e vai se ater aqui à questão que
2 acha foi a mais abordada, que é a questão da progressão Paepe. Na resposta às perguntas do
3 conselheiro Matheus, tentará contemplar os demais. Diz que evidentemente a PRDU vai receber
4 com todo o respeito o documento dos CTUs, vai avaliar, mas começa registrando uma primeira
5 questão: o documento do CTUs diz respeito apenas às unidades de ensino, pesquisa e extensão,
6 representando, portanto, apenas um terço do quadro Paepe. Seria importante que tivessem um
7 documento que trouxesse também uma demanda da área da Saúde e uma demanda dos órgãos
8 centrais. Para terem ideia, quando fazem uma progressão vertical, se partirem do piso e não do
9 médio, nível fundamental representa R\$658, nível médio R\$968 e nível superior R\$1.729.
10 Então se não forem apresentados quantos segmentos foram ou não contemplados para cada uma
11 dessas unidades, não tem como fazer a conta, então evidentemente é preciso avaliar isso com
12 muita calma. O segundo ponto que considera importante: a maior demanda que receberam
13 dentro da CIDF, dentro dos GTs de que vários membros do Consu acompanharam, era a total
14 transparência, que fossem informados todos os critérios que seriam adotados no processo.
15 Inclusive, destinaram e aprovaram aqui no Conselho Universitário aquela proporção de 80%
16 para nível horizontal e 20% para o nível vertical, com uma possibilidade de 10 pontos
17 percentuais para mais ou para menos, para adequar, pois sabem que em alguns órgãos da
18 Universidade há uma participação maior de um ou de outro perfil de profissionais. Então isso
19 foi sinalizado. Cabia exclusivamente ao servidor tomar a decisão se ele queria uma progressão
20 horizontal ou vertical, inclusive sinalizada por esse volume de recursos. Isso era solicitação dos
21 próprios servidores. Do total de servidores, foram feitas 3.796 inscrições para a progressão.
22 Ficou preocupado porque um terço dos servidores que tinham condições para participar não
23 participaram, e não viu nenhuma manifestação a respeito. Fizeram a progressão totalmente
24 informatizada, o que é muito bom para a Universidade, permitindo inclusive que em um passo
25 subsequente pensem na adoção de outras formas de avaliação, separando avaliação de
26 progressão. Mas provavelmente essa informatização trouxe prejuízo para alguns servidores que
27 não talvez não tenham a mesma facilidade que possuem aqui de estar em frente a um
28 computador e preencher uma inscrição. Isso é importante que seja avaliado também, pois um
29 terço dos que estavam aptos a se inscreverem na progressão não se inscreveram. Nessa
30 inscrição, o percentual, embora a sinalização fosse de 80/20, foi de 40/60; 40 para o vertical,
31 60 para o horizontal. Quem está pleiteando a progressão evidentemente está sabendo que os
32 recursos estavam sendo destinados de forma diferente. Fazem uma avaliação de risco, sabendo
33 que os recursos destinados para a progressão vertical seriam inferiores aos destinados para a
34 horizontal. O terceiro ponto importante é que não é verdade que os recursos destinados para a
35 progressão Paepe foram inferiores aos da progressão docente. O Conselho Universitário
36 aprovou 0,8% do recurso do tesouro para a progressão Paepe, que vai ser integralmente
37 utilizado, e aprovou 0,7% para a progressão docente, que está sendo aos poucos utilizado
38 porque não se faz a progressão da mesma maneira que se faz a progressão Paepe. Inclusive em
39 termos de recurso, estão avaliando R\$25 milhões que estão sendo destinados para a progressão
40 Paepe, o que representa em termos médios 50% a mais sobre a progressão 2019. Lembrando

1 que nessa progressão, quem for beneficiado vai contar com os 20,67% sobre a referência,
2 portanto estão destinando R\$30 milhões para a progressão Paepe. Outro ponto que foi
3 perguntado aqui é se a progressão dos procuradores está dentro da Paepe, e responde que não
4 está, ela foi feita separada desse 1,7% aprovado aqui dentro do Conselho Universitário, portanto
5 não estão concorrendo nesses recursos. Reforça que vão analisar com todo o respeito essa
6 proposta, mas ela é uma proposta que contempla apenas uma parcela da progressão Paepe, e
7 não um todo. Diria até minoria, pois dois terços não estão contemplados nessa proposta. O
8 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO junta-se aos colegas que o
9 antecederam, solidarizando-se com o IB pela perda da aluna Mayara e também pelo falecimento
10 da professora Ana Espin. Solidariza-se com a comunidade e também com as famílias.
11 Acompanha os colegas que cumprimentaram o professor Zeferino pela gestão e deseja muito
12 sucesso na continuação de seus trabalhos. Informa que está acontecendo o Fórum Permanente
13 Especial que tem como objetivo desafios de sustentabilidade. Esse fórum começou no sábado,
14 com uma sessão bastante concorrida de mesas que discutiram os objetivos de desenvolvimento
15 sustentável da ONU. No domingo houve uma atividade na Casa do Lago, que também discutiu
16 muitos aspectos e com uma participação bastante intensa, sobretudo de crianças, porque eram
17 peças infantis. No domingo à noite houve a abertura desse fórum com a participação do
18 professor Roberto Guimarães e da ex-ministra de estado do Meio Ambiente, a professora
19 Isabela Teixeira. Foi realmente um momento muito interessante de discussão. O fórum
20 continua, ele termina agora, no final da tarde, e nesse meio-tempo foram 21 mesas de discussão
21 envolvendo pessoas especializadas nas várias áreas. Quando falam de sustentabilidade e das
22 ODS, isso significa melhoria de qualidade de vida de todos e, obviamente, a manutenção da
23 vida no planeta. Então realmente é um momento bem interessante. Nesse evento também, no
24 domingo, foi lançado o Observatório de Sustentabilidade da Unicamp, que vai ter como
25 objetivo coordenar ações e discussões internas a respeito dos aspectos de sustentabilidade.
26 Agradece ao professor João Frederico pelos comentários a respeito dos temas dos Fóruns
27 Permanentes. A comissão faz um trabalho realmente de muito cuidado na seleção. Teve a
28 oportunidade de acompanhar parte desse trabalho e pode garantir que foi muito difícil fazer a
29 escolha porque todos os temas que foram submetidos este ano eram excelentes, então a
30 comissão teve bastante trabalho de fazer a seleção. Agradece os comentários e vai certamente
31 repassar para a comissão organizadora. Informa também que vão lançar o edital PEC agora, em
32 meados do mês de junho. O edital PEC deste ano vai ter uma novidade porque também vai
33 premiar programas, além de projetos, e o valor destinado será de R\$600 mil. Deseja sucesso
34 para o professor Wagner Romão na sua empreitada. Informa que foi iniciado pela Diretoria de
35 Cultura da ProEC um projeto chamado Palco DCult. A primeira atividade aconteceu no mês de
36 maio, e contou com a participação da cantora Fabiana Cozza, que é aluna da Unicamp. Foi uma
37 atividade muito interessante, a Fabiana homenageou os 100 anos da Dona Ivone Lara, e isso
38 aconteceu no teatro de arena da Praça da Paz, contando com a participação bastante intensa da
39 comunidade. Informa ainda que entre os dias 29 e 30 até o dia 03 de julho haverá as
40 comemorações do Dia Mundial do Asteroide, que é comemorado em 0 de junho. Haverá uma

1 ação juntando o Instituto de Geologia, com o professor Alvaro Crósta, a Prefeitura de Campinas
2 e o Museu Exploratório de Ciências que vão organizar atividades para comemorar esse dia,
3 inclusive com a participação dos Observatórios da Prefeitura de Campinas. Também anuncia
4 que no dia 25 de maio foi divulgado o resultado do edital de curricularização de extensão. Essa
5 ação envolveu a participação tanto da ProEC quanto da PRG, contou com um total de 40
6 projetos que foram submetidos, dos quais 20 projetos foram aprovados com valores de até R\$20
7 mil, principalmente aqueles projetos envolvendo várias unidades. Convida todos a olharem os
8 temas, que são extremamente interessantes e mostram a potencialidade que a Universidade tem
9 para essa atividade de curricularização da extensão. A SENHORA PRESIDENTE propõe votos
10 de pesar às famílias de: Luiz Sugimoto, funcionário aposentado, que faleceu no dia 13 de maio;
11 Mayara Roquette Valentim, aluna do Instituto de Biologia da Unicamp, que faleceu no dia 15
12 de maio; Vong Mei Yok, funcionária aposentada, que faleceu no dia 24 de maio; e Ana Maria
13 Lima de Azeredo-Espin, docente do IB, que faleceu no dia 25 de maio. Em relação à moção
14 proposta pelo professor Renê, não possuem mais quórum para votar, então vão votar nas
15 reuniões do período da tarde. Vai restringir sua fala às informações sobre a Covid e as outras
16 informações dará no final da tarde. Estão tendo um aumento nos casos de Covid, não só na
17 cidade de Campinas. A Unicamp não é isolada do mundo, ela é parte de uma comunidade, então
18 o que acontece na comunidade se repete aqui dentro. A comunidade está tendo um
19 comportamento aberto, está tudo funcionando, não há nenhum sinal de que algum órgão
20 governamental irá atuar sobre essa questão, então os bares, restaurantes, festas, *shows* estão
21 ocorrendo, e os alunos, professores, servidores, familiares, se reúnem à noite, ou nos finais de
22 semana, para participar das atividades. Portanto, a transmissão está se dando dentro e fora da
23 Universidade. Orienta que não é necessário o fechamento de unidades, como tem sido feito
24 aleatoriamente, porque a doença está acontecendo de uma forma leve, é mais um quadro
25 respiratório alto, as formas pulmonares são raríssimas. Os sintomas, em geral, são apenas uma
26 dor de garganta, uma coriza, muitas vezes pouca febre. E essa variante que circula também é
27 geneticamente diferente das outras que circularam, é quase uma outra doença. Para atender
28 melhor esses casos, a partir desta semana o Cecom funcionará aos sábados, das 8h até as 12h,
29 para atender a comunidade da Unicamp, como também adquirir o teste rápido de antígeno para
30 toda a comunidade, todos os dias, para que o diagnóstico seja feito de forma mais rápida, e com
31 isso o afastamento. Então, se a pessoa apresentou os sintomas, testa e afasta, mas os cursos vão
32 seguir. Não há nenhuma orientação para parar as turmas, e solicita que os diretores de unidade
33 não o façam sem consultá-los. Na quinta-feira à tarde já está agendada uma reunião com os
34 comitês de crise de todas as unidades para exemplificar um pouco melhor o que está
35 acontecendo. Há, realmente, um aumento de atendimentos de síndrome gripal pelo Cecom, e
36 dos pacientes atendidos, 38% são confirmados Covid, portanto 62% são outras infecções
37 respiratórias que estão circulando. Uma parte desses dados está no portal da transparência,
38 alimentados por semana epidemiológica; há os dados de cada local, e se houver interesse podem
39 apresentar, mas o maior número de diagnósticos foi feito em professores, seguidos de servidores
40 e os menores números em alunos. Talvez os alunos procurem menos o atendimento, ou tenham

1 mais quadros assintomáticos, mas quando separam por categoria, os docentes se colocam com
2 maior porcentagem, em seguida os servidores, os funcionários terceirizados e depois os alunos.
3 As precauções continuam as mesmas, o professor Ivan já colocou que devem ser utilizadas as
4 tecnologias que foram compradas. Estimam que estão bem no auge da pandemia, vão observar
5 as próximas semanas para ver se haverá queda desse número. Estão na semana 23, e a 22, de
6 todas as semanas, foi a que apresentou o maior número de casos com sintomas respiratórios,
7 dos quais praticamente 40% tiveram o diagnóstico de Covid. Em relação aos demais temas que
8 foram colocados, falará no final das reuniões da Cepe e da CAD; vai se ausentar no início e
9 volta no final da reunião. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar,
10 eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline
11 Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas,
12 07 de junho de 2022.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 177ª **SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 02 de agosto de 2022, sem alterações.*